



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

BRUNO VITOR DE FARIAS VIEIRA

**ERA NO TEMPO DO CORONEL... “EU NÃO CONCORDO MUITO COM ISSO
NÃO!”: Arqueologia Pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda São
Victor”, Piauí.**

LARANJEIRAS - SE
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

BRUNO VITOR DE FARIAS VIEIRA

**ERA NO TEMPO DO CORONEL... “EU NÃO CONCORDO MUITO COM ISSO
NÃO!”: Arqueologia Pública e interpretações colaborativas sobre a “Fazenda São
Victor”, Piauí.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe,
como requisito final para obtenção do título de Mestre
em Arqueologia.

Orientador: Dr. Paulo Jobim de Campos Mello.

Co-orientador: Dr. Leandro Domingues Duran.

LARANJEIRAS - SE
2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LARANJEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

V657e Vieira, Bruno Vitor de Farias
Era no tempo do coronel..."Eu não concordo muito com isso não!": arqueologia pública e interpretações colaborativas sobre a "Fazenda São Victor", Piauí / Bruno Vitor de Farias Vieira; orientador Paulo Jobim de Campos Mello, co-orientador Leandro Domingues Duran. – Laranjeiras, 2017.
192 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) –Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Arqueologia. 2. Escravidão - Piauí. 3. Escravos libertos.
4. Memória coletiva. I. Mello, Paulo Jobim de Campos.
II. Duran, Leandro Domingues. III. Título.

CDU 902.03:326(812.2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
ARQUEOLOGIA – PROARQ/UFS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

As 10:00 horas do dia 03 (três) do mês de março de 2017 reuniram-se, na sala de reuniões do Campus de Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe, os membros da Comissão Examinadora, formada pelos Professores Doutores **Paulo Jobim Campos Mello** (Presidente - PROARQ), **Edna Maria Matos Antônio** (1º Examinador Externo ao Programa – DHI/UFS) e **Paulo Fernando Bava de Camargo** (2º Examinador Interno - PROARQ), para a realização da Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada “Era no tempo do coronel... “Eu não concordo muito com isso não!”: Arqueologia Pública e interpretações colaborativas sobre a Fazenda São Victor”, do mestrando **Bruno Vitor de Farias Vieira**. Após a apresentação do candidato e a arguição dos membros da Comissão, o candidato foi considerado APROVADO. Não havendo mais nada a tratar, eu **Paulo Jobim Campos Mello**, presidente da banca, lavrei a presente Ata que será assinada por mim, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato.

Campus de Laranjeiras, 03 de março de 2017.

Profa. Dr. Paulo Jobim Campos Mello
Presidente - PROARQ

Profa. Dra. Edna Maria Matos Antônio
1º Examinador Externo ao Programa – DHI/UFS

Prof. Dr. Paulo Fernando Bava de Camargo
2º Examinador Interno – PROARQ

Bruno Vitor de Farias Vieira
Candidato

Dedico esta pesquisa à minha mãe, Edite Farias – pelo amor, luta, orações e por sonhar junto comigo.

Aos moradores e moradoras da Lagoa de São Vitor e de toda a região, autores e parceiros fiéis nesta pesquisa.

E aos indígenas e negros que foram escravizados e tiveram seus sonhos e suas vidas rompidos pela força da opressão.

AGRADECIMENTOS

Uma jornada dessas nunca será concretizada individualmente, por isso, reservo este espaço para agradecer de todo o coração a todos e todas que se dispuseram, de alguma forma, a colaborar com esta pesquisa.

Em primeiro lugar a Deus, meus anjos, santos e seres de luz que sempre me guiaram nesse caminho.

À minha mãe Edite Farias, principal motivo que me leva a mergulhar nessas empreitadas em busca da realização de minhas metas e sonhos. Minhas irmãs Káthia Lany e Kassilda Farias, a minha sobrinha Hellen e meus sobrinhos Caio, Emanuel, Bruninho e Arthur, por sempre me encherem de carinho e ânimo para seguir em frente. Ao meu pai Vitor Vieira, que mesmo ausente fisicamente, me olha e me guia. Amo vocês.

Meu orientador e professor, Dr. Paulo Jobim Mello, pela disposição em sair de sua área de pesquisa e me direcionar neste trabalho, muito obrigado. Ao meu co-orientador, professor Dr. Leandro Duran, pela participação na qualificação e por ter aceitado colaborar nesta pesquisa, mesmo já em andamento. Não tenho palavras para agradecer todas as discussões, indicações e angústias que eram a mim lançadas no intuito de construir uma reflexão mais crítica. Muito, muito e muito obrigado.

À banca examinadora, em nome do Professor Dr. Paulo Bava e da Professora Dra. Edna Mota, pelas arguições e contribuições na qualificação e defesa. Muito obrigado.

Toda a Comunidade da Lagoa de São Vitor e região, também autores desta pesquisa e minha fonte maior de inspiração. Não encontro palavras para agradecer a cada um que sempre me acolheu na localidade e em suas residências. Muito obrigado por sempre compartilharem seus anseios, suas histórias, memórias e pela disponibilidade em construir esse pequeno fragmento de nossa história. Essa pesquisa é NOSSA!

Aos professores da PROARQ pelos encontros e discussões em aula, corredores e campo, em especial a Pellini ou Zé, Ton, Suely Lunna e Suely Amâncio. À Leli, por sempre ajudar em quaisquer problemas que surgiam.

A minha querida amiga Jéssica Oliveira, grande incentivadora de todo o processo do mestrado, não sei como agradecer pelas inúmeras vezes que te importunei, desde a seleção, matrículas, aulas, pesquisa, campo, escrita, qualificação, defesa... Muito obrigado por tudo.

Minha amiga e sempre “orientadora”, Nivia Paula, por todo auxílio desde a construção do projeto até as idas ao campo, bem como pelas contribuições na pesquisa em todas as etapas. Muito, muito obrigado por sempre estar disponível a me ajudar. Ainda quero ser você quando crescer.

Aos meus colegas do mestrado e doutorado por dividirem as aulas e pelas discussões, em especial àqueles que se tornaram grandes queridos: Nina, Ingrid, Zé, Léo, Bia, Aline, Moysés, Carol Murta, Laura, Javier, Gustavo, Jane e Felipe Neves. #Diamante (risos). E Selenia, que se tornou uma grande irmã, sentirei saudades de nossas resenhas nas terras sergipanas.

Aos meus familiares que contribuíram financeiramente para que eu pudesse iniciar essa jornada, bem como a minha Junina “Arraiá Brilho do Sol”, por terem me abraçado nesse novo projeto e terem me dado o suporte para que tudo desse certo. Amo vocês. Muito obrigado.

Agradeço também a Thiago e Ricardo, que me deram o primeiro “lar” em Aracaju, apesar de ter quase certeza de que nunca lerão isso, sempre serei grato pela acolhida. À minha grande amiga e irmãzona Ana Dindara, nosso convívio foi inenarrável, com certeza uma das melhores épocas de minha vida. Muito obrigado pelos risos, filmes, caminhadas, discussões e por compartilharmos as nossas angústias em torno da Diáspora e da Escravidão Negra. Avante na luta!

Aos queridos amigos da graduação em Arqueologia da UFS, de um cantinho ali denominado “Arqueologia da Sedução” (risos).

Minha colega de profissão Andreia Macedo, por adentrar comigo no universo da localidade Lagoa de São Vitor, auxiliando e pesquisando junto ao projeto que subsidiou este trabalho. À equipe do IPHAN de São Raimundo Nonato, Teresina e Brasília pelo amparo no referido projeto, principalmente Roberto e Bernardo.

À FUMDHAM, em nome da Dra. Niède Guidon, pelo endosso institucional e pela disponibilidade dos laboratórios e da equipe no auxílio de análise material. Aos técnicos, sempre atenciosos e dispostos a contribuir na pesquisa. Muito obrigado.

À equipe científica de campo e laboratório mais maravilhosa do mundo, não sei como agradecer a disponibilidade e empenho de cada um em auxiliar nesse processo, Mari Zanchetta, Augusto Miranda, Flávio Carvalho, Vanda, Michele Janes, Nara Letície, Welder

Marques, Diego Souza e Rômulo Timóteo. Não sei o que seria de mim sem vocês, muito obrigado.

Aos amigos e queridos professores, Gisele Felice pelo auxílio com o transporte no campo e Leandro Mageste pelo “super socorro” com a análise cerâmica. Muito obrigado a ambos também pelo incentivo.

Agradeço também a Rogério Ricardo por todo o apoio e torcida.

À Universidade Federal de Sergipe e a CAPES pela concessão da bolsa, sem a qual não poderia executar este estudo.

Lutar sempre. TEMER jamais!

*"Chegar para agradecer e louvar o ventre que me gerou, o orixá que me tomou, a mão de água e ouro de Oxum que me consagrou.
Louvar a água de minha terra, o chão que me sustenta, o massapê, o palco, a beira do abismo, o punhal do susto de cada dia.
Agradecer as nuvens que logo são chuva, que sereniza os sentidos e ensina a vida a reviver.
Agradecer os amigos que fiz e que mantêm a coragem de gostar de mim, apesar de mim.
Agradecer a alegria, as crianças, as borboletas dos meus jardins reais ou não.
A cada folha, a toda raiz, as pedras majestosas e as pequeninas como eu, em Aruanda.
Ao sol que raia o dia, a lua que como o menino Deus espraia luz e vira meus sonhos de pernas pro ar.
Agradecer as marés altas e também aquelas que carregaram para outros costados os males do corpo e da alma.
Agradecer a tudo que canta livre no ar, dentro do mato, sobre o mar.
As vozes que soam de cordas tênues e partem cristais.
E aos senhores que acolhem e aplaudem esse milagre.
Agradecer, ter o que agradecer, louvar e abraçar."*

Maria Bethânia

“(…) Nessas regiões encontro gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo. Nesse universo de outros saberes, sou eu o analfabeto. Não sei ler sinais da terra, das árvores e dos bichos. Não sei ler nuvens, nem o prenúncio de chuvas. Não sei falar com os mortos, perdi contacto com os antepassados que nos concedem o sentido da eternidade. (...) Vou aprendendo sensibilidades que me ajudam a sair de mim e afastar-me das minhas certezas. Nesse território, eu não tenho apenas sonhos. Eu sou sonhável”.

Mia Couto

“Por isso eu pergunto a você no mundo, se é mais inteligente, o livro ou a sabedoria?”

Gentileza - Marisa Monte

RESUMO

A “Arqueologia Pública” é um dos segmentos em constante crescimento desde a sua origem em meados da década de 1970. Essa, desde então, passou a integrar discussões, protagonizar debates que alternam sobre o papel social do arqueólogo, a preservação dos sítios, a inserção da sociedade nos trabalhos científicos e o próprio futuro desta ciência/disciplina. Perpassando contradições quanto à definição de seu “público”, os teóricos deste segmento têm enfatizado que “toda Arqueologia, independente de seu recorte temático ou escolhas teórico-metodológicas, deveria ser, em essência, pública” (CARVALHO; FUNARI, 2007). Desse modo, passando da compreensão de uma Arqueologia do estado: o “defensor do patrimônio” e o “representante da sociedade”, para uma Arqueologia das “pessoas, do público e para o público” (idem). Conecta-se a essa discussão a inserção do contexto da Arqueologia da Escravidão no sudeste do Piauí e como essas relações, atualmente, compõem a memória e história local acerca desse cotidiano do passado e sua ressonância no presente. Seguindo tais reflexões, esta pesquisa, objetiva apresentar um estudo sob o viés da Arqueologia Colaborativa, com os habitantes da Comunidade Lagoa de São Vitor, localizada no sudeste do Piauí, na identificação e caracterização dos espaços constituintes do antigo “Complexo Produtivo Fazenda São Victor”. Os resultados compreenderam a localização de seis espaços de convívio entre os diversos atores que ali se estabeleceram: a casa-sede, o curral, a senzala, a lagoa, o cemitério dos escravos e a vila de escravos libertos, estes locais caracterizaram-se a partir da interpretação da ciência e da sabedoria popular da comunidade, construída a partir de relações colaborativas de respeito mútuo.

Palavras-Chave: Fazenda São Victor. Arqueologia Pública. Colaboratividade. Escravidão.

ABSTRACT

"Public Archeology" is one of the ever-growing segments since its inception in the mid-1970s. Since then, it has become part of debates, alternating debates on the social role of the archaeologist, preservation of sites, Insertion of society in scientific works and the future of this science / discipline. Throughout contradictions regarding the definition of its "public", the theorists of this segment have emphasized that "all Archeology, regardless of its thematic clipping or theoretical-methodological choices, should be, in essence, public" (CARVALHO, FUNARI, 2007). Thus, from the understanding of an archeology of the state: the "defender of the patrimony" and the "representative of society", to Archeology of "people, the public and the public" (idem). It is connected to this discussion the insertion of the context of the Archeology of Slavery in the southeast of Piauí and how these relations, at present, compose the memory and local history about this quotidian of the past and its resonance in the present. Following these reflections, this research aims to present a study under the bias of Collaborative Archeology, with the inhabitants of the community of Lagoa de São Vitor, located in the southeast of Piauí, in the identification and characterization of the constituent spaces of the former "Complexo Produtivo Fazenda São Victor". The results comprised the localization of six social spaces between the various actors who settled there: the headquarters, the corral, the slave quarters, the lagoon, the slave graveyard and the village of freed slaves, these places were characterized by from the interpretation of science and popular wisdom of the community, built on collaborative relationships of mutual respect.

Keywords: Fazenda São Victor. Public Archeology. Collaborative. Slavery.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Povos indígenas do sudeste do Piauí	57
Imagem 2: Representação de José Antunes Piauhylino de Macêdo, um dos proprietários da Fazenda São Victor	69
Imagem 3: Estruturas de fogueiras datadas de 360+/-40 anos A.P	78
Imagem 4: Reunião na Escola José Caetano dos Santos, com a comunidade	85
Imagem 5: Reunião na Escola José Caetano dos Santos, com a comunidade	85
Imagem 6: Construção do mapa coletivo da localidade.	97
Imagem 7: Construção do mapa coletivo da localidade	97
Imagem 8: Localização das áreas identificadas e intervindas	102
Imagem 9: Ruínas de habitação recente e fogão à lenha	106
Imagem 10: Ruínas de habitação recente e fogão à lenha	106
Imagem 11: Prospecção na área 3.	107
Imagem 12: Estrutura de pedras.	112
Imagem 13: Realização de um croqui de túmulo do cemitério dos escravos.	113
Imagem 14: Visita dos estudantes da escola local às áreas do trabalho arqueológico.	113
Imagem 15: Visita dos estudantes da escola local às áreas do trabalho arqueológico	113
Imagem 16: Processo de limpeza e curadoria do material em laboratório.	118
Imagem 17: Processo de limpeza e curadoria do material em laboratório.	118
Imagem 18: Fundo da casa-sede da Fazenda Água Verde.	128
Imagem 19: Representação em croqui da área do curral e local atual	135
Imagem 20: Gravura rupestre na área da Lagoa do Moisés.	137
Imagem 21: Fragmentos de olaria evidenciados no PT1.	138
Imagem 22: Muro de Pedras do sítio Caraíbas.	147
Imagem 23: Projeção do muro de pedras	148
Imagem 24: Localização e delimitação da área do cemitério	150
Imagem 25: Croqui da disposição do cemitério	152
Imagem 26: Vista geral do cemitério de escravos da comunidade Lagoa dos Torrões	153
Imagem 27: Distribuição espacial das montueiras e dos artefatos	156
Imagem 28: Reconstituição de uma malga de louça e peça correspondente	163
Imagem 29: Reconstituição de uma jarra de louça e peça correspondente	164
Imagem 30: Cerâmicas com engobo ou banho vermelho	167
Imagem 31: Cerâmica com engobo ou banho branco	167

Imagem 32: Fragmento cerâmico com possível padrão decorativo	168
Imagem 33: Desenhos de fragmentos com motivos decorativos do tipo escovado assimétrico	168
Imagem 34: Desenhos de fragmentos com motivos decorativos do tipo escovado longitudinal	168
Imagem 35: Reconstituição de um “pote de água” cerâmico e peça correspondente	173
Imagem 36: Reconstituição de vasilhame de cerâmica e peça correspondente	174

LISTA DE PRANCHAS

PRANCHA 1: Mapa da “Grande São Vitor”	40
PRANCHA 2:Localização da Fazenda São Victor no período colonial	70
PRANCHA 3: Sítio Lagoa de São Vitor.	74
PRANCHA 4: Artefatos do sítio Lagoa de São Vitor	76
PRANCHA 5: Atividades iniciais da etapa pré-campo	89
PRANCHA 6: Roteiro inicial apresentado pelas duas equipes.	94
PRANCHA 7: Entrevistas com os moradores locais	96
PRANCHA 8: Mapa final	98
PRANCHA 9: Pré-diagnóstico.....	100
PRANCHA 10: Atividade de campo.	105
PRANCHA 11: Atividades de abertura de poços-testes.	110
PRANCHA 12: Localização dos poços-testes realizados nas três áreas identificadas.....	111
PRANCHA 13: Equipe escrevendo os diários e alguns trechos dos mesmos	114
PRANCHA 14: Limpeza de superfície nas estruturas.	116
PRANCHA 15: Atividades de laboratório comunitário	120
PRANCHA 16: Identificação das áreas evidenciadas na pesquisa pertencentes ao complexo produtivo Fazenda São Victor	122
PRANCHA 17: Croqui da espacialidade de parte do complexo produtivo da Fazenda São Victor	125
PRANCHA 18: Estrutura nº 1.	126
PRANCHA 19: Estrutura nº 2.	127
PRANCHA 20: Artefatos evidenciados na área da casa-sede.	132
PRANCHA 21: Registros da cerca de pedras da Lagoa de São Vitor.	145
PRANCHA 22: Detalhes do cemitério.	151
PRANCHA 23: Artefatos e vestígios evidenciados na área da Vila dos Escravos	165
PRANCHA 24: Reconstituição hipotética dos vasilhames cerâmicos da vila dos escravos.....	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Inventário de Simplício Dias da Silva, de 1833	61
Tabela 2: Quantidade de escravos na Freguesia de São Raimundo	67
Tabela 3: Distribuição dos poços-teste abertos na prospecção.....	108
Tabela 4: Quantificação da cultura material coletada em campo.	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Localidades integrantes do projeto.	91
Gráfico 2: Idade dos participantes.	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: de um “espanto” fez-se um “anseio”	17
1 ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO	22
1.1 Arqueologia Pública: a gênese de um segmento:	22
1.1.1 Quem é o “público” da Arqueologia Pública?: multivocalidade e comunidades tradicionais.	32
1.2 Diáspora africana e Arqueologia da Escravidão	41
1.3 “Envolver, Colaborar e Participar”: Articulando metodologias entre Arqueologia e Comunidades.....	46
2 CONTEXTO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO:	52
2.1 As Fazendas de Gado como ferramentas de ocupação no Piauí colonial	52
2.2 A escravaria na Fazenda São Victor	64
2.3 Sítio Lagoa de São Vitor: um manancial arqueológico	72
3 NARRATIVAS COLABORATIVAS: O CONTATO, O CAMPO E O GABINETE	79
3.1 Mobilização social.....	82
3.2 Pré-campo	87
3.3 Campo.....	101
3.4 Gabinete/Laboratório	117
4 CIÊNCIA E SABEDORIA POPULAR NA CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO PRODUTIVO FAZENDA SÃO VICTOR	121
4.1 Casa-sede	123
4.2 Curral	134
4.3 Senzala	138
4.4 Lagoa de São Vitor	142
4.5 Cemitério dos escravos	149
4.6 Vila dos escravos (livres)	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS	182

INTRODUÇÃO: de um “espanto” fez-se um “anseio”.

“Seu doutor, não lhe dou ouvidos, minha cabeça tá cheia de ideias. O perfume que eu uso não é como o seu, sai daqui da minha terra...”.

(ANGICOS - CHICO SCIENCE)

Quando pela primeira vez, ainda no ensino médio, em uma palestra de História, foi mencionada a presença de fazendas com o sistema escravista na região da minha cidade, no interior do Piauí, lembro-me de encarar a situação com certo tom de espanto e curiosidade, questionando-me interiormente: “Como eu não sabia de um fato desse?”.

Atualmente, ainda é comum vermos sendo exposto em sala de aula o típico sistema escravista pautado na ideia dos grandes engenhos e plantações de cana-de-açúcar do litoral, causando, dessa maneira, uma homogeneização desse sistema pelo Brasil. É por esse motivo que a ideia de “escravos no sertão” gerou burburinhos e questionamentos acerca da “veracidade” do que estava sendo narrado. Depois, minhas inquietações foram sanadas nas discussões em sala de aula, ainda pasmo diante dessa informação.

A preservação do Patrimônio, a História e a Arqueologia sempre estiveram presentes durante meus estudos enquanto aluno de ensino médio integrado em Turismo e se postergou até a graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial. Durante esses anos de estudos, a presença constante de trabalhos e pesquisas voltados para as comunidades e realizados em parceria com elas sempre prevaleceram.

Sem dúvidas, esse contato em diversas comunidades - as rurais principalmente, foi a janela aberta para que eu pudesse adentrar e compreender que a Arqueologia era e poderia ser muito além do que um dos inúmeros painéis de pinturas rupestres prestes a ser plotado, fotografado ou simplesmente vislumbrado nas minhas andanças pela Serra da Capivara e mais, era descobrir que a Arqueologia também ia muito mais além de escavações e coletas de material.

De um “espanto” fez-se um “anseio”... E, após permear caminhos diversos, deparei-me com a “Arqueologia Pública” e adentro a imensidão de suas possibilidades. Compreendo o quão rico e diversificado pode tornar-se o nosso patrimônio se, não só partilhado com as comunidades tradicionais e a sociedade de forma geral, mas também construídos a partir de uma relação de reconhecimento da diversidade de saberes reciprocamente estabelecido.

É a partir deste momento que começo a relacionar o patrimônio arqueológico com as diversas linhas de pesquisa da Arqueologia e pensar como estas poderiam interligar-se e consequentemente estabelecer um diálogo com o público, a sociedade. Dessa maneira, ainda na graduação pude participar de um projeto de extensão no qual este trabalho de dissertação pode ser atribuído a um de seus frutos. Buscamos analisar o patrimônio cultural da Localidade Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular e, de fato, este foi o estopim para minhas escolhas científicas pessoais e humanas, é claro, das quais estão impressas nesta pesquisa.

Partindo-se do princípio de que o arqueólogo não deve permanecer fechado em suas instituições de pesquisa (universidades, museus, empresas, ONG's e etc.), como enfatiza Philip Rahtz (1989), esta “abertura” ou este “diálogo” consiste em uma estratégia significativa de aproximação da sociedade/comunidades com a Arqueologia. A ausência desses mecanismos, por sua vez, pode implicar inclusive em equívocos no imaginário social acerca do significado tanto da *práxis* arqueológica quanto interpretativa, histórica. Nesse sentido, cabe ao arqueólogo contextualizar o seu “fazer profissional” nas realidades em que atua, estabelecendo uma conexão entre a ciência e os guardiões diretos do patrimônio cultural.

Seguindo tal reflexão, esta pesquisa, objetiva apresentar os resultados de um estudo participativo, pelo viés da Arqueologia Pública e Colaborativa (MERRIMAN, 2004; FUNARI; CARVALHO, 2007; RICHARDSON; ALMANSA-SÁNCHEZ, 2015; MACHADO, 2013; CABRAL; 2013), com os habitantes da Comunidade Lagoa de São Vitor e entorno, na identificação e caracterização dos espaços constituintes da antiga “Fazenda São Victor”, a partir das interpretações colaborativas oriundas desse processo.

Localizando-se a cerca de 30 km do núcleo urbano da cidade de São Raimundo Nonato, sudeste piauiense, a comunidade Lagoa de São Vitor, conta com aproximadamente 500 habitantes e encontra-se em uma área em processo de regularização fundiária¹, que toma justamente o período escravista correspondente à referida fazenda como origem dos remanescentes quilombolas atuais. Desse modo, situa-se no seio do “Território Quilombola Lagoas”, a maior comunidade desta natureza do Brasil, com mais de 1.400 famílias assentadas, compreendendo uma área de 62 mil hectares (projetodomhelder.gov.br).

Quanto à Fazenda São Victor, trata-se de um complexo produtivo pecuarista e escravista datado dos séculos XVIII e XIX, e que ainda se encontra presente tanto na memória

¹ Ainda em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desde 2009.

coletiva da comunidade homônima (“estórias” sobre o cotidiano da fazenda), quanto em estruturas arquitetônicas históricas que afloram no solo das ruas e pelos quintais dos moradores na localidade. Nesse caso, entende-se que a participação ou colaboração da comunidade, associada aos trabalhos de cunho arqueológico (reconhecimento de áreas de uso/ocupação, por exemplo), consiste na complementaridade necessária ao trabalho proposto, construído a partir de ações de respeito mútuo.

Insere-se também, neste cenário, o estudo da Arqueologia da Escravidão (COSTA, 2016; SOUZA, 2013; SYMANSKI; GOMES, 2013; FERREIRA, 2009a; FAIRBANKS, 1984) para o entendimento desse contexto ligado à ocupação da região a partir de fazendas de gado como mecanismos de ocupação colonial no Piauí, bem como, entendê-las como receptivo escravista e praticante desse sistema em um contexto regional (KNOX, 1995; BRANDÃO, 2005; LIMA, 2016; SILVA; 2013; OLIVEIRA, 2007).

A Fazenda São Victor – entendida como o “objeto de estudo”, juntamente com esse viés interpretativo, será o elo, o eixo comum que possibilitará a integração da comunidade com a Arqueologia Pública. Na prática esta pesquisa incorpora um trabalho de cunho participativo tratando os membros da comunidade como “sujeitos ativos na construção do conhecimento público ou cientificamente aceito” (MACHADO, 2013, p. 76).

Seguindo as discussões de Juliana Salles Machado (2013), esta pesquisa baseia-se na possibilidade de contemplar, por um lado, uma problemática tradicionalmente classificada como “arqueológica”, acerca da reconstituição hipotética da espacialidade e das relações sócio-culturais ocorridas no complexo produtivo da Fazenda São Victor a partir de intervenções arqueológicas, da análise da cultura material, de estruturas arquitetônicas e da paisagem no qual o sítio está inserido, baseados nas referências dos estudos voltados para a lógica espacial de Fazendas desse período; e outra questão “social”, relacionada a processos de construção política, cultural, histórica e de memória associadas à comunidade detentora do patrimônio e intimamente ligada à questão da vida e do espaço na Fazenda, reverberados pela contínua ação da memória individual e coletiva e impressa em suas interpretações sobre esse contexto.

Dessa maneira, esta pesquisa estrutura-se em quatro capítulos, dois deles construídos sobre bases teóricas e os demais sobre a perspectiva prática realizada na comunidade Lagoa de São Vitor.

O primeiro capítulo, denominado de “**Arcabouço teórico-metodológico**”, discutimos as bases que fundamentam a pesquisa a nível teórico, no qual se apresenta a principal temática abordada: a Arqueologia Pública. Explana-se o contexto sócio-político e o caminho percorrido pela Arqueologia até o estabelecimento de diálogos com a comunidade, bem como a origem deste segmento, explicitando a sua relação de reciprocidade entre os sujeitos das pesquisas em Arqueologia Pública (ciência e público), conceituando o próprio termo, na visão de alguns “autores-referência”.

Neste capítulo, também se apresentam informações sobre o público-alvo desta Arqueologia, a partir dos conceitos de “comunidade” e “multivocalidade”. Além disso, percorremos o caminho de discussão que situa a Arqueologia da Escravidão dentro do viés da Arqueologia Pública, que será utilizada como o “eixo comum” para costurar a Arqueologia, a comunidade e o sítio, elucidando as controvérsias em torno da temática da diáspora africana e seus reflexos no discurso da escravaria brasileira. Por fim, apresentam-se o quadro metodológico, onde a Arqueologia Colaborativa atua como mecanismo prático, apontando as possibilidades de como e porque realizar pesquisas dessa natureza. Em síntese, almeja-se que o leitor possa situar-se conceitualmente e contextualmente no universo que a pesquisa busca imergir-se.

O segundo capítulo, **Contexto histórico e arqueológico**, apresenta o panorama contextual em que a pesquisa se apoia, elucidando sobre as fazendas de gado no processo de ocupação do espaço piauiense, além de evidenciar as problemáticas ligadas ao processo de colonização e invasão do espaço indígena, no qual resultou em quase meio século de conflitos.

Neste cenário inclui-se a escravaria da Fazenda São Victor a partir de análise documental e bibliográfica, apresentando, inclusive uma hipotética “cartografia de origem e dispersão” dos negros escravizados desta região - desde seu processo de chegada ao território brasileiro. Por fim, expõem-se os dados oriundos do sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor, localizado no centro da comunidade homônima, no qual forneceu uma diversidade de artefatos que compreendem artefatos líticos, cerâmica, louça, restos faunísticos fossilizados e fogueiras estruturadas. Para este capítulo, espera-se situar historicamente, no sentido de compreender o cenário no qual a prática é realizada.

O capítulo seguinte intitulado: **Narrativas colaborativas: o contato, o campo e o gabinete**, buscou apresentar - como em uma narrativa - o processo da prática entre Arqueologia e colaboratividade, onde são discutidas questões relacionadas aos métodos e

técnicas de campo para as intervenções arqueológicas participativas, dentre outros elementos concernentes à prática da pesquisa.

Apresentam-se os contatos iniciais a partir do processo de mobilização social, passando pelas atividades preparatórias de campo, e como o mesmo se deu efetivamente nessa etapa, junto às ações arqueológicas de intervenção, além dos processos ligados às análises laboratoriais de cunho científico e colaborativo, que fundamentaram a construção das diferentes interpretações acerca da ocupação dos espaços da fazenda. Sob esta exposição, almeja-se que o leitor possa compreender os caminhos que se seguiram para a consolidação dos resultados objetivados.

Por fim, o último capítulo, **Ciência e sabedoria popular na caracterização do Complexo Produtivo Fazenda São Victor**, apresenta os resultados obtidos de todo o processo construído conjuntamente com a comunidade. Expõem-se de maneira didática, os seis espaços evidenciados a partir da pesquisa colaborativa: a casa-sede, o curral, a senzala, lagoa, o cemitério dos escravos e a vila dos escravos livres, bem como a cultura material evidenciada em cada área, estruturas e demais vestígios que possibilitaram suas diversas interpretações arqueológicas e comunitárias.

Além disso, apresenta-se todo o registro imagético produzido em campo e em laboratório, tanto realizado cientificamente, quanto pela comunidade a partir do processo de construção de suas narrativas ligadas à fazenda, como croquis, desenhos arqueológicos, fotografias, sumarização de entrevistas e de dados arqueológicos, reconstituições em 3D, dentre outras informações.

Em síntese, as considerações finais apresentam uma discussão mais reflexiva em torno do que esse tipo de pesquisa colaborativa pode agregar à Arqueologia acadêmica, bem como a Arqueologia Pública pode dar legitimidade a estas comunidades tradicionais remanescentes, no processo de construção interpretativa e narrativa, fazendo com que estes detentores do patrimônio sintam-se totalmente inseridos no processo do “fazer arqueológico” e estabeleçam e/ou fortaleçam seus sentimentos de pertencimento para com o patrimônio dos quais são detentores.

“Era no tempo do Coronel... Eu não concordo muito com isso não!” busca evidenciar as diferentes visões históricas e interpretações de um mesmo espaço por diversos membros locais, a fim de construir uma diversidade interpretativa baseada nas experiências individuais e coletivas da comunidade geradas a partir de um trabalho colaborativo e de pertencimento.

1 ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 Arqueologia Pública: a gênese de um segmento

“Toda Arqueologia, independente de seu recorte temático ou escolhas teórico-metodológicas, deveria ser, em essência, pública”.

(CARVALHO; FUNARI, 2007, p. 133).

A rigidez da concepção de Ciência, oriunda da noção positivista², que teve sua consolidação nos meados do século XIX, “foi” uma das principais causas que possibilitaram um distanciamento desta com a sociedade. Essa ideia de “formatação”, “engessamento” e “verdade absoluta” condenou veementemente qualquer interferência interpretativa oriunda do conhecimento tradicional e da sabedoria popular (mitos, crenças, memórias e histórias, por exemplo).

Porém, apesar do Positivismo protagonizar o cenário científico nesse período e estender-se até o século seguinte, a Arqueologia não amarrou-se às suas premissas logo de início. Bruce Trigger (2004) explica que os arqueólogos, ao empregarem teorias em suas interpretações, não as verificavam, opondo-se ao chamado “paradigma de pesquisa”. Para Kuhn (1970 apud TRIGGER, 2004, p. 5, grifo nosso) esse paradigma é “um cânon consensual de prática científica, incluindo leis, teorias, aplicações e instrumentos, capaz de promover um modelo para uma ‘tradição particular coerente de pesquisa científica’”.

Esse “amadorismo científico” da Arqueologia chegou a ser criticado por David Clarke que a descreveu como “uma disciplina empírica e indisciplinada”. Para ele, até a década de 1960, a Arqueologia permaneceu como “um feixe desconexo de subteorias não compatibilizadas”, que não fora estruturada em um sistema global, visto que, segundo sua concepção, os paradigmas concretizam-se a partir de seu reconhecimento pela comunidade científica internacional (CLARKE, 1968, p. 153; TRIGGER, 2004).

Sendo bem generalista, até esse período, a Arqueologia pautava-se no paradigma denominado histórico-culturalismo, no qual almejava-se “rastrear identidades étnicas através do registro arqueológico” (TRIGGER, 2004, p. 159), ou seja, estabelecer o “reconhecimento

² O positivismo (...), foi uma ampla corrente de pensamento que durante o século XIX teve uma repercussão na Europa, e assentava-se na ideia de que a ciência é o nosso único meio de construção do conhecimento verdadeiro, ou seja, pregava uma espécie de primazia da ciência em detrimento de outras formas do conhecimento humano. (...) Os principais representantes do movimento positivista foram: Auguste Comte, na França, considerado o “pai” da sociologia; John Stuart Mill e Hebert Spencer, na Inglaterra; Ernst Heckel, na Alemanha; Roberto Argidò, na Itália (BRANDÃO, 2011, p. 80-81).

de culturas arqueológicas, definidas pela existência de traços comuns em determinado tempo e espaço” (LIMA, 2011, p. 13), naturalmente, referendados pela cultura material evidenciada.

Na Arqueologia Histórica, enfatizam-se os “trabalhos descritivos de análise material de Ivor Noël Hume, nas sínteses temporais ou regionais do início do século XX, e na Arqueologia da Restauração com a sua subordinação quase ‘arqueográfica’ à arquitetura e à história” (COSTA, 2013, p. 30). É importante mencionar que, para os trabalhos de Noël Hume, no final dos anos 1960, tal contexto compreendia a Arqueologia Histórica americana, neste caso, não sendo atribuídos aos estudos na Europa, onde esses se debruçavam em torno da Arqueologia clássica, egípcia, suméria, que já seguiam os mesmos padrões histórico-culturais³.

Para Clarke (1968) e Trigger (2004), é apenas na década de 1960 que a Arqueologia começa a preocupar-se em impor sólidas bases científicas, fazendo emergir então, a Arqueologia Processual ou a “Nova Arqueologia” - em alusão ao método de abordagem arqueológico anterior.

Esse novo paradigma objetivava “a crescente valorização da ecologia e dos padrões de assentamento como evidências de um novo interesse pelo processo cultural, visto que as culturas arqueológicas não eram mais pensadas enquanto resultado da soma de artefatos e sua simples análise estilística, técnica e tipológica, mas como resultados de um processo funcionalmente integrado (TRIGGER, 2004, p. 290).

A Nova Arqueologia, desse modo, se populariza com o auxílio de Lewis Binford, responsável por difundir esses novos ideais interpretativos e por levantar a bandeira da “Arqueologia científica”, esta, por sua vez, com bases advindas do Neoevolucionismo⁴, da Teoria dos Sistemas⁵, do Positivismo Lógico, da Filosofia da Ciência, dentre outros (REIS, 2003).

³ Para saber mais: NOËL HUME, I. **A Guide to Artifacts of Colonial America**. Alfred A. Knopf, New York, 1970.

⁴ O Neo-evolucionismo define que a evolução cultural se dará, basicamente, através da luta do homem contra a natureza, e o domínio deste sobre aquele em relação à subsistência, segurança e bem estar. Steward defendia, porém, que as mudanças ambientais foram as principais causadoras das mudanças culturais e prevê que as grandes possíveis mudanças ambientais puderam resultar em mudanças gerais na humanidade. Assim defende ser necessário, ao homem, permanecer com seu instinto de adaptação ao ambiente, o que proverá segurança e sobrevivência (LIDÓRIO, 2009, p. 2).

⁵ A Teoria dos Sistemas tem como estopim os estudos, na década de 1930, realizados pelo biólogo Bertalanffy. Em geral, tende-se a estudar os sistemas como uma entidade e não como um aglomerado de partes, não isolando mais os fenômenos em contextos estreitamente confinados, mas abre-se ao exame das interações e investiga setores da natureza cada vez maiores. A Teoria Geral do Sistema foi postulada por alguns motivos que, segundo Bertalanffy (1968) foram a preocupação com os campos da ciência biológica, sociais e do comportamento que

É neste momento que a Arqueologia adquire uma formatação rigorosamente positivista, hipotético-dedutiva e nomotética⁶, principalmente pela aplicação das ciências “duras” à Arqueologia (como a estatística/dados quantitativos) (LIMA, 2011). Para Reis (2003), a Arqueologia processual é elevada à alçada de método comprobatório, a partir da solução de problemas e hipóteses cientificamente formuladas e, conseqüentemente testadas. Em síntese, essa abordagem busca a construção de modelos no qual propiciaria a formulações de leis gerais que explicassem os processos culturais.

As “dimensões ideacionais, como significados simbólicos, crenças, motivações, etc., foram considerados inacessíveis à investigação científica, tendo sido seu estudo, entendido como altamente especulativo, por essa razão, deixado de lado pelos pesquisadores processuais. (...) Seu sucesso foi parcial, na medida em que ela foi capaz de mostrar como ocorre a mudança, mas não por que ela se processa.” (LIMA, 2011, p. 15-16).

Esta visão de caráter essencialmente positivista na Arqueologia permaneceu em evidência até meados da década de 1980. Então, diversos segmentos teóricos como o Marxismo, o Estruturalismo e a Semiótica, bem como a Sociologia, a Teoria crítica, a Filosofia, dentre outros influenciaram uma nova abordagem interpretativa para a Arqueologia: o Pós-processualismo (REIS, 2003).

A finales de los años setenta y principios de los años ochenta un número creciente de arqueólogos mostraba insatisfacción por la orientación que tomaba la arqueología. Esta gente sentía que la Nueva Arqueología no daba para mucho más, intelectualmente hablando. Estos arqueólogos estaban especialmente preocupados por tres cosas: por la necesidad de plantear factores cognitivos, por las dificultades inherentes a la epistemología positivista y por los problemas encontrados en el desarrollo de la teoría de alcance medio (JOHNSON, 2000, p. 131, grifo nosso).

Gera-se um impulso oriundo de setores acadêmicos ligados à teoria social pós-moderna e conecta-se a movimentos de reivindicação sócio-político-econômico emergentes desde o século XIX e meados de 1950 e 1960, no qual Boaventura Santos (1999), em sua obra “Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade”, denomina-os como “novos movimentos sociais” – ressaltando que estes são classificados como “velhos” pelos críticos – são eles, os movimentos ecológicos, pacifistas, feministas, antirraciais, dentre outros.

Assim, viu-se emergir diversas linhas de pesquisa associadas à Arqueologia com enfoques, até então, menos tradicionais, tendo suas atenções voltadas para questões relacionadas à ética e à política. Para Vitor Oliveira Jorge (2007), em um sentido específico, a

romperam com o reducionismo da Física, exigindo uma nova tecnologia (ou problemática?) que buscasse a generalização de conceitos científicos e modelos (VALE, 2012, p. 89-90).

⁶ Baseado em um sistema de leis.

Arqueologia sob a perspectiva pós-processual adquire maior ênfase no que diz respeito aos caracteres econômicos, sociais, simbólicos, de gênero, espaciais, dentre outros. Nas palavras de Pedro Funari (2008, p. 111), “A Arqueologia, como outras disciplinas, voltou-se para os grupos sociais, em interação, como ciência aplicada e relevante para a sociedade”.

Essa abordagem teórico-metodológica enfatiza a subjetividade de interpretações arqueológicas, a importância de localizar a cultura material contextualmente dentro de interpretações específicas, a importância da agência pessoal e o fato de que o ato de interpretação do passado possui ressonância política no presente (MERRIMAN, 2004).

Em síntese:

A cultura material não tem significados inerentes, os artefatos não falam por si mesmos. São os arqueólogos que lhes conferem significados (Leone, 1981) [sic]. Assim, não há ‘reconstruções’, mas construções do passado, fortemente influenciadas por agendas políticas contemporâneas. Na transmissão e reprodução do significado cultural, os símbolos são agentes ativos (LIMA, 2011, p. 19, grifo nosso).

Com as circunstâncias na busca por evidenciar uma Arqueologia mais “acolhedora”, democrática e participativa, emerge, dentro do “movimento pós” a chamada “Arqueologia Crítica”, que enfatiza a necessidade cada vez maior do desenvolvimento de pesquisas arqueológicas a partir de nichos sociais menos favorecidos, despertando uma consequente e importante consciência, sensibilização e ação social do pesquisador (AGOSTINI; THOMAZ; MARTINS, 2000).

Michael Shanks e Christopher Tilley, reverenciados por Reis (2003, p. 75) como os pesquisadores “que mais provocaram e instigaram novas propostas, dentro da Arqueologia Pós-processual, para com o raciocínio e para com a produção informativa dos discursos da Arqueologia”, explicam que a Arqueologia Crítica é “um convite à transformação” (SHANKS; TILLEY, 1987, p. 198), no sentido de que o profissional em Arqueologia acabe por desprender-se da ideia de soberania, poder e autoridade sobre o conhecimento arqueológico.

Para os autores,

We must aim to detach the power of truth from all repressive forms of class-bound social hegemony. Archaeologists, for example, have established a hegemony over the distant past, a hegemony currently being reinforced by a populist discourse of heritage, of communal tradition: a past that 'belongs' equally to everyone and yet at the same time is to be ordered and preserved by the trained professional, applying his or her knowledge. We must investigate the meaning and significance of such discourses, their power effects, whom they serve and to what end. In terms of society as a whole archaeology obviously has very little economic or political significance,

but it does constitute a cultural practice, integrated in the general hegemonic regime of power in society. As such, archaeology is nothing if it is not cultural critique (SHANKS; TILLEY, 1987, p. 198).

Estas discussões da Arqueologia Crítica, sobretudo as de Shanks e Tilley (1987), atuam como propulsoras das relações entre arqueólogos e a sociedade, auxiliando no desenvolvimento da disciplina desde o final da década de 1980 e durante a década de 1990, repercutindo, consequentemente em trabalhos de profissionais que se dedicaram, paulatinamente, à construção da chamada “Arqueologia Pública” (AGOSTINI; THOMAZ; MARTINS, 2000).

A Arqueologia Pública, desde então, passou a integrar grandes discussões no panorama geral da Arqueologia, protagonizando debates que alternam sobre o papel social do arqueólogo, a preservação dos sítios, a inserção da sociedade nos trabalhos científicos de pesquisa e o próprio futuro desta ciência/disciplina⁷. “Nesse sentido, a abordagem pós-processual sobre a produção de conhecimento perpassa inevitavelmente pela questão da descolonização da autoridade científica sobre outras formas de conhecimento (...)” (LEMONS, 2014, p. 24).

A primeira vez que o termo “Arqueologia Pública” foi empregado, tem seu registro na obra de Charles McGinsey: “*Public Archaeology*” no ano de 1972. O autor preocupa-se com a questão de preservação dos sítios arqueológicos dos Estados Unidos, a partir do crescente e acelerado processo de urbanização e industrialização, que ameaçavam os recursos culturais do país. Por isso, sua obra é considerada o marco deste segmento na Arqueologia (MERRIMAN, 2004; FERNANDES, 2007).

Este segmento compõe a gama de linhas de pesquisas originárias no período de transição epistemológica entre as décadas de 1970 e 1980, no qual o pós-processualismo ganhava visibilidade, porém, é digno de menção, que a Arqueologia Pública praticada inicialmente por McGinsey não foi uma alternativa disposta, simplesmente, a integrar a sociedade aos trabalhos de Arqueologia. O contexto em que a Arqueologia associada à produção do mercado emergia naquele momento tornou essencial para agregar este público e influenciá-los na preservação dos sítios arqueológicos em perigo iminente.

⁷ Não objetivamos discutir as controvérsias existentes em Arqueologia como ciência ou disciplina. Para melhores explicações, sugere-se: DUNNELL, R. C. **Classificação em Arqueologia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Páginas 37 a 43.

A partir deste novo contexto no campo da ciência arqueológica, desde a década de 1970 quando o termo foi cunhado, os arqueólogos passaram a se indagar sobre as funções sociais da Arqueologia e, principalmente, sobre como deveriam se estabelecer as relações entre os acadêmicos, suas investigações e a sociedade como um todo (CARVALHO; FUNARI, 2007).

Para Nick Merriman (2004, p. 1), o termo “público” relacionado à Arqueologia pode levar à associação de algo ligado à esfera do Estado, em contraste com a esfera privada. Exemplificando esse lado do termo, o autor explica que a criação do “Museu Britânico” em 1753, tenha sido provavelmente, a primeira instituição pública que incluía a exibição de coleções arqueológicas como parte de suas competências expositivas (MERRIMAN, 2004), neste caso iniciam-se as primeiras atividades de uma instituição pública ligada diretamente à Arqueologia.

Márcia Bezerra de Almeida (2003, p. 276) explica que a apresentação da Arqueologia para o público tornou-se comum há aproximadamente noventa anos atrás, nos Estados Unidos, através do *Antiquities Act*, que foi “criado para regulamentar o tratamento de sítios arqueológicos em terras públicas e assegurar o acesso ao público aos resultados das escavações e apontava a tarefa de tornar a Arqueologia alcançável ao público como um dever profissional”.

A segunda ideia de “público” é àquela ligada a um grupo de indivíduos, responsáveis por formar a “opinião pública”. Merriman (2004) explica que esta concepção de público tem suas raízes no Iluminismo e intensifica-se com as proposições de Habermas em sua obra “Mudança estrutural da esfera pública” (1962).

Para Habermas,

the model for an open, critical, participatory democracy was founded in the development of a bourgeois public sphere in the eighteenth century, fuelled by developments in new kinds of public spaces such as coffee houses and salons, and in new forms of communication such as newspapers and novels (HABERMAS, 1962 apud MERRIMAN, 2004, p.1)

Esta noção *habermiana* constitui o conceito de público como um corpo crítico, opinativo e externo ao Estado, diferindo, automaticamente do conceito de público como membro estatal/político. Frente a essa heterogeneidade conceitual, fica evidente que a linha que os divide é tênue, pois, o público como Estado assume também como um de seus deveres o papel de falar e agir em nome do público geral e de seus interesses. Como enfatiza

Merriman (2004, p. 1-2), inclusive “o fornecimento do Estado de instituições e serviços públicos tais como arqueologia, museus e educação⁸” são de sua competência.

Essa “contradição” conceitual, de acordo com Carvalho e Funari (2007, p. 133), é intencional e o que os arqueólogos públicos têm enfatizado é que “toda Arqueologia, independente de seu recorte temático ou escolhas teórico-metodológicas, deveria ser, em essência, pública” (grifo nosso). Em síntese, a Arqueologia Pública passa da compreensão de uma Arqueologia do estado: o “defensor do patrimônio” e o “representante da sociedade”, para uma Arqueologia das “pessoas, do público e para o público”. Seguindo estas duas linhas conceituais, podemos definir “Arqueologia Pública” de maneira diversificada, atendendo aos pressupostos conceituais já debatidos: Estado X Sociedade.

Merriman (2004) cita o conceito de Schadla-Hall (1999, p. 147) que definiu a Arqueologia Pública como “qualquer área de atividade arqueológica que interagiu ou tenha o potencial de interagir com o público⁹”, ou seja, qualquer atividade arqueológica que resulte de qualquer intercâmbio com a sociedade geral.

Para ele, o campo da Arqueologia Pública é significativo porque:

Estuda os processos e os resultados através do qual a disciplina da arqueologia torna-se parte de uma ampla cultura pública, onde contestação e dissonância são inevitáveis. Acerca de ética e identidade, portanto, arqueologia pública é, inevitavelmente, sobre a negociação e conflito sobre o significado¹⁰ (idem, 2004:4, grifo nosso).

Esta definição permite ampliar a ideia de Arqueologia Pública abrindo um espaço para discutir não apenas os materiais arqueológicos, mas os processos que atribuem significados a eles pela esfera pública. Jorge Eremites Oliveira, que discute o engajamento social do arqueólogo em instância acadêmica, conceitua este segmento como “uma Arqueologia aberta para o público em geral e que aspira, para mais ou para menos, um certo engajamento social por parte dos arqueólogos” (OLIVEIRA, 2005, p. 120).

Lorna-Jane Richardson e Jaime Almansa-Sánchez (2015), em sua obra “*Do you even know what public archaeology is? Trends, theory, practice, ethics*”, conceituam a Arqueologia Pública da seguinte maneira:

Public archaeology can be defined as both a disciplinary practice and a theoretical position, which can be exercised through the democratization of archaeological

⁸ Tradução livre do autor.

⁹ Idem

¹⁰ Idem.

communication, activity or administration, through communication with the public, involvement of the public or the preservation and administration of archaeological resources for public benefit by voluntary or statutory organizations (idem, p. 194).

O que merece atenção neste conceito é a multidisciplinaridade da prática da Arqueologia Pública e seu lugar enquanto posicionamento teórico, alcançando objetivos ligados à comunicação, envolvimento, preservação e administração dos recursos arqueológicos através da democratização intermediária entre o público e a ciência. De forma geral, para esses autores, a Arqueologia Pública pode ser compreendida tanto como atividade prática, quanto como conceito teórico e é a partir desta consideração que vamos nos deter para construir as bases teórico-práticas desta pesquisa.

Um dos fatores que devem ser grifados nesta discussão é o que não compete única e diretamente à Arqueologia Pública e, muitas vezes são tidos como uma de suas alçadas primordiais: a divulgação dos resultados das pesquisas. Afinal, parte-se do princípio que qualquer ciência ou disciplina, independente de sua área, por obrigação mínima deva apresentar seus resultados e propagá-los, e isso não deve ser diferente na Arqueologia e suas ramificações.

Segundo Bezerra de Almeida (2003, p. 275), a “Arqueologia Pública não pode ser resumida à divulgação dos resultados das pesquisas, uma vez que este é um dos pressupostos de qualquer ciência. Afinal a ciência produz conhecimento para a sociedade e não para si mesma”.

Para Caroline Lemos (2014), a Arqueologia Pública insere-se no contexto brasileiro em consequência da “Arqueologia de Contrato”¹¹, no qual o quesito “Educação Patrimonial” surge como item obrigatório para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas. Para a autora, umas das problemáticas dessa noção de obrigatoriedade é o próprio desinteresse da comunidade científica em praticar uma Educação Patrimonial com qualidade.

Para Bezerra de Almeida (2010 apud LEMOS, 2014) as atividades de Educação Patrimonial para quem pratica esse tipo de Arqueologia são consideradas como um fardo, um acessório à pesquisa e, dessa maneira, não se configuram como trabalhos de Arqueologia

¹¹ Também denominada atualmente de Arqueologia Preventiva. Os trabalhos neste segmento ocorrem antes da construção de obras como estradas, ferrovias, hidrelétricas, barragens, fábricas, etc. As escavações ou salvamentos arqueológicos ocorrem quando são identificados sítios arqueológicos na área que será impactada pela obra, antecedendo o início da construção. A grande problemática desse tipo de escavação é a escassez de tempo necessário para se realizar os procedimentos de um modo mais efetivo, já que as construtoras insistem em apressar o trabalho arqueológico, julgando-o, muitas vezes, como desnecessário, custoso e até perigoso pelo fato de que seus empreendimentos possam ser retardados ou embargados no caso de certificação de sítios (CALDARELLI; SANTOS, 2000, p. 53).

Pública, pois diferentemente do que se imagina, a Educação Patrimonial não é sinônimo de Arqueologia Pública, e sim apenas “uma parte da Arqueologia Pública” (idem, p. 27, grifo nosso). Como exposto, este último termo vai além da transmissão dos conhecimentos ou resultados para o público, mesmo que estes sejam também essenciais.

Dessa discussão é que afloram as controvérsias em torno da Educação Patrimonial¹² enquanto “acessório” da Arqueologia, enquanto área de atuação e/ou enquanto sinônimo de Arqueologia Pública. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através da portaria 230/2002 exigia a Educação Patrimonial - com essa terminologia, nos projetos “de licenças ambientais (...), objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico” (IPHAN, 2002, p. 1).

Sobre a inclusão da Educação Patrimonial nestes projetos, Zarankin e Pellini (2012), em sua publicação no qual explicitam a situação da Arqueologia pelo viés da atual lógica de mercado, mencionam que:

Embora obrigatória nos projetos de levantamento e resgate arqueológico, a Educação Patrimonial se reduziu, quando muito, a palestras e conversas com trabalhadores das obras geradoras de impacto. Em muitos casos, é da redução das atividades educacionais que sai o lucro das empresas de arqueologia de contrato (ZARANKIN; PELLINI, 2012, p. 56-57).

Tal deliberação desordenada e sem controle do órgão fiscalizador resultou no que os autores acabaram de pontuar: projetos de Educação Patrimonial resultando em simples palestras, exposições ou conversas com a comunidade, minimizando os esforços de diversos precursores da temática na tentativa de elevar o status de projetos dessa natureza. Consequentemente, tais “atividades” ocasionaram na atual assimilação ou assemelhação equivocada tantos dos pesquisadores, como da comunidade para com a Arqueologia Pública.

Recentemente, o cenário começa a tomar novos rumos com relação à Educação Patrimonial nas pesquisas arqueológicas a partir da publicação da Instrução Normativa 01/2015 pelo IPHAN. Desta vez, com uma atenção redobrada em suas proposições, o artº 35 trata do “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico¹³” e em seu inciso V sobre o “Projeto Integrado de Educação Patrimonial”.

¹² Não almeja-se explanar discussões conceituais sobre Educação Patrimonial.

¹³ “Para os fins desta Instrução Normativa entende-se por Projeto Integrado de Educação Patrimonial aquele que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados” (IPHAN, 2015, p. 16).

Barcelos e Silva (2015) mencionam dois pontos que valem a nossa atenção, no que diz respeito aos avanços dessa portaria (01/2015) em relação à anterior (230/2002). A primeira delas diz respeito à exigência de uma equipe multidisciplinar responsável pela execução do projeto de Educação Patrimonial e que deve incluir, necessariamente, profissionais da área de Educação¹⁴.

O segundo ponto importante diz respeito às próprias atividades que devem ser executadas no projeto. No parágrafo 4º do mesmo artigo e capítulo, ocorrem os avanços necessários, já sinalizadas por Zarakin e Pellini (2012), quando da ressalva de atividades classificadas como insuficientes: “Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial” (IPHAN, 2015, p. 16).

Como já mencionamos, não é objetivo de primeiro plano da Arqueologia Pública a divulgação de resultados de pesquisas arqueológicas, mesmo assim, percebe-se que o arqueólogo deva atingir um maior público cada vez mais, e não só com publicações em revistas científicas, visto que a massa não se encontra onde essas produções são discutidas. Estes devem ir até as comunidades e interagir diretamente com o público, de forma mais democrática, lúdica e receptiva (OLIVEIRA, 2005).

Não bastam a “promoção” e “difusão” de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural. (FLORÊNCIO, 2015, p. 23, grifo nosso).

Em geral, essa é uma das principais características de como a Arqueologia Pública é praticada no Brasil e na América do Sul. De acordo com Richardson e Almansa-Sánchez (2015), nesta região, essa linha de pesquisa está em constante luta com ênfase na educação e no trabalho comunitário, indo à oposição de uma frente mais radical que compreende que esses tipos de gestão dos recursos culturais, de maneira liberal, põe em perigo a investigação arqueológica.

Ressalta-se que um dos aspectos mais importantes da Arqueologia Pública, além do simples diálogo e prática de campo, é a atribuição de significados ao patrimônio que ocorre entre o arqueólogo e o público, bem como a sua associação na construção de identidades culturais, com turismo, educação, museus, economia, mídia e etc., e, conseqüentemente, com

¹⁴ Vide Capº. III, artº 45, parágrafo 2º.

conflitos políticos e sociais (MCDAVID; MCGHEE, 2010; MERRIMAN, 2004; LEMOS, 2014).

Merriman (2004) propõe dois modelos acerca desta colaboração pública com o patrimônio arqueológico: O *deficit model* ou “modelo de déficit”, que busca um público mais íntimo com a ciência e a tecnologia, porém entendendo o arqueólogo como educador do público leigo.

(...) Corrigindo todas as suas interpretações errôneas (não científicas) a respeito da Arqueologia e de sua prática e, ao mesmo tempo, ensinando a importância dessa disciplina e fazendo com que o público estivesse apto para apreciá-la e apoiá-la como uma importante gestora dos recursos arqueológicos (LEMOS, 2014 p. 23).

O objetivo final desse modelo é que, após o envolvimento prévio dos arqueólogos com o público, “em seguida, mais as pessoas vão entender o que os arqueólogos estão tentando fazer, e vão apoiar mais o seu trabalho”. Em suma, o resultado era um “público distante e deficiente com relação à falta de absorção da ciência” (MACDONALD, 2002 apud MERRIMAN, 2004).

O modelo de “perspectivas múltiplas” proposto por Merriman (2004), sugere que os arqueólogos devem se envolver com o público sobre assuntos arqueológicos com um desejo de “enriquecer” a vida das pessoas e estimular o pensamento, a emoção e a criatividade. Ou seja, praticar o que se chama de “multivocalidade”, e dessa forma possibilitar a inserção do público na Arqueologia enquanto seres ativos e participantes do processo e não apenas como “depósitos de informações”.

1.1.1 Quem é o “público” da Arqueologia Pública?: multivocalidade e comunidades tradicionais.

Quando percorremos o caminho que a Arqueologia Pública fez ao firmar-se enquanto posicionamento teórico-prático, inserido na abordagem pós-processualista, vimos que a própria redundância (intencional) de sua nomenclatura causa uma série de inquietações não só para os arqueólogos que decidiram trabalhar nesta causa, mas também para o próprio “público” no qual as atividades são pensadas e levadas a cabo.

A maneira de como o patrimônio arqueológico deve ser trabalhado com o público foi um dos aspectos discutidos por Holtorf (2007), a partir do estabelecimento de três modelos

que remetem à forma de como o arqueólogo dialoga diretamente com a sociedade: a) **Modelo de Educação**, b) **Modelo de Relações Públicas** e c) **Modelo Democrático**.

a) Modelo de Educação: parte-se de uma relação unilateral, no qual os arqueólogos precisam mostrar ao público a sua versão do passado, das quais são neutras e exatas e a sociedade é tratada apenas como receptora das informações. Semelhante ao “modelo de déficit” proposto por Merriman (2004).

b) Modelo de Relações Públicas: busca um “apoio” ao setor arqueológico profissional e uma preocupação em melhorar a imagem da Arqueologia na sociedade, além de enfatizar a sua utilidade para a vida cotidiana.

c) Modelo Democrático: Este modelo propõe que todos, independentes da escolaridade, profissão ou formação são membros do processo do conhecimento arqueológico. De forma geral, parte-se do pressuposto de que “todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos” e esses conhecimentos diversos possuem igual importância (HOLTORF, 2007; CARVALHO; FUNARI, 2009, p. 3). Semelhante à “perspectiva múltipla” de Merriman (2004).

Nesta pesquisa, aplica-se o “modelo democrático” (HOLTORF, 2007) ou o modelo de “perspectivas múltiplas” (MERRIMAN, 2004), de forma a possibilitar uma generalização dos agentes detentores do patrimônio, passíveis de conhecimentos relevantes para o processo interpretativo que será abordado mais adiante.

O “Modelo Democrático” mencionado envolve um dos aspectos mais importantes desta relação pública-arqueológica: a “MULTIVOCALIDADE”, no qual é possível reconhecer as diferenças nas interações entre as pessoas e a cultura material do passado “com base em uma epistemologia hermenêutica¹⁵” (RICHARDSON; ALMANSA-SÁNCHEZ, 2015, p. 199).

Sobre a noção de multivocalidade dentro do contexto da Arqueologia Pública, ressalta-se:

¹⁵ Apesar de abdicar da tentativa fenomenológica de compreender o humano como sujeito doador de sentido, a abordagem hermenêutica deseja manter o sentido, o qual seria localizável nos textos literários e nas práticas sociais do homem. Ou seja, nessa perspectiva, as ações humanas conteriam significados em estado latente, os quais estariam ocultos aos agentes de suas práticas cotidianas. Essa verdade profunda poderia ser descoberta através da leitura interpretativa, tal qual prescreve o método hermenêutico (GONÇALVES, 2009).

Their interpretation of the concept of a multi-vocal approach to archaeology seeks to recognize, understand and acknowledge the broad view of the 'various interpretations of archaeological materials made by different social groups and individuals in various contexts of contemporary society' (RICHARDSON; ALMANSA-SÁNCHEZ, 2015, p. 199).

Na prática, trabalhar com base na multivocalidade não é algo tão simples e fácil de executar. Reis (2007, p. 35) enfatiza que é difícil se fazer uma Arqueologia “redonda, aberta, suscetível a multivocalidade advinda de pessoas simples, iletradas, do povo”, visto que esses também querem e necessitam “falar e serem ouvidas” em relação ao que a voz da ciência arqueológica alardeia “como detentora da reconstrução do passado”, dessa forma, o autor complementa:

Juntar as coisas quebradas dos passados. Pode ser feito pelo mesmo, de forma quadrada, encerrada nos ditames acadêmicos e científicos. Sem autoria e sem compromisso social. Pode ser feito através do outro, de forma espiralada, labiríntica, inclusiva, reflexiva. Explicitamente com autoria, com compromisso social e político e, também, com teorias e métodos do âmbito científico e acadêmico (idem, p. 35) (grifo nosso).

O autor refere-se à Arqueologia do Mesmo e do Outro apoiado nas ideias de Thomas (1995) que difere a primeira como àquela que tenta passar a noção de uniformidade temporal, relacionando tipologias e epistemologias cartesianas, no qual a escavação é elevada à alçada suprema e a materialidade é compreendida como objetiva e universal, incluindo suas explicações, baseado em Foucault (1998 apud REIS, 2007), esta versão afirma e sustenta os lugares de poder e das instituições produtoras da pesquisa. E, praticamos a “Arqueologia do Outro” quando buscamos interpretar “os passados” sem nos atentarmos apenas às identificações tipológicas, mas sim com a intenção de compreender como estas identificações de fazer/usar influenciam as trocas contemporâneas com o passado. Parafraseando Fiorin (2004), Reis (2007) acredita que por mais que os trabalhos sejam interpretações de um/uns passado/s, este sempre será “um trabalho discursivo contemporâneo, contextualizado no presente e do presente” (idem, p. 35-36).

Colley (2002, p. 83¹⁶) corrobora o conceito do Modelo Democrático afirmando que, na atual conjuntura em que vivemos, com uma sociedade plural e democrática, deveria haver a abertura de mais espaços para as pessoas expressarem suas opiniões diferentes e tolerarem as crenças de cada um. Para a Arqueologia Pública, estas interpretações pós-modernas/pós-

¹⁶ Tradução livre do autor

processualistas estimulam esta multivocalidade, “na qual diferentes versões da história e visões sobre o passado são consideradas, mesmo que em oposição”.

Hodder (1998), ao descrever em forma de um “manual” os procedimentos de uma escavação pós-processualista realizada por sua equipe em Çatalhöyük, na Turquia, trata de situar a multivocalidade como um dos passos essenciais para o bom resultado da prática de campo desta natureza. Para ele, uma vasta gama de grupos tem, frequentemente, interesses envolvidos na busca por mesclar-se no processo arqueológico de maneiras diferentes e o arqueólogo tem a missão de fornecer mecanismos para que cada discurso, história e/ou interpretação seja expresso e considerado.

“Modelo democrático” e “Multivocalidade”, estes termos e os seus conceitos respectivamente, nos direcionam à questão inicial deste tópico: afinal, quem é o público da Arqueologia Pública?

Apesar das comunidades tradicionais, geralmente indígenas, quilombolas e camponeses, serem, em geral, o público que se insere nos trabalhos de Arqueologia Pública, estes não o representa em sua totalidade. Deve-se acrescentar a esta forma de atuação demais setores da sociedade. De acordo com Richardson e Almansa-Sánchez (2015), deve-se incluir nas ações de Arqueologia Pública as organizações turísticas, grupos religiosos, meios de comunicação, telespectadores, políticos, dentre outros grupos.

O que os autores explicitam é que deve-se reconhecer e reafirmar a “impossibilidade de considerar uma arqueologia pública, em geral, única e homogênea”, especialmente quando o conceito de ‘público’ e ‘arqueologia’ são socialmente, culturalmente e geograficamente situados” (idem, p. 199-200, grifo nosso).

Para se compreender o universo “público” em que esta pesquisa se respalda e se utiliza para a sua própria execução prática, devemos-nos atentar a questão conceitual do termo “comunidade”, visto que o utilizaremos para as argumentações vindouras acerca da própria delimitação socioespacial aqui utilizada.

Bauman (2003), sociólogo polonês, em seu tratado “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” discorre sobre a ideia de “estar em comunidade” ou “ter uma comunidade”, entendida como um motivo de bem-estar. Porém, para o autor, essa sensação ainda é algo inalcançável, pois seria uma maneira demasiadamente confortável de nos inserir no mundo. Em geral, esse sentido de comunidade soa como “um paraíso perdido” ou “um futuro incerto”, visto que as comunidades, na prática, podem representar o oposto do que se

conceitua simploriamente. As comunidades seriam também, o local dos conflitos sociais (BAUMAN, 2003).

Anderson Portuguese (2012, p. 26) explica que o termo “comunidade” originou-se do vocábulo *communitas*, que em Latim, significa “pessoas que partilham algo em comum”, ou o “que é comum a todos”. Porém, o autor enfatiza que “a utilização corriqueira deste termo vai para além deste significado genérico, assumindo contextos muito específicos. Portanto, estamos tratando de um termo bastante controverso” (idem), assim como Bauman (2003) já havia percebido.

No quadro a seguir, organizado por Portuguese (2012), podemos ter uma síntese de como este termo tem suas diversificações conceituais no Brasil. Vejamos:

Quadro 1: Conceitos de Comunidade

Comunidade como agrupamento/vizinhança; como expressão de um fragmento da sociedade.	Muitas vezes a palavra comunidade é associada a bairro, vila, distrito de um município ou até mesmo é confundida com o termo região. Pode ainda representar o conjunto de condôminos de um edifício, assim como outros tipos de agregação de pessoas que ocupam um determinado espaço. Geralmente se organizam a partir de normas de convivência comuns e partilham do mesmo contexto socioespacial.
Comunidade identitária	São comunidades não definidas pelo sentido de vizinhança, mas sim de pertencimento: pessoas de uma mesma paróquia, frequentadores de um determinado espaço religioso, grupos que partilham a mesma ideologia/filosofia política; comunidades estudantis, comunidade de empresários e outras.
Comunidades tradicionais, ou não-concorrenciais	Comunidades formadas por famílias que possuem a mesma origem étnico-cultural, ocupam o mesmo ambiente, partilham o mesmo sistema de normas sociais e se vinculam fortemente ao meio em que vivem, do qual dependem para assegurarem seus sustentos. São aldeias indígenas, grupos quilombolas, vilas rurais, vilas de pescadores artesanais, grupos de extrativistas tradicionais e outros. No caso dos indígenas e dos quilombolas, é relevante lembrar que eles lutam historicamente pelo reconhecimento de seus direitos constitucionais, em especial à demarcação de seus territórios.
Comunidades de reivindicação	Nestas comunidades o fator territorial não se mostra presente de forma direta, pois a mobilização se dá a favor dos direitos de igualdade das ditas minorias sociais. É o caso, por exemplo, das comunidades gays, comunidades negras, comunidades de imigrantes, entre outros exemplos.
Comunidade como expressão de mobilização dos agentes locais de desenvolvimento	Comunidade como expressão da mobilização de um determinado grupo residente ou que trabalha em um determinado espaço, que se une para lutar por direitos e por interesses comuns; membros de associações diversas, sobretudo de moradores, sindicatos e cooperativas.

Comunidades virtuais	Redes sociais que se intitulam de comunidades, formadas por grupos de amigos e conhecidos que se associam em páginas <i>web</i> destinadas a relacionamentos interpessoais.
Comunidade como metáfora da geopolítica	Acordos de livre comércio e/ou de cooperação entre nações são também conhecidas como comunidades.
Comunidade como escala de divisão política de um determinado território.	Neste sentido, a palavra comunidade assume papel de escala administrativa. No Brasil, muitas prefeituras elaboram seus orçamentos participativos com base em reuniões “comunitárias”. Na Espanha, as ditas “Comunidades Autônomas” são unidades territoriais dotadas de autonomia administrativa e legislativa.
Comunidades Naturais, ou biocenose.	Conjunto de seres vivos que fazem parte do mesmo ecossistema e que interagem entre si.

Fonte: PORTUGUEZ, 2012, p. 27

Para o autor desse compêndio, esses termos e conceitos não são totalmente específicos e precisos. Frequentemente podem combinar-se entre si, sobrepondo-se, visto que muitos indivíduos pertencem a mais de um “tipo” de comunidade, além disso, um mesmo espaço pode também comportar mais de um formato comunitário, inclusive, agindo diferente com seus distintos pares. Comunidade também pode levar a pensarmos simploriamente em bairro, cidade, paróquia, associação, dentre outros modelos (PORTUGUEZ, 2012).

De forma geral, pautados nas ideias mencionadas, entenderemos nesta pesquisa que comunidade designa-se como a vida conjunta entre indivíduos, heterogêneos, com concepções e interesses particulares e coletivos, baseada em relações sociais diversas.

Dentre esta miscelânea conceitual de caracterização comunitária, ressaltam-se, nessa pesquisa, as “Comunidades Tradicionais”, objetos-sujeitos desse trabalho. Termo cunhado quando do estabelecimento de implantação e manejo das Áreas Protegidas (A.P.) no Brasil, espelhado nas ideias norte-americanas (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014).

Nesta conjuntura, a noção de natureza idealizava a ideia de que, para garantir sua proteção, as atividades humanas deveriam ser ausentes (dando exceção apenas ao turismo, à educação e à pesquisa). E foi dessa maneira que o Brasil erigiu estes modelos de A.P.: desconsiderando a existência de pessoas ou comunidades em seu território, arrematando essas ações com fatídicas expulsões e conflitos por conta das terras e bens inseridos nestas áreas demarcadas (idem).

É apenas nos anos 1980 que se insere no Brasil a discussão internacional sobre os *indigenous peoples*, que objetivava a possibilidade de permanência de povos e o direito ao uso dos recursos naturais nas áreas demarcadas, não restrito aos povos indígenas ou remanescentes de quilombos. É a partir deste momento de “ampliação de reconhecimento” que surgem o que se nomeia de “populações/comunidades tradicionais”, entendidos como parceiros na conservação ambiental das A.P. (idem, grifo nosso).

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de junho de 1989 e a Convenção sobre Diversidade Biológica de 1992/1994 foram as responsáveis por substituir o termo “comunidades locais”, utilizado até então, por “comunidades tradicionais”, visto que o primeiro termo denotava um “tributo ao lugar geográfico” e a um suposto “isolamento cultural” (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 11).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais instaurada em 2007 apresenta a definição de comunidades tradicionais, da qual será utilizada nesta pesquisa integralmente:

Art. 3º, I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (SHIRAISHI NETO, 2007, p. 14).

A importância das comunidades tradicionais, de forma geral, é a difusão de seus próprios modos de vida, modos de saber/fazer, relações territoriais, preservação da memória coletiva e do patrimônio cultural material e imaterial, uso de recursos naturais, entre outros, além disso, “seu reconhecimento formal e a promoção dos seus direitos contribuem para a redução da desigualdade e para a promoção da justiça social” (CIMOS, 2014, p. 12).

Assim como as próprias definições de comunidades se entrelaçam em determinados momentos, as comunidades tradicionais também passam por esse momento de miscelânea, onde indivíduos podem pertencer a mais de uma “categoria” tradicional, demonstrando na prática, a incomensurabilidade sociocultural dos indivíduos pertencentes a estas comunidades.

Para esta pesquisa, o recorte “público-sujeito” será os membros integrantes da localidade Lagoa de São Vitor e adjacências ou da “Grande São Vitor”¹⁷, como é popularmente chamado essa região que compreende comunidades inseridas no seio do atual

¹⁷ Nomenclatura criada e utilizada pelos habitantes da região para designar o complexo formado pela localidade sede, Lagoa de São Vitor, e comunidades adjacentes (ASSIS, et al., 2017).

“Território Quilombola Lagoas” – área em processo de regularização fundiária, ainda em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que toma o período escravista da região como origem dos remanescentes atuais (VIEIRA, 2015).

Dessa maneira, inserem-se dois tipos de comunidades partícipes nesta pesquisa: trata-se daquele atribuído à socioespacialidade, quando da delimitação específica à localidade Lagoa de São Vitor, área onde o sítio estudado situa-se geograficamente; em seguida, engloba-se a participação comunitária tradicional, no qual, membros pertencentes ao território quilombola supracitado se autorreconhecem descendentes de negros escravizados e, portanto, detentores de conhecimentos oriundos da memória e história local a serem somados ao conhecimento arqueológico, como enfatiza Tully (2007), reduzir comunidades ao aspecto residencial é demasiadamente limitante, deve-se levar em consideração aspectos relacionadas a dispersão dessas pessoas que, não necessariamente residem na área estudada.

Almeja-se que possamos avançar nas discussões principais desta pesquisa, a primeira, de envolvimento arqueológico-público e, a seguir de inserção no contexto trabalhado: o da Arqueologia da Escravidão e da história local. Para tanto, seguem as pontuações norteadoras sobre essa temática, que servirá como linha de pesquisa auxiliar e direcionadora do trabalho, com o objetivo de situarmo-nos contextual, histórica e cronologicamente nos emaranhados da colonização, escravidão e movimento quilombola na Fazenda São Victor.

1.2 Diáspora africana e Arqueologia da Escravidão

Atualmente, a Arqueologia Histórica empreende seus estudos dentro de diferentes linhas de pesquisa, permitindo uma maior abrangência no campo de suas discussões teóricas e conceituais, com objetivos distintos, a fim de diversificar suas reflexões, implicando em uma pluralidade interpretativa e de delimitações pautados em contextos específicos.

A Arqueologia Histórica, portanto, é entendida nesta pesquisa, como o campo responsável por abarcar os estudos dos processos de conformação do mundo moderno, iniciado com a expansão europeia do século XV e que coincide com a consolidação do sistema capitalista, tendo continuidade até os dias atuais (ORSER JR, 1996; ZARANKIN, 2001). Desse modo, é responsável por analisar contextos e materiais diversos que variam entre: artefatos e aldeamentos indígenas, as mudanças ocorridas com o contato indígena-colonizador, assentamentos, cidades coloniais, arquitetura, cultura escrava e fazendas. Estas duas últimas temáticas complementares para a análise e discussão do referido estudo.

Portanto, para a análise da Fazenda São Victor, iremos nos deter em inserir as análises e interpretações nesta subárea da Arqueologia Histórica denominada “Arqueologia da Escravidão”.

Calcula-se que cerca de nove a doze milhões de pessoas foram forçadas a saírem do continente africano, destinadas às Américas para serem escravizadas, sem incluir os que não conseguiram sobreviver ao violento processo de captura e o consequente rigor da travessia atlântica. Em centenas de anos de intensa atividade, a escravidão, enquanto modo de produção foi uma das mais importantes bases da estrutura econômica, social e também cultural do Novo Mundo (COSTA, 2016; BRANDÃO, 2015; ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Dos milhões de negros oriundos deste processo de migração forçada, aproximadamente de quatro a seis milhões vieram exclusivamente para o Brasil, tornando-nos o país mais escravagista do mundo moderno (COSTA, 2016; SOUZA, 2013), permanecendo neste regime por trezentos anos.

O Brasil foi a nação das Américas mais “acabamente escravista”, sendo um dos primeiros territórios a introduzir essa prática e o último a aboli-la, importando, por conseguinte, o maior número de cativos do continente. Só a nível nacional, ressalta-se uma rica gama de produção alimentícia oriunda da mão-de-obra servil: açúcar, arroz, café, charque, fumo, pau-brasil, ouro, etc. (MAESTRI, 2014).

Não teve região [do Brasil] que desconhecesse a escravidão. As colônias lusitanas que se instalaram nas costas americanas vingaram apoiadas na dura exploração do trabalhador escravizado, primeiro nativo, a seguir africano. Não houve esfera da sociedade que não fosse determinada pela escravidão (MAESTRI, 2014, p. 7).

Dessa maneira, a escravidão da era moderna¹⁸ era tida como o recurso maior do processo histórico marcado pela transição do sistema feudal para o capitalista mercantil. Assim, por uma questão puramente econômica, voltada para aquisição e acumulação do capital é que a escravidão foi adotada e também legitimada (BRANDÃO, 2015).

A preferência pelos africanos para a prática desses trabalhos braçais foi o motivo maior que fez com que os portugueses se voltassem para o tráfico na África. Este deslocamento forçado de africanos, o cotidiano e resistência negra, bem como seu consequente processo de “ocupação conjunta” do território colonial, constituem algumas das principais vertentes de estudo da “Arqueologia da Escravidão” e também de sua subárea denominada “Arqueologia da Diáspora Africana”.

A Arqueologia da Escravidão permite o entendimento e o estabelecimento de inferências interpretativas acerca da materialidade, espacialidade e história do período escravista e pós-abolicionista, contribuindo para a exploração da diversidade de práticas que podem ter sido vivenciadas no passado, dentro do contexto afro-escravista.

Para Symanski e Gomes (2012) os estudos nas *plantations*¹⁹ é que possibilitaram a compreensão desses contextos afroamericanos nos finais da década de 1960 e início de 1970, em senzalas das regiões da Flórida e da Geórgia, investigando o processo de emergência da tradição afroamericana a partir dos possíveis restos tangíveis dessa cultura no registro arqueológico.

Dos diversos objetos de estudo da escravidão analisada sob o prisma da Arqueologia, destaca-se a linha da Diáspora Africana. O termo “diáspora” tem sido um dos embates para a compreensão do que este segmento da Arqueologia objetiva compreender.

Ferreira (2009a) trata de explicitar as confusões conceituais em torno deste vocábulo: o autor menciona o conceito cunhado por Singleton e Souza (2009) como “a dispersão

¹⁸ Jacob Gorender (1992) explica que para entender a escravidão colonial brasileira se faz necessário entender a distinção entre o escravismo da Antiguidade e o da Era Moderna. Na antiguidade, muitas vezes os trabalhadores escravizados trabalhavam lado a lado com seus proprietários e com homens livres e a escravidão tinha um caráter patriarcal, que resultava na produção de subsistência. Os escravizados mais hábeis tinham a chance de comprar sua liberdade e de se inserir na sociedade vigente.

¹⁹ Sistema de exploração agrária e latifundiária característica do período colonial, baseada em monocultura, com finalidade de exportação e uso do trabalho escravo.

mundial dos povos africanos e de seus descendentes como consequência da escravidão e outros processos de migração” (idem, p. 268). Neste sentido, o autor explica que “diáspora” remete à origem do termo grego que, em tese, significa “a dispersão de um povo, não necessariamente obrigado a migrar, mas, usualmente, dissipado contra sua vontade” o que vai de contra ao que historicamente é sabido sobre a imigração forçada do povo africano.

Diante disso, a ligação do vocábulo “diáspora” com o gentílico “africana” nos direciona a compreensão de um panorama bem mais complexo do que foi posto por Singleton e Souza (2009). Em síntese, entendemos que a Arqueologia da Diáspora Africana trata do estudo do fenômeno de deslocamento transcontinental de dispersão forçada dos grupos africanos, ou seja, a análise e a cartografia da rede triangular do tráfico negreiro, englobando os povos da África, Europa e América (ALPERS, 2001; FERREIRA, 2009a).

A Arqueologia da Escravidão e da Diáspora Africana possibilita-nos analisar diversos aspectos no qual os grupos negros estão inseridos, desde a busca por naufrágios de navios até a análise de atributos da cultura material afro. Para esta proposição de pesquisa, com o foco na Fazenda São Victor e a sua conformação a partir dos diversos espaços que o compõem, algumas proposições, pautadas no referencial teórico aqui exposto, esbarram nos objetivos elencados anteriormente e contribuem para a sua culminância: o principal deles, mostrando-se em conformidade e alinhamento com o principal mote desta pesquisa, consiste em “circunscrever os espaços de formação das comunidades escravas e os distintos universos multiculturais que construíram” (FERREIRA, 2009b, p. 269).

Também são enfatizados os estudos de “outras sociedades contemporâneas à escravidão na África e a pesquisa de sua cultura material, assim como todas as transformações no continente após o período de contato com os europeus” e, principalmente a análise dos “espaços dos africanos livres como quilombos e comunidades pós-escravidão (...)” (COSTA, 2016, p. 72-73).

No nordeste brasileiro foram empreendidos os principais estudos sobre o tema da escravidão no Brasil, tendo como foco a região que compreende o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas. O enfoque principal destas pesquisas em Palmares se dá a partir das ideias em torno do movimento de resistência negra, o que resultou nos já conhecidos quilombos, visto como um mecanismo político e econômico de rebelião contra a ordem vigente pautada na repressão negra (idem).

Para Symanski e Gomes os vestígios materiais de práticas cotidianas constituem-se como uma importante via de acesso à história da escravidão. As análises desta cultura material permite “explorar a diversidade de práticas que podem ter sido, por um lado, intencionalmente mantidas ocultas das vistas dos senhores e feitores, ou, por outro, consideradas tão triviais a ponto de não terem merecido a atenção do registro por parte desses segmentos” (SYMANSKI; GOMES, 2012, p. 294).

Supunha-se, até então, que os escravos não confeccionaram uma abundante e expressiva cultura material. Pressuposição refutada à medida que se avolumaram exponencialmente, nas últimas décadas, as pesquisas em Arqueologia da Escravidão (KELLY; THOMAS, 2010 apud FERREIRA, 2009a; FAIRBANKS, 1984).

A cultura negra foi condicionada às adaptações rígidas de comportamento, provenientes das imposições geradas pelas tradições europeias no período diaspórico. Mas, mesmo tendo sido desvinculados violentamente de seu local de origem, os povos africanos “lutaram” para manter suas tradições de importância em seus principais costumes cotidianos. “Foi preciso, durante muito tempo, e por conta dessa nova condição social que os fazia totalmente submissos, criar e recriar uma série de aspectos culturais para sustentar na memória dos imigrantes o vínculo de identidade nacional que carregavam da sua terra” (idem, p.132).

Essa cultura material produzida pelos escravos pode ter papel ativo na reconfiguração das identidades desses grupos, visto que há a possibilidade de uma “reprodução de estilos raízes”, ou seja, típicos de sua matriz africana. Essa “diversidade estilística espacial e diacrônica, pode apontar mecanismos de retenção de estéticas, significados e mesmo cosmologias de diferentes grupos africanos, como também (...) os processos de mudanças”, resultantes de trocas culturais entre os grupos diversos (SYMANSKI; GOMES, 2012, p. 312).

A cultura material do contexto escravo tem demonstrado as diferenças dos grupos sociais que viveram e interagiram neste espaço e, naturalmente, os “colonos” e “escravos” constituíram-se como os grupos mais distintos. Porém, devemos-nos atentar que além destes, os espaços do cotidiano escravo, como o complexo da fazenda, constituíam-se como um celeiro diversificado de atores sociais. *“The obvious social differences between slaves and their masters have led some archaeologists to search for these distinctions in the archaeological deposits left by both groups”* (ORSER JR., 1988, p. 735).

Além da atenção dada aos materiais de origem exclusivamente escravista, arqueólogos históricos têm se interessado, também, por muitos outros objetos e pelo modo como estes foram usados para exprimir ou simbolizar aspectos de suas vidas em sociedade. Orser Jr. (1992) explica que uma das preocupações de parte de arqueólogos que escavaram vestígios de casas de fazendeiros em contextos escravistas, era determinar como eles expressavam materialmente sua riqueza e posição social. E complementa:

Embora o número de escravos possuídos e a quantidade de terras controladas fossem duas medidas usuais de riqueza dos fazendeiros, os arqueólogos sabem que riqueza e *status* podem ser expressos por outras manifestações materiais, principalmente por meio de artefatos. Assim, uma série de arqueólogos tem analisado artefatos de sítios de fazendeiros (cerâmica de mesa, vasos de vidro, itens de vestuário e objetos pessoais) tentando determinar como diversos fazendeiros, de pequenos a grandes proprietários, simbolizavam sua riqueza (ORSER JR, 1992, p. 109).

Em síntese, o arqueólogo, ao lidar com a cultura material oriunda de escavações nestes sítios, pode ser capaz de definir aspectos ligados desde a infraestrutura até como os escravos lidavam no cotidiano. É possível, em dias atuais, por meio de metodologias arqueológicas, obterem-se informações sobre plantas, detalhes de construções (matérias-primas, localizações, usos do espaço, etc.), ruínas, muros, mobília e objetos utilizados nesse período (FAIRBANKS, 1984; ASSIS, 2012).

Assim como a efervescente necessidade da Arqueologia se aproximar mais do público através de trabalhos colaborativos ou participativos, principalmente a partir da década de 1980, Allen e Oliveros (2016) explicam que a Arqueologia praticada em comunidades negras nasce junto ao reconhecimento étnico da população negra e/ou afrodescendente nos últimos vinte anos em consonância com os movimentos sociais negros e estudos diversos de caráter antropológico, histórico e linguístico originários em décadas anteriores.

Em meados da década de 1990 a Arqueologia da Escravidão procura se conectar com a Arqueologia Pública, quando sua variedade temática e interpretativa desta última valorizou-se (FERREIRA, 2009b). Nos Estados Unidos desenvolveram-se os projetos sistemáticos e de maior alcance sobre as dimensões públicas da Arqueologia da Escravidão. Essa conexão resultou no intenso ativismo dos movimentos sociais das comunidades negras, bem como maiores críticas e engajamento de alguns arqueólogos (*ibidem*).

Dentro deste panorama, entende-se que a Arqueologia da Escravidão e sua ligação direta com a Arqueologia Pública criem mecanismos que possibilitem a contribuição do entendimento interpretativo deste contexto ligado à colonização, exploração, escravidão,

abolição, movimento quilombola na região sudeste do Piauí associados à participação efetiva da comunidade guardiã do patrimônio.

1.3 “Envolver, Colaborar e Participar”: Articulando metodologias entre Arqueologia e Comunidades.

“Arqueologias comunitárias articulam abordagens metodológicas cujo objetivo é essencialmente a colaboração entre pesquisadores e comunidades locais (...). Sua premissa é a de que a interpretação do passado é mais bem alcançada quando as mais diversas vozes estão envolvidas nesse processo e, ainda, que o passado é altamente relevante para inúmeras situações sociais e políticas”.

(GOMES; SANTOS; COSTA, 2014, p. 395).

Evidenciamos anteriormente o desenrolar da Arqueologia Pública como uma atividade teórico-prática onde a participação comunitária enquanto sujeito do processo arqueológico seja ativa e concomitante à intervenção científica, construindo as bases teóricas para o desenvolvimento prático das atividades almejadas.

A busca por metodologias que contemplassem os questionamentos acerca de como a Arqueologia Pública institui-se em trabalhos a nível internacional e nacional fez com que nos deparássemos com alguns conceitos que passaram a complementar-se e a contribuir na construção de um arcabouço prático para a realização da pesquisa, levando em consideração a intervenção científica e o diálogo com o público-sujeito.

Desse modo, as bases metodológicas utilizadas nesta pesquisa, principalmente àquelas relacionadas às intervenções com a comunidade trabalhada, baseiam-se numa miscelânea de terminologias e conceitos que serão apresentados a seguir, ao tempo em que suas definições são diretamente associadas ao referencial teórico utilizado, no qual a Arqueologia Pública almeja o diálogo e o despertar das relações de pertencimento e empoderamento do patrimônio histórico, cultural e ambiental com a sociedade, do qual foram utilizados para o referido estudo realizado na comunidade Lagoa de São Vitor.

What is Community Archaeology? É com esse questionamento que Yvonne Marshall (2002) abre a discussão em sua publicação homônima acerca das definições envoltas na Arqueologia Comunitária. Para a autora, o referido conceito situa-se no envolvimento da

população local nas pesquisas arqueológicas, bem como nas políticas de representação do patrimônio cultural a eles pertencentes.

Richardson e Almansa-Sánchez (2015, p. 202), baseados na obra supracitada, além de Stephanie Moser et al. (2002) e Gemma Tully (2007; 2009) a definem como “uma colaboração cuidadosamente gerida e liderada por arqueólogos profissionais especialistas, com participantes amadores”. As ideias dessas últimas autoras, referências base para projetos colaborativos, serão melhores explanadas quando da descrição das atividades.

Tully (2007) explica que a Arqueologia Comunitária é praticada de várias formas, mas, de modo geral pode ser entendida como a participação pública em pesquisas arqueológicas com objetivo, métodos e trabalhos supervisionados e controlados por arqueólogos especializados.

Para Colwell-Chanthaphonh e Ferguson (2008) editores da obra: “*Collaboration in Archaeological Practice: Engaging Descendant Communities*”, os trabalhos com participação comunitária devem ser entendidos enquanto um sistema de colaboração, no qual um conjunto de estratégias buscam atingir diferentes públicos para a prática em trabalhos cooperativos.

Dessa maneira, absorvem-se dessas definições dois aspectos que merecem atenção. Primeiramente, no que diz respeito aos termos “envolvimento”, “colaboração” e “participação”, nesse caso, concernente a atribuição da população e sua inserção nas pesquisas arqueológicas. Em síntese, entende-se como significados desses termos as seguintes definições: “Incluir. Comprometer; Trabalhar em comum com outrem. Agir com outrem para a obtenção de determinado resultado. Ter participação em obra coletiva, geralmente literária, cultural ou científica; Fazer saber. Tomar parte” (FERREIRA, 2012; <https://dicionariodoaurelio.com>).

Essas definições atingem o ponto máximo que essa pesquisa propõe-se: uma abordagem metodológica que contemple o envolvimento, colaboração e participação comunitária, no sentido de que as interpretações almejadas para o passado do qual nos debruçamos, sejam melhores atingidas quando as diversas vozes envolvidas no processo sejam contempladas, possibilitando uma complementaridade necessária ao fazer arqueológico inserido neste segmento (GOMES, SANTOS; COSTA, 2014). E, dessa maneira, tais definições acabam por complementar-se, servindo de principal embasamento metodológico para a execução do referido estudo.

O outro ponto que merece destaque é a ênfase dada pelos autores de que a pesquisa comunitária é realizada com supervisão de arqueólogos, colocando-nos num sistema de oposição “especialista x amador”. Talvez tal definição ou delimitação hierárquica sejam demasiadamente radicais, no sentido de que, quando nós arqueólogos nos propomos a aplicar esse tipo de metodologia, devemos estar cientes de que, por mais que nosso conhecimento científico/acadêmico seja o propulsor do trabalho ali a ser realizado, sejamos também igualados aos demais partícipes, mesmo que estejamos no papel de “facilitadores/monitores/coordenadores” do processo colaborativo a ser executado.

Certamente, como explicitamos no primeiro capítulo, isso é um desafio e que às vezes não conseguimos nos despir, mesmo quando achamos que estamos assim o fazendo. Mariana Petry Cabral (2013) realiza discussão similar, explicando que essa relação dúbia acaba por ser caracterizada como um “choque cultural”, naturalmente, oriundo das diferentes formações culturais, sociais, econômicas e políticas de ambos os envolvidos nesse sistema. “(...) a Arqueologia e o conhecimento nativo operam com lógicas próprias e distintas. As explicações, ainda que versem sobre o mesmo suporte material, são construídas sobre suportes imateriais diferentes” (idem, p. 120).

Para a autora supracitada, o despir-se do papel de especialista não faz sentido nesse processo, visto que é essa condição que nos faz estar presente e ativo no desenvolvimento do projeto. Essa lógica não é de todo equivocada, pois é a academia que nos serve como ponte para o acesso a esses espaços e o contato pessoal, dos quais as proposições são delineadas (CABRAL, 2013). No entanto, como essa “posição” de especialista é praticada, que constitui o cerne de como nossa pesquisa foi realizada.

A busca por interpretações colaborativas dos espaços constituintes do complexo produtivo em estudo é nosso principal objetivo, não almejando escolhas ou a ascensão de determinadas explicações e sim contemplando as mais variadas possibilidades. Diante disso, Cabral (2013) levantou uma discussão sobre essa problemática e sua “saída” apoia-se em uma alternativa da qual compartilhamos e reverberamos nos resultados desta pesquisa.

Ao confrontarmos as interpretações, buscamos entender como estas apresentam similaridades, diferenças, embasamentos históricos passados e presentes e complementaridade, bem como estes espaços e materialidades funcionam enquanto seres ativos para a comunidade, eliminando, por conseguinte, a “exclusão” ou “invalidade” de determinadas explicações (idem).

Para que tais reflexões façam sentido na prática comunitária e, conseqüentemente sejam aplicáveis no caso da Lagoa de São Vitor, seguiremos os direcionamentos de Cabral (2013), buscando compreender o funcionamento do “sistema de conhecimento do outro” e “entender como as explicações do outro são feitas”.

Nesta miscelânea de metodologias que contemplam a participação efetiva da comunidade nos trabalhos arqueológicos, Juliana Salles Machado (2013), responsável por realizar um trabalho participativo com indígenas Xokleng do estado de Santa Catarina, enfatiza a colaboração na Arqueologia como um meio de flexibilização científica, incorporando diferentes visões acerca do passado – como já discutimos, com o objetivo de trazer a complexidade e diversidade de ideias sobre o passado, a cultura material e o patrimônio como um todo, evitando cair no obscurantismo do discurso homogêneo, único e estável.

O aspecto mais importante, e porque não, crucial desta perspectiva Comunitária/Colaborativa é, enfatizar a necessidade de tornar as comunidades em agentes e colaboradoras ativas da pesquisa arqueológica (FERREIRA, 2008a, grifo nosso). Em suma, tratar para que este tipo de Arqueologia seja uma prática menos excludente e mais responsável com as comunidades, que durante muito tempo “permaneceram relegadas à OBJETOS de pesquisa e não como SUJEITOS ativos na construção de um conhecimento público ou cientificamente aceito” (MACHADO, 2013, p. 76).

Termos como Arqueologia Comunitária, Colaborativa ou Participativa e seus respectivos conceitos, sinteticamente, dizem respeito aos métodos práticos de construção do conhecimento arqueológico com comunidades. Dessa maneira, considera-se que os mesmos são entendidos como os meios/metodologias com que a Arqueologia Pública deva atuar para alcançar seus objetivos: colaboração e participação comunitária, ou seja, é a prática conjunta entre comunidades locais, associadas à ciência arqueológica, em um diálogo aberto, democrático, concomitante e recíproco.

Merece ênfase que, para a Arqueologia desse segmento, a comunidade não deve ser utilizada apenas como fonte de História Oral, como simples mão-de-obra da pesquisa de campo ou, ainda, como receptores de informações oriundas da pesquisa, como os resultados, por exemplo. Isso não é Arqueologia Pública e, muito menos comunitária ou colaborativa, por mais que essas palavras denotem esse tipo de significado.

Assim como enfatiza Ferreira (2008a, p. 87), as etapas de campo e laboratório, bem como as políticas de gestão do patrimônio cultural “devem ser discutidos e decididos conjuntamente pela equipe de arqueólogos e a comunidade, num diálogo e colaborações contínuos”, pois trabalhar comunitariamente diz respeito, principalmente, ao gerenciamento e a construção do conhecimento e o conceito de herança (RICHARDSON; ALMANSA-SÁNCHEZ, 2015).

Colwell-Chanthaphonh e Ferguson (2008) notam que, atualmente, há uma “tradição” crescente de programas que incorporam o diálogo comunitário em seus projetos, buscando inserir a comunidade de forma ativa nas pesquisas, ajudando a “(re)ativar sua consciência de classe” e influenciando a participar das pessoas em movimentos sociais.

Em contexto similar do qual essa pesquisa apoia-se, têm-se os apontamentos de Lima (2013) sobre os trabalhos relacionados à colaboratividade na área correspondente ao Cais do Valongo-RJ. Para a autora, as sociedades tem o poder de decidir o que devem lembrar ou esquecer durante sua história, porém, geralmente, essas decisões não são tomadas em conjunto com as comunidades minoritárias, também construtoras desse passado. É nesse momento que a Arqueologia tem o “poder” de trazer aquilo que se pretendeu esquecer/enterrar e apresentar à sociedade para que elas possam reviver esse passado e encontrar formas de lidar com ele, principalmente, sob formas inclusivas e democráticas.

Podemos associar à demanda que estamos lidando as discussões empreendidas em torno da “Arqueologia Social Inclusiva²⁰”, proposta na tese de doutoramento da arqueóloga Rosiane Limaverde (2015). Para a autora, a Arqueologia é uma ciência composta por um sistema de conhecimentos e, dessa maneira, não pode ser resumida a simples escavações de campo e consequentemente resultados sistematizados. Deve abranger também ideias, símbolos, imagens, mitos e, inclusive, sentimentos.

A Arqueologia Social Inclusiva, por sua vez, só faz sentido quando a cultura material ou qualquer outro objeto de estudo, no qual ela chama de “partículas do passado”, forem “lidas e (re)interpretadas” pelas comunidades a que pertencem como parte de suas vidas e identidades, partindo do imaginário, do mito vivido e recriado, gerando afetividade coletiva, material ou imaterial (idem).

²⁰ É digno de nota mencionar que, mesmo utilizando as premissas da Arqueologia Social Inclusiva, o contexto da palavra “Inclusiva” denota uma Arqueologia no qual tem uma autoridade sobre as pessoas e pode incluí-las, ou ainda, um tipo de Arqueologia no qual as pessoas “podem” se incluir, indo contra ao que se almeja de uma atividade “natural”, no qual as pessoas devam se sentir incluídas no processo. Neste caso, o que queremos dizer é que não deveria se criar uma Arqueologia Inclusiva (e até mesmo Arqueologia Pública ou Colaborativa) e sim que todas “as Arqueologias” fossem, naturalmente, inclusivas.

Em síntese, a Arqueologia Social Inclusiva proposta por Limaverde (2015), dá protagonismo à comunidade, de forma a legitimar a herança do patrimônio arqueológico, transformando-a em “guardiã” da memória local e consequentemente construindo a cidadania através dessa ótica inclusiva. Estas memórias, por sua vez, serão “revividas, recriadas e retransmitidas” (idem, p. 80) da comunidade (crianças e jovens) para a própria comunidade e o público em geral, a partir de um processo de aprendizado contínuo e de gestão desse patrimônio a eles pertencente.

Ao analisarem essas definições de cunho coletivo, Jaqueline Gomes, Rafael Santos e Bernardo Costa (2014), baseados em Atalay (2010), resumem essa diversidade, nuances e intercepções explicando que esses projetos, em geral, são “orientados para a comunidade, desenvolvidos com seus membros para lidar com interesses e necessidades que eles identificam, conduzidos contando com os valores fundamentais da comunidade” (p. 395).

Dewbury e Broadrose (2011) citados por Colwell (2016) enfatizam a reflexão da compreensão de que, indiscutivelmente, há limitações nesse sistema de colaboração que, muitas vezes, são resultados de nossos sistemas acadêmicos que continuam a não dar a devida importância ou valor ao conhecimento coletivo, além da falta de sensibilidade de estudiosos ao questionarem ou até mesmo negarem suposições, crenças e práticas de determinado povo.

Ao adentrarmos “nestas Arqueologias” e seu caráter coletivo, podemos verificar o quanto suas definições conversam entre si e compartilham terminologias similares. Atuando como métodos de aplicação prática, sem perder a essência de um embasamento teórico, imprescindível para a construção do conhecimento arqueológico mútuo, tendo como base central a compreensão das dimensões que a Arqueologia Pública incide sobre a gestão compartilhada do patrimônio cultural. Entender Arqueologia Pública, por sua vez, é adentrar o universo não apenas do científico e do popular, mas compreender relações de tradição, solidariedade, reciprocidade e alteridade.

Nesta pesquisa perpassamos não só o caminho do “fogo cruzado” (FERREIRA, 2008a) existente entre ciência e comunidades, mas também sincronizamos essa compatibilidade de saberes, desde os trabalhos de campo até os de fase laboratorial e interpretativo, buscando com que estes detentores do patrimônio sintam-se inseridos diretamente no processo, estabeleçam e fortaleçam seus sentimentos de pertencimento e reconhecimento identitário com seu próprio patrimônio histórico-cultural.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

2.1 As Fazendas de Gado como ferramentas de ocupação no Piauí colonial.

“A imensidão das fazendas de gado do Nordeste já tinha chamado a atenção do jesuíta Antonil, ocupando vastidões da Bahia até o “certão do Piaghy” – atual Piauí. Alguns arraiais e vilas nasciam no centro dessas fazendas, dando origem a muitas das atuais cidades nordestinas. Casas de barro cobertas de palha, currais de pedra ou madeira, pequenas roças de mandioca, feijão e milho funcionavam como âncora para o gado que se criava solto. Pastagens sem limites funcionavam como campos de engorda [...] Fazendas grandes agregavam tenda de ferreiro e carpinteiro, cercados para separação de reses, reservas de pasto e lavouras de subsistência. Muitas delas ainda possuíam engenhos [...] casas de farinhada e alpendre ou tendas com rodas de fiar algodão [...] Técnicas e os equipamentos tão importantes nos engenhos eram aqui substituídos pela habilidade específica do vaqueiro”.

(DEL PRIORI; VENÂNCIO, 2006, p. 71-72).

No Piauí, ainda são embrionários os estudos voltados para a análise arqueológica das estruturas e espaços físicos constituintes de fazendas do período colonial, principalmente as situadas no sudeste²¹ piauiense, que detêm características distintas daquelas encontradas em outras regiões do estado e, de forma geral, do Nordeste e do Brasil.

Desta maneira, para compreendermos este contexto, explanaremos como se deu a ocupação desta região do Piauí a partir da instalação das fazendas de gado, como estas se constituíram enquanto complexo produtivo e escravagista e como a Fazenda São Victor, objeto de estudo desta pesquisa, insere-se historicamente nesse cenário.

Como mencionado, a história da ocupação do território piauiense destaca-se por diferir das demais áreas que compõem o nordeste brasileiro, isso se deve ao fato de que, contrapondo a ideia comum de um fluxo de direção litoral-sertão, este teve o sentido inverso. Onde a pecuária, em ascensão neste pedaço de terra, era criado no interior e enviado para as regiões adjacentes. “A iniciativa de interiorizar tal criação teve o objetivo de proteger a principal atividade econômica da colônia [o cultivo da cana-de-açúcar], o que por outro lado, terminaria por expandir fronteiras territoriais e constituir novas fontes de riquezas” (ASSIS, 2009, p. 14).

²¹ É importante mencionar que “sudeste do Piauí” diz respeito a atual demarcação geopolítica do Estado. Para fins de compreensão textual, tal nomenclatura será utilizada no texto para situar espacialmente o *locus* estudado.

A área correspondente a Capitania do Piauí, antes de sua nomeação e instalação, pertenceu a diferentes capitanias e em períodos diversos: primeiramente Pernambuco, o qual deveria ser desmembrada em 1695, porém isso não ocorreu, e apenas a partir de 1715 esteve sob jurisdição da Capitania do Grão-Pará e Maranhão. Esta área, oeste do rio São Francisco, era conhecida por “Sertão de Dentro” ou “Sertão de Rodelas” e só a partir de 1718 é que esta região proporcionou, em teoria, a criação da “Capitania de São José do Piauí”, mas instalada de fato, apenas em 1758, através de uma Carta-Régia do rei de Portugal (OLIVEIRA; ASSIS, 2009; SILVA, 2013).

Considera-se, portanto, para o Piauí, uma ocupação tardia, se comparado às demais províncias do Brasil, e a região sudeste desse é um caso ainda mais recente. Mesmo com esta ênfase dada a uma colonização morosa, apenas dois séculos de contato entre colonizador-indígena foram responsáveis pela dispersão dos nativos e a ocupação do espaço para a criação de gado, principalmente na costa do território, seguidos pelos rios Piauí, Canindé e Guruguia (OLIVEIRA, 2007; SILVA, 2013).

Para Oliveira (2007), essa região sudeste encontrava-se, nesta conjuntura, em um local privilegiado para o trabalho com a criação de gado, intermediando dois pontos de irradiação para a dispersão pecuarista para o interior do Brasil: a “corrente baiana” e a “corrente pernambucana”, além de ser caminho para a distribuição do gado na Bahia e Minas Gerais. Este “diálogo geoespacial” da região sudeste foi essencial para a ocupação desta área.

De fato, a instalação das fazendas de gado constituiu o principal mecanismo de ocupação e distribuição do espaço piauiense, influenciados pela Coroa Portuguesa que realizou a doação de extensas áreas por todo o território que compreende a capitania. Para Lima (2016), o motor de ocupação desta área, entre os séculos XVII e XVIII, foi a doação de lotes de terras, por meio da concessão de sesmarias aos bandeirantes e sertanistas.

O principal nome neste processo de implantação e organização econômico-territorial do sudeste do Piauí é Domingos Afonso Mafrense, conhecido também pelo nome de “Domingos Sertão”. Ele, acompanhado do expedicionário Francisco Dias D’ávila, juntamente com Julião Afonso Serra e Bernardo Pereira Gago, da fazenda baiana Casa da Torre, instalaram-se definitivamente nesta região do Piauí, estes “possuíam diversas fazendas espalhadas nas beiras dos principais cursos d’água, fazendas estas que eram zeladas por vaqueiros ou camaradas” (MOTT, 1976, p. 348; NUNES, 1975).

A implantação das fazendas foi tão instantânea que, já em 1697, apenas vinte anos após a entrada dos primeiros sertanistas no interior do Piauí e um ano após a criação de sua primeira freguesia, já se havia constatado a existência de 129 fazendas de gado e 153 sítios nas margens de 33 rios, ribeiras, lagoas e olhos d'água limítrofes com as terras dos gentis, com uma sociedade, de certa forma, organizada (OLIVEIRA; ASSIS, 2009; MOTT, 1976). Ressalta-se que, às margens do Rio Piauí, sudeste da capitania, “encontravam-se localizadas, de acordo com o Pe. Miguel de Carvalho, 21 fazendas com 74 habitantes” (ENNES, 1938 apud OLIVEIRA, 2007, p. 29).

Domingos Mafrense retorna à sua residência na Bahia e acaba falecendo, deixando mais de 30 fazendas de gado. Sem herdeiros, deixou em testamento todas as suas terras e gados que possuía no Piauí para serem administradas pelos padres jesuítas da Companhia de Jesus (OLIVEIRA, 2007). Durante o período em que os jesuítas estiveram na administração das fazendas, o Colégio da Bahia e o Noviciado de Jequietaia receberam financiamento e sustento a partir da produção de gêneros alimentícios destas fazendas (SILVA, 2013).

Para Antônio José de Moraes Durão, então Ouvidor da Capitania, nos fins do século XVIII algumas distinções acerca da caracterização dos espaços produtivos do Piauí Colonial merecem destaque. Segundo o mesmo, “fazenda” é atribuída àquela de criação de gado *vacum* ou cavalar, ditas vulgarmente “currais”; já os “sítios”, se toma pela fazenda que se cultiva, separada daquela que se cria o gado (LIMA, 2016; MOTT, 1976).

Para o contexto piauiense, Knox (1995) explica:

Fazenda, no Piauí, compreende assim uma unidade econômica e social com produções diversificadas que vão desde a criação de gado *vacum* ou cavalar passando pela produção de alimentos de subsistência, até a produção de açúcar, algodão e fumo. Não se concebe uma grande “fazenda de gado” no Piauí que não tenha outras atividades produtivas (KNOX, 1995, p. 148)

Em síntese, atribui-se à realidade das fazendas piauienses a denominação de “complexo produtivo” (KNOX, 1995), designado para as áreas agropastoris associadas aos espaços ligados às atividades diversas que propiciavam o desenvolvimento da fazenda, sítio ou até mesmo, povoado.

Nas fazendas da região sudeste, onde o clima era mais árido que o do norte da capitania, o gado criado era o *vacum* ou *cavalar*, no qual se constituíram como excelente “produto” para o desenvolvimento da pecuária extensiva, impulsionando a economia regional na época até meados do século XIX (SILVA, 2013).

Ressalta-se que algumas fazendas do Piauí também se ocupavam de atividades agrícolas, o que não é muito enfatizado por alguns pesquisadores. Para Lima (2009, p. 2), é de grande importância romper com a visão de que grandes fazendas eram única e exclusivamente espaços para criação de gado. “Em rigor, poucas foram as unidades com esta característica”.

Em 1759, o governo português decretou a expulsão da Companhia de Jesus de todo o Império português. Já em 1760, os jesuítas do Piauí foram presos e remetidos para a Bahia. Após esse fato, as antigas fazendas de Domingos Sertão passaram para a Real administração, sendo então denominadas de “Fazendas do Fisco” ou “Fazendas do Real Fisco”. Após a Independência, as fazendas passaram a fazer parte do patrimônio imperial sendo denominadas “Fazendas Nacionais” e, em seguida, entraram em progressiva decadência (OLIVEIRA, 2007; KNOX, 1986).

Ao longo dos anos, sucessivos ataques dos índios Pimenteira às fazendas e criações de gado alimentavam as chamas dos inúmeros embates entre colonizadores e bravios durante a “Guerra da Conquista”, instaurada nesta região em decorrência do avanço da colonização advindo do norte da Capitania. Os resultados quase sempre eram os mesmos: o abandono de fazendas ou o extermínio de grupos indígenas. O referido conflito, que tem duração de mais de quarenta anos, teve como cenário o “Sertão das Pimenteiras”²², em alusão ao temperamento dos indígenas existentes nestas terras (NEGREIROS, 2012; OLIVEIRA, 2007).

O mapa etnohistórico desta região, delineado por cronistas e viajantes nos séculos XVIII e XIX, é marcado pela presença dos grupos Acoroá, Acumê, Amoipira, Araiê, Coripó, Gueguê, Jaicó, Kamakã, Okren, Prassaniú, Tapacuí, Tamanquim, Xerente, Xikriabá e os Pimenteiras, grupo mais citado na documentação histórica até o século XIX (OLIVEIRA; ASSIS, 2017).

Para Pinto (1935 apud OLIVEIRA, 2007 p. 54), quase todas as etnias identificadas que, por algum momento, transitaram pelo sudeste do Piauí, pertencem ao tronco Macro-Jê, com exceção dos Amoipira, povo Tupi. “Já os Pimenteiras foram considerados por alguns autores como da família Karib” ou Caríbas, sendo índios vindos das cabeceiras dos rios Tapajós e do Xingu” (idem, p. 61).

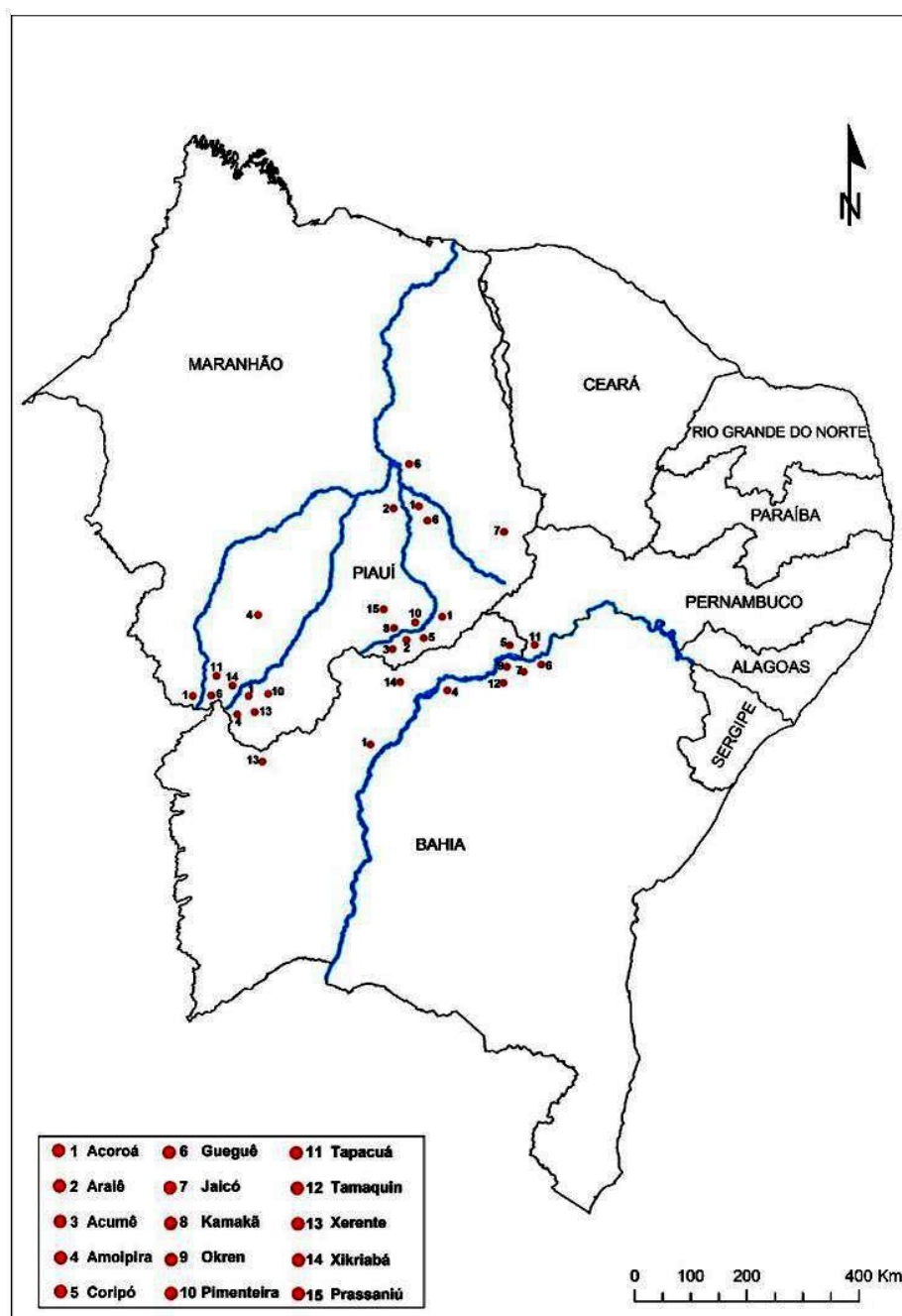
²² “(...) O Sertão das Pimenteiras ficaria delimitado a leste pelas cabeceiras do rio Piauí, a oeste pelo rio Gurguéia, a sudoeste pelo rio Curimatá e a sul pela Vereda da Pimenteira, afluente direito do médio rio São Francisco. Esse espaço considerado incivilizado foi uma criação histórica que se sustentou e se justificou no imaginário colonial justamente pela presença dos índios Pimenteiras, empecilho maior para civilização da área” (NEGREIROS, 2012, p. 11).

A documentação do “Projeto Resgate – Capitania do Piauí”, em 1769, aponta os relatos de moradores da região do rio Piauí (sudeste da Capitania), que narram para o governo, que os habitantes de Pimenteiras, eram uma mistura das etnias Coripó e Prassaniù e já estavam na região há bastante tempo (OLIVEIRA, 2007).

De forma geral, a distribuição espacial destes grupos compreendia a região Centro-Sul do Piauí, Leste do Maranhão, Oeste da Bahia e Norte de Goiás-Tocantins (idem). Para Oliveira (2007, p. 53) “torna-se de difícil acesso quantificar bem e localizar geograficamente os grupos que viveram na região, pois as migrações em busca de terras férteis e devido às guerras eram constantes”. Guidon (1991) e Oliveira (2002), referenciados por Oliveira (2007), mencionam ainda a possibilidade dos Kamakã terem chegado à região atual de São Raimundo Nonato, no qual indícios arqueológicos apontam que estes praticavam enterramentos secundários em urnas funerárias.

Em tese defendida por Oliveira (2007), o grupo Pimenteira foi formado no sudeste do Piauí, provavelmente da junção de grupos dessa região com outros da área do São Francisco, não se constituindo apenas de uma só etnia. As bases seriam os Coripó e Prassaniù, bem como outros grupos que fugiram das frentes pastoris, juntando-se e dando origem a essa nova etnia, no qual receberam a exodenominação “Pimenteira” pelos colonizadores, após sua formação no período pós-contato.

Imagem 1: Povos indígenas do sudeste do Piauí



Fonte: OLIVEIRA; ASSIS, 2017, p. 83.

A documentação histórica descreve que as aldeias dos Pimenteira eram como ranchos ao “modo dos brancos”, sem muitos detalhes, apenas que as casas eram cobertas de cascas de pau e limpas. Sobre outros elementos da cultura material, sabe-se que, além dos ranchos, cacos de cerâmica, descritos como panelas eram deixados pelo caminho. “Lamentavelmente, não existe nenhuma descrição específica da cerâmica encontrada. Acharam também um machado e um pilão velho” (OLIVEIRA, 2007, p. 75).

A adoção de diversos hábitos e costumes católicos pelos Pimenteiras, como os modelos de casas e o uso de contas de rezar, além de imagens católicas encontrados em aldeias, resultou na denominação de caboclos, dada pelos colonizadores. Oliveira e Assis (2017, 84) acreditam que, “pela mudança da cultura material encontrada, o contato com o branco havia provocado mudanças no grupo, incorporando novos valores e modos de vida”.

Retornado aos conflitos entre indígenas e colonizadores, Oliveira (2007) explica que os principais estopins para o início destes acontecimentos foram o expressivo aumento populacional na capitania e a necessidade de novas terras para a criação de gado.

Desde os primeiros períodos de ocupação histórica dessa região, quando fazendas de gado foram instaladas em uma área de domínio climático tipicamente semiárido, alguns critérios de seleção do espaço foram cruciais para o desenvolvimento socioeconômico da população alóctone. Trata-se do processo de migração das zonas litorâneas e agreste do Nordeste do Brasil em direção aos locais onde melhor pudessem gozar de benefícios sesmarias. Estas, inicialmente eram distribuídas pela própria Coroa Portuguesa, e, ao longo do séc. XIX, doadas pelo próprio Poder Real Imperial, constituído no Brasil (VIEIRA, 2015, p. 78).

É importante mencionar o fato de que por estas fazendas serem essencialmente voltadas à atividade pecuarista, já foi colocada em questão a não existência de trabalho escravo ou de uma convivência “harmônica” nesse período. Esse “mito” teria surgido porque, a criação de gado não necessitaria de grande quantidade de escravos, como no caso da agricultura, como as grandes plantações de cana-de-açúcar ou de café, isso levou à “crença” de alguns historiadores que a sociedade sertaneja formou-se fora do trabalho escravista, ou com “relações livres e gentis” (KNOX, 1995).

Tal especulação se dá a partir dos trabalhos do precursor do tema na década de 1960, Odilon Nunes. Para o historiador, o trabalho do pastoreio teria ignorado o negro escravizado e usufruído do suor de vaqueiros desbravadores, homens livres (LIMA, 2016).

Brandão (2015), ao estudar as relações sociais nas fazendas do Piauí também compartilha dessa teoria:

As próprias características da atividade econômica local dispensavam o emprego de cativos e, até certo ponto, impunham dificuldades ao controle da massa subjugada. O mais lógico e racional, portanto, seria a utilização de pessoas livres, que abundavam na região e que, graças ao paternalismo reinante, tornavam-se dependentes dos proprietários das fazendas, a quem dedicavam fidelidade (BRANDÃO, 2015, p. 124).

Frente a esse paradigma histórico cunhado e levado a cabo por demais historiadores e pesquisas do gênero, na década de 1980 que Luiz Mott reinterpreta documentos do século XVII e XVIII referentes ao Piauí na fase colonial, revendo o papel da escravidão na atividade

criatório e conclui sobre o caráter escravista da sociedade piauiense (BRANDÃO, 2015; LIMA, 2016).

(...) desde o início e ao menos durante todo o setecentos, a pecuária piauiense dependeu substantivamente da mão de obra escrava negra e mestiça. Embora existindo lugar para o trabalho livre, inclusive indígena, o escravo negro sempre foi uma presença importante e indispensável nas fazendas de criatório, superior ao braço indígena, quicá mesmo ao trabalho livre (MOTT, 2010 apud LIMA, 2016, p. 134-135).

A escravaria piauiense é marcada, já no início do século XIX, por 29.68% da população. Dessa maneira, Knox (1995) enfatiza alguns aspectos característicos da sociedade da Província do Piauí: a cada três homens livres existia um escravizado; os brancos livres eram em quantidade inferior aos escravos e a população de 84.273 habitantes era majoritariamente jovem (40.39% dos negros escravizados tinham entre 0 e 20 anos).

A presença escrava no Piauí era tão importante que Silva (2013), ao elucidar sobre as relações familiares entre escravos no sertão piauiense, enfatiza a representatividade dos mesmos enquanto valiosos “bens” materiais dos seus senhores. Para a autora, mesmo com uma média de posse escrava reduzida, em comparação à posse associada às já mencionadas *plantations*, os escravos do sertão compunham os inventários, inclusive integrando os itens de maiores valores, alcançando até 700\$00 (réis).

Para a região de São Raimundo Nonato, os inventários analisados pela autora demonstram algumas razões que justificaram a venda de parte dos escravos das famílias dos inventariantes: “*para cobrir uma dívida*”; por gerar “*dívidas inúteis*” solicitam “*a troca da escrava por gado novo*” (SILVA, 2013, p. 50).

Sobre a utilização escrava, duas formas de cativeiro no Piauí foram implementadas. Lima (2016) pontua: a primeira caracteriza-se pelo “domínio privado”, tendo seu embrião originário a partir da administração das propriedades de Domingos Sertão. O “domínio público”, outra forma de cativeiro, originou-se a partir do legado de Mafrense à Companhia de Jesus.

Algo a ser enfatizado nesta pesquisa e de importância para a compreensão da lógica escravista investida no sudeste da Capitania do Piauí diz respeito à origem e percurso dos escravos que aqui se instalaram. De acordo com Knox (1995), o principal motivo que proporcionou ao Piauí a recepção de escravos foi a sua localização estratégica, intermediando os caminhos entre Maranhão e Pernambuco, servindo, consequentemente como eixos de dispersão da mão de obra que aqui chegava.

De leste para oeste, serviu de passagem para uma rede de mercadores que se dirigiam ao sul do Maranhão, saindo da Bahia e de Pernambuco. De oeste para leste, propiciou a outra corrente de escravos vinda de São Luís e cruzando o território piauiense. Outro eixo comercializador de escravos situava-se no litoral, na região do Delta do Parnaíba²³, no qual, mais de três mil ilhas possibilitavam o contrabando e o comércio ilegal de escravos (KNOX, 1995).

Brandão (2015) enfatiza a afirmação de Domingos Afonso Sertão em seu testamento, no qual ele, juntamente com outros pioneiros colonizadores, trouxeram juntamente com o gado, os primeiros escravos para o Piauí. Lima (2016, p. 24-25) reitera, “Domingos Sertão contribuiu particularmente para dois processos históricos no Piauí: a ocupação do território e a inserção do trabalho escravizado na estrutura social em formação” (grifo nosso).

(...) Declaro que nas ditas terras, conteúdas nas ditas sesmarias, tenho ocupado muitos sítios com gados meus, assim vacum como cavalos, e todos fornecidos com escravos e cavalos, e o mais necessário: o que tudo constará dos meus papéis, fábricas, com a quantidade dos gados pelas entregas de cada uma das fazendas, e assim mais muitos sítios dados de arrendamento a várias pessoas; e outros muito estão ainda por povoar e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gado meus, como melhor parecer a meu sucessor (SERTÃO, 1867 – grifo nosso).

A variação de origem dos negros que chegaram ao Piauí é ressaltada por Knox (1995), pois, os inventários possibilitaram uma determinação geográfica correlacionada ao tráfico diaspórico do século XVIII e XIX. Um exemplo dessa diversidade faz-se presente no “Inventário de Simplicio Dias da Silva” de Parnaíba, norte do Piauí (Tabela 1).

²³ O Delta do Parnaíba localiza-se no litoral dos estados do Piauí e Maranhão e é o único de mar aberto das Américas. Foi desbravado inicialmente por Nicolau de Rezende em 1571. Sendo porta de entrada para um dos mais importantes rios do Nordeste, serviu como mecanismo de colonização do estado, proporcionando o deslocamento do litoral ao interior dos estados a partir dos seiscentos. Padres jesuítas e pesquisadores também exploraram a região e relataram a grandiosidade do rio e do seu delta, muito antes da chegada dos bandeirantes paulistas, desbravadores e colonizadores do Piauí. Essa região, povoada pelos índios Tremembés, foi alvo de uma intensa ação dos jesuítas, que por lá aportaram em 1607 (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/354/>).

Tabela 1: Inventário de Simplício Dias da Silva, de 1833 – detalhe da distribuição percentual de etnias africanas.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ETNIAS AFRICANAS - PIAUÍ	
ETNIAS	% ENCONTRADO
Congo	18.5
Benguela	12.9
Cassange	9.2
Cabundá	7.4
Mina	7.4
Angola	5.5
Belundo	3.7
Moçambique	3.7
Rebolo	3.7
Outras etnias	28.0
TOTAL	100

Fonte: Adaptado de KNOX, 1995, p. 41.

Apesar de uma localização oposta a do caso estudado – o sudeste do Piauí, essa variedade na composição das etnias negras, direciona-nos novamente à explicação dos eixos de deslocamento mencionados e explicitados por Knox, visto que as diferentes linhas do tráfico escravocrata advinham de campos de irradiação distintos e, conseqüentemente trabalhava com o movimento e direcionamento dos escravos para o então território do Piauí, resultando nessa miscelânea étnica que também podem ter ocorrido na área da qual nos debruçamos.

Para o sudeste do Piauí, a historiografia da região ainda é incipiente no que diz respeito à cartografia de origem e dispersão desses indivíduos escravizados. O que é sabido com mais exatidão, se assim pode-se chamar, é o percurso pastoril e mercantil pelo território da capitania, o que nos leva a traçar um possível caminho de deslocamento, visto que, os negros que aqui chegavam já foram relatados como agregados a esse transporte do gado (como no mencionado testamento de Domingos Sertão, por exemplo) e do mercado em trânsito. Seguindo a lógica de um afunilamento da saída e distribuição do gado e, conseqüentemente dos escravos, um “roteiro” composto de alguns “marcadores geopolíticos” importantes neste processo pôde ser delimitado.

A região que atualmente compreende o sudeste piauiense limita-se com o norte do estado da Bahia e, dessa maneira, constitui-se como excepcional localização geográfica no que diz respeito ao receptivo escravista advindo do litoral baiano, tornando-se, inclusive, mais próximo do que o próprio litoral piauiense, no Delta do Parnaíba. Este será nosso ponto de partida (levando-se em consideração a presença dos negros escravizados no território nacional).

Com as dimensões do território que compreendiam a Capitania do Piauí demasiadamente extensas, o processo de distribuição dos escravos se deu por regiões. Basicamente, o norte correspondia à chegada de escravos advindos do Maranhão e Grão-Pará, o centro à Pernambuco e o sul à Bahia (KNOX, 1995). “Algumas regiões com maiores contatos com a Bahia deviam ter recebido etnias diversificadas daquelas do norte, região litorânea, influenciada, talvez, por outras linhas do tráfico negreiro”, de acordo com Knox (1995, p. 41). Caio Prado Jr. (2006) menciona que as fazendas do Piauí chegaram a ser as mais importantes fornecedoras de gado da região Nordeste, mesclando-se com o já efervescente comércio da Bahia - principal consumidora de gado e fornecedora de mão-de-obra escrava para as fazendas piauienses.

A cidade de Salvador, na Bahia, seria o primeiro ponto localizado nessa rede, em decorrência do desembarque de negros oriundos da travessia transatlântica, visto que a capital baiana consistia em um dos maiores receptivos e praças comerciais de escravos do Brasil, ao lado de Rio de Janeiro, Recife e Maranhão (KNOX, 1995). De Salvador seguiam as “caravanas” a serem distribuídas em outras regiões do interior ou do sertão da Província.

A atual cidade de Feira de Santana, interior da Bahia, é uma das principais referências na rota do gado e de escravos para o sul da Capitania do Piauí. Emitidos de Salvador, essa região era responsável por receber e, mais uma vez, redistribuí-los para sertão adentro – a historiografia deficiente dá lugar a diversos relatos orais que mencionam a importância de tal região, caracterizando-o como um importante marcador neste caminho. Os relatos do Sr. Andreilino Miranda dão conta da importância dessa cidade no desenvolvimento da Fazenda São Victor (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016).

O percurso traçado é corroborado pelo Inventário de José Miguel de Santana, do ano de 1893, no qual explicita-se a relação existente entre as regiões mencionadas, o sul do Piauí (Villa do Corrente, atual cidade de Corrente-PI) e Feira de Santana (Feira de Sant’Anna). Mesmo que ligados à relação pastoril e ao período do pós-abolição, o percurso pode ser relacionado a um possível caminho, no passado, da prática do tráfico negreiro.

Diz José Joaquim d'Oliveira, residente na Villa do Corrente do Estado do Piauhhy, que sendo negociante de bois d'aquelle estado para este da Bahia, aconteeo passar como é de costume do suppe pelo lugar denominado Capão do Mendonça deste Termo, com uma boiada no ano de 1891, e nesta mesma occasião por motivos imperiosos independente de sua vontade ficarão no mesmo lugar Capão e suas mediações diverços bois de sua dita boiada, dos quais em minha volta de Feira de Sant'Anna vindy dois a Miguel José de Sant'Anna pelo presso de cincoenta mil reis, e nesta mesma occasião o aucturisei de pegar qualquer bois pertencentes a ja dita boiada e que os aproveitasse pelo mesmo presso de vinte e cinco mil reis cada um como tinha sido os dois primeiros (APEB, 1893 *apud* FERREIRA, 2008b, grifo nosso).

A conhecida Juazeiro da Bahia também aparece nas descrições como um marco pertencente ao percurso Bahia x Piauí no processo de povoamento e rota do gado, já que se situa numa privilegiada região, pertencente ao delinear do rio São Francisco. O relato de Luis dos Santos Vilhena confirma:

Dividem-se estes vastos certoens em dois ramos, hum parte para a parte do norte, denominados Certoens do S. Francisco, abundantíssimo em gado vaccum e cavalár. Principião estes na passagem do Joazeiro, por onde vem a dilatadíssima estrada do Piauhhy para a Bahia, e continuação pelo Rio S. Francisco assima athé o rio Verde (VILHENA, s/d *apud* FERREIRA, 2008b, grifo nosso).

Para Ferreira (2008b), estes caminhos terrestres, decisivos para o processo de colonização e comércio, principalmente da região do São Francisco, diluíam-se em vários trajetos, fugindo-nos a ideia de um único traçado. A autora demonstra, através de um relato de 1814, uma antiga rota denominada de “passagem do Juazeiro” que, de acordo com a documentação histórica, era caminho para o Piauí: “a estrada que vai de Jacobina para Pernambuco e para o Piauhhy e dali ao Maranhão, e da Bahia ao Piauhhy” (APEB, 1814 *apud* FERREIRA, 2008b, p. 124). A autora ainda chama a atenção para as notas dos naturalistas alemães Spix e Martius que declararam que a referida passagem “era a travessia mais frequentada de todo o sertão da Bahia e por onde se fazia o comércio do litoral com o Piauí e o Maranhão” (*idem*, p. 124).

Provavelmente, antes de chegar-se ao sul do Piauí, a região de Pilão Arcado, importante vila comercial do interior da Bahia, pode ter sido um dos pontos de passagem da comitiva desbravadora. Ainda com as palavras de Ferreira (2008b), além de Pilão Arcado, as vilas de Barra do Rio Grande e Juazeiro constituíram-se como valiosos mercados de sal, para atender as regiões do Norte e as províncias de Pernambuco, Bahia e Piauí. A Vila de Pilão Arcado, por sua vez, geograficamente implantada nessa linha tracejada, pode ter constituído esta possível “rota da escravidão”, dali, seguia-se para a região que hoje compreende o sudeste piauiense.

Mesmo sem o arcabouço histórico que fundamente o delineamento da distribuição de escravos até o sudeste do Piauí, buscou-se determiná-lo a partir de correlações ligadas ao caminho do gado e do comércio em períodos diversos, mas que possivelmente constituíram uma mesma estratégia de acesso às terras do sertão piauiense até chegar à Fazenda São Victor, importante celeiro escravista e agropecuário do sertão piauiense, *locus* de nosso estudo.

Em síntese, busca-se mostrar neste capítulo que, dentro das especificidades da Arqueologia da Escravidão, esta pesquisa pode dar não só suporte para essa área, mas também auxiliar no seu fortalecimento em uma região de escassos trabalhos neste segmento, almejando acréscimos interpretativos, de documentação e registro, além da conformação desta instituição (fazenda) em seu universo social, cultural, econômico e simbólico.

É necessário compreender não só as funcionalidades e transformações da cultura material ou os espaços que constituem o complexo produtivo em questão, mas também os diferentes povos e culturas, como o próprio conceito deduz: são indígenas, escravos negros e colonizadores em constante intercâmbio.

E é neste contexto histórico exposto, com o arcabouço da Arqueologia da Escravidão somado aos pressupostos da Arqueologia Pública, que a comunidade Lagoa de São Vitor dialogará com seus diversos elementos materiais (ferramentas de trabalho, espaços, arquitetura, o sítio arqueológico, dentre outros) e imateriais (símbolos, danças, músicas, histórias e memórias), priorizando-se a diversidade de informações e explicações – oriundas do conhecimento popular e do conhecimento científico – sobre a Fazenda São Victor.

2.2 A escravaria na Fazenda São Victor

A “história” da localidade Lagoa de São Vitor e de seu entorno poderia, certamente, ser narrada a partir dos pressupostos de Fernand Braudel (1983) em seu conceito de “história de longa duração²⁴”, visto que a diversidade de elementos, tanto físicos quanto humanos e simbólicos que contribuíram para a atual conformação da região, perpassam fenômenos distintos e que, de maneiras diversas, já foram expostos cientificamente.

²⁴ Chamada também de Tempo Lento, trata-se de um método de abordagem dos acontecimentos históricos a partir de uma temporalidade transcorrida a longa duração. Para saber mais: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1978.

A peculiaridade da região guarda remanescentes de períodos diversos, desde a sua formação física até suas sucessivas ocupações ao longo dos milhares de anos. O arcabouço geológico e geomorfológico, paleoambiental, paleontológico, arqueológico, histórico e “contemporâneo” delineiam a história local e fornecem subsídios para a “construção” de uma memória do lugar.

O recorte de nossa pesquisa situa-se, cronologicamente, a partir do período de implantação, abandonos e funcionamento próspero da Fazenda São Victor, entre os séculos XVIII e XIX, no sudeste do Piauí. Para essa região, têm-se o registro das primeiras fazendas no século XVIII atribuídas à Fazenda Conceição e Sítio Aldeia, localizadas na região das nascentes do rio Piauí – atual território da cidade de Bonfim do Piauí, e a Fazenda São Victor, localizada nas imediações da Lagoa de São Vitor, atual distrito do território pertencente ao município de São Raimundo Nonato (OLIVEIRA; ASSIS, 2017).

O registro mais antigo da Fazenda São Victor corresponde ao ano de 1770²⁵, no qual a casa-sede serviu como uma espécie de refúgio durante as já mencionadas ofensivas dos Pimenteiras. Nesse caso, a fazenda Sítio Aldeia foi alvo de um ataque, ocorrendo inclusive o assassinato de seu proprietário Faustino Ferreira²⁶. Em seguida a tal ocorrido, a família fugiu para se abrigar em São Victor (idem).

Esses constantes ataques também atingiam aos escravos de toda a região do “Sertão das Pimenteiras”, conforme relato ainda no ano de 1804: “o gentio tem despovoado as fazendas matando muitas pessoas mais ou menos 20 e tanto forros como cativos e que na maior parte das fazendas despovoadas o mesmo gentio tem morto todo gado que podem” (OLIVEIRA, 2007, p. 80, grifo nosso).

É importante ressaltar que, após os ataques do ano de 1769, a população residente nas fazendas começaram ameaçar ao governo da Capitania – que as administrava, sobre a possibilidade de abandono das mesmas, caso não fossem enviados até lá uma expedição a fim de controlar tal situação. Frente a tal “descaso”, tal promessa foi cumprida pelos moradores de

²⁵ Documento: Piauí-Capitania. AHU, doc. 643. CD-ROM\Códice 161 – p. 63-63v. Apud Oliveira, 2007.

²⁶ O documento “*Auto da devassa que mandou fazer o juiz Ordinário da cidade de Oeiras, o tenente de Cavalaria Luiz Pereira Magalhães, sobre o gentio silvestre convezinho da ribeira do Piauí que matou e mutilou Faustino Ferreira, e insultou os moradores da dita*”, de 20 de julho de 1770, relata os detalhes do ataque e assassinato do proprietário: “Mutilando-o cruelmente no dia 07 de dezembro de 1769, nove horas do dia, machucando-lhe a cabeça, cortando-lhe um braço esquerdo, havendo outrossim cometido estes outros insultos a este, e cortando-lhe dois dedos da mão direita e uma cutilada pelo ombro abaixo ao pé do espinhaço, com um palmo de comprido mais ou menos” (OLIVEIRA, 2007, p. 71). Além disso, o documento narra ainda que os Pimenteiras queimaram três casas de palha, mataram e queimaram porcos, galinhas e saquearam todo o material de ferro, como enxadas, machados, ferragem de sela, ferro de ferrar e tudo mais que acharam e, ainda, desenterraram o corpo, tiraram a mortalha e a queimaram (idem).

diversas fazendas dessa região. Muitos deles haviam migrado e estabelecido residência nas margens do rio São Francisco, em áreas correspondentes as atuais cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA (OLIVEIRA, 2007).

No final da metade do século XIX a presença escrava da região da Fazenda São Victor e adjacências aparece na documentação histórica em forma de levantamentos demográficos²⁷, “censos”²⁸, inventários e registros de batismos de escravos. É para esse mesmo período, então, que atribui-se também a “prosperidade escravocrata” nas fazendas dessa região. Os anos de 1822, 1856 e 1872 são responsáveis por fornecerem dados correspondentes à população escrava na Freguesia de São Raimundo Nonato, que apresentou consideráveis oscilações quantitativas (Vide tabela 2) (SILVA, 2013; MAPPA DA DIVISÃO CIVIL..., 1856).

A distribuição da posse escrava na Freguesia de São Raimundo Nonato também é equacionada por Silva (2013) a partir da análise de inventários *post-mortem* dos períodos compreendidos entre 1840 e 1886. Tais registros apresentam 160 escravos a menos do que no levantamento da Província - mencionado anteriormente, situado entre o período compreendido nas análises documentais realizadas. Dos 174 inventários, apenas 73 mencionam a posse escrava (42%), totalizando 280 escravos, sendo 138 do sexo feminino e 142 do sexo masculino.

Ainda, segundo as análises da referida autora, a distribuição de escravos por proprietários na região correspondente a Freguesia de São Raimundo Nonato se dava da seguinte maneira.

A maioria dos proprietários do sertão piauiense, de acordo com a documentação examinada, possuía de um a cinco escravos, esse percentual varia de 57,9% a 88,89% das propriedades mencionadas. Os dados analisados nos inventários *post-mortem* de São Raimundo Nonato, entre os anos 1840 a 1886, demonstram que o maior número de escravos encontrava-se sob posse de um menor número de proprietários, apresentando uma média de 8,53 escravos por propriedades que possuíam entre seis e dez escravos. Por outro lado, verifica-se um número maior de proprietários que possuíam entre um e cinco escravos, perfazendo uma média de 2,58 de escravos por proprietário. Neste sentido, percebe-se um predomínio do número de pequenos plantéis, apesar da posse cativa ser menor (SILVA, 2013, p. 45).

²⁷ Seriam os censos antes de serem assim denominados.

²⁸ Os censos ou recenseamentos, no Brasil, só receberam estas nomenclaturas propriamente, no ano de 1872, a partir do “Recenseamento da População do Império do Brasil” (<http://www.brasil.gov.br/>).

Tabela 2: Quantidade de escravos na Freguesia de São Raimundo

ANO	QUANTIDADE DE ESCRAVOS
1822	1.247
1856	441
1872 ²⁹	+/- 500

Fonte: Baseado em SILVA, 2013; MAPPA DA DIVISÃO CIVIL...,1856.

O decréscimo quantitativo escravista na Freguesia de São Raimundo exposto na tabela 2, aponta a queda meteórica de cerca de dois terços da quantidade em um período de quase trinta anos e uma quase estagnação quantitativa em cerca de quase vinte anos. Dessa maneira, temos, desde o ano de 1822 (registro demográfico mais antigo) até 1886 (inventários analisados por Silva (2013), mais recentes) essa contínua oscilação, que Silva (2013) atribui a alguns fatores: a principal causa seria a proibição do tráfico atlântico de escravos para o Brasil na década de 1850 (levando-se em consideração os dados de 1856 registrados na tabela 2). Agentes como crises econômicas regionais, problemas ambientais como as contínuas estiagens e epidemias também são correlacionadas às possibilidades de diminuição da escravaria na região.

A Fazenda São Victor, desde o seu registro mais longínquo até aqui sabido, no ano de 1770, até a mesma ser citada em 1809 como “fazenda abandonada” em decorrência dos sucessivos ataques e ameaças dos Pimenteira, não possuía titularidade discriminada em documentação (OLIVEIRA; ASSIS, 2017). Neste último ano citado, a Fazenda São Victor encontrava-se na lista de fazendas que foram ordenadas a serem reocupadas, juntamente com as Fazendas São Lourenço, Caraíbas, Onça, Tambor, Vereda, Curimatá, Santo Antônio, Conceição, Sítio Aldeia, Poço das Ribeiras e São João (idem).

Em levantamento realizado por Oliveira (2007), consta registrado para São Victor a posse nominal à Maria Rosa de Menezes Macedo (1899) e Francisco Antunes de Macedo (1896) na segunda metade do século XIX e aos irmãos Antunes de Macedo (1912) já no século XX.

²⁹ Recenseamento do Império.

Nos livros de registros de batismos de escravos depositados na Cúria Diocesana de São Raimundo Nonato, é possível ainda encontrar a referência de escravos batizados na Fazenda São Victor sob a posse de Manoel Dionísio de Campos, José Antônio de Meneses e José Piauhylino de Macedo (um dos irmãos Antunes de Macedo, citados anteriormente, imagem 1) no ano de 1872. Nesse último caso, entende-se que a associação do nome dos proprietários e escravos pode corresponder apenas ao local onde se deu o ato do batismo e, não necessariamente, o local de residência do escravo ou posseiro, visto que uma alta rotatividade de donos em pouco tempo (um ano, apenas) não era, de todo, comum.

Nesse emaranhado histórico acerca da titularidade da Fazenda São Victor, em registros eclesiásticos das terras da Freguesia de São Raimundo Nonato de 1855, Oliveira e Assis (2017) explicam que neste documento consta que a propriedade estava dividida entre dois donos: José Antunes Piauhylino de Macedo e Manoel José Rubem de Macedo.

Dos resultados oriundos do contato com a comunidade para a realização desta pesquisa, merece destaque neste capítulo, a “descoberta” dos retratos destes dois proprietários, principalmente a imagem do mais “famoso” dono da Fazenda São Victor, o Com. Piauhylino de Macêdo (Imagem 2). Esse, narrado por todas as gerações da comunidade e lembrado sempre pelos moradores nas histórias contadas pelos seus antepassados e permanentemente presente na memória local.

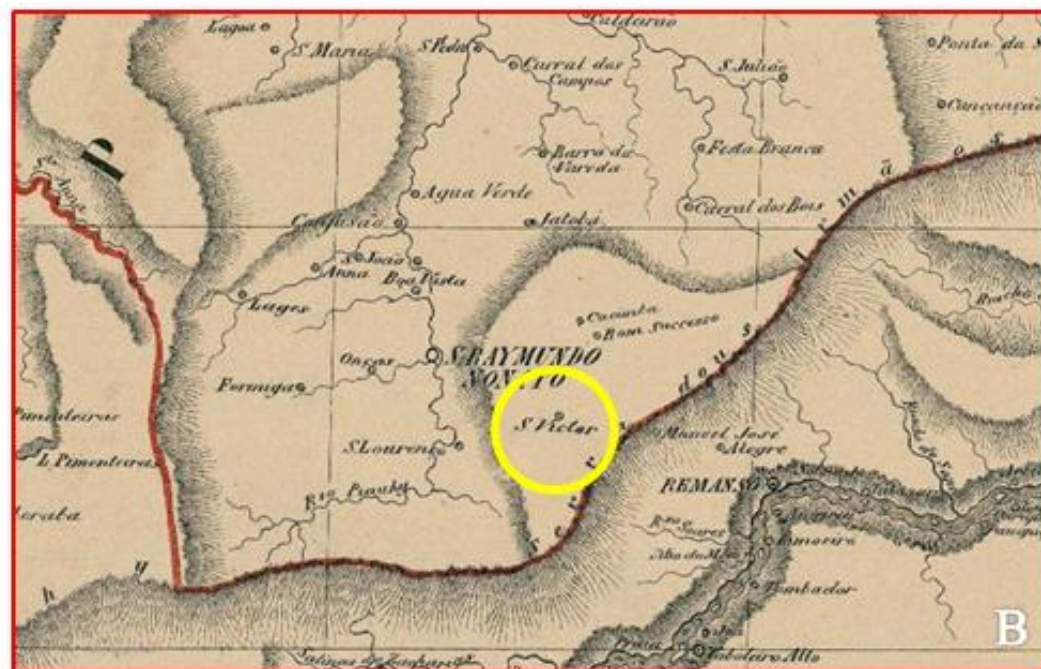
Após a divulgação das atividades nas estações de rádio local, um ouvinte contatou um morador da comunidade por ter ouvido o nome do Com. Piauhylino sendo citado nas chamadas e logo correlacionou a uma imagem presente em sua casa, com o referido nome no rodapé de um dos quadros que compõem o acervo da família. Dessa maneira, pudemos chegar a ele e acessarmos a imagem, do qual a própria comunidade, eufórica ao receber a notícia, aguarda para poder, pela primeira vez, dar forma a face de um dos inúmeros personagens que permeiam a história da comunidade.

Imagem 2: Representação de José Antunes Piauhylino de Macêdo, um dos proprietários da Fazenda São Victor



Fonte: Acervo Família Rubem de Macedo

A importância desta imagem reside no valor simbólico, histórico e cultural atribuído pela comunidade, no que diz respeito ao conhecimento e acesso a sua memória e história, além de ratificar como a Arqueologia Pública têm respostas positivas quando atua em suas inúmeras possibilidades, neste caso, na divulgação e contato direto com a comunidade onde a pesquisa será aplicada, além disso, reenfatizamos que a Arqueologia Pública vai além disso, como vimos anteriormente.



PRANCHA 2:Localização da Fazenda São Victor no período colonial (Fonte: NEGREIROS, 2012)

A: Mapa da Província do Piauí: Segundo projecto de nova divisão do Imperio pelo Deputado Cruz Machado. 1873.

B: Recorte da região sudeste do Piauí, em destaque amarelo, a localização da Fazenda São Victor.

Os negros escravizados dessa região, mesmo que em situação de subalternidade e reificação, não eram dispensados dos rituais ligados à igreja católica, como casamento, comunhão, confissão, catequese e batismo, por exemplo. Para este último, seu papel para o contexto ligado ao “projeto escravista” erigido pela Igreja e Estado, foi estabelecido com a função de moldar ou converter o escravo cristão em escravo obediente (KNOX, 1995).

Para as fazendas pertencentes à Freguesia de São Raimundo Nonato, têm-se o registro de batismos de escravizados em livro único, com as certidões equivalentes ao ano de 1871 e 1888. Para a Fazenda São Victor, dezenas de batismos foram realizadas durante as atividades de desobrigas. Tais certidões são importantes por fornecerem informações que nos permite verificar quantitativamente a presença de escravizados na Fazenda São Victor, além de possibilitar-nos estabelecer as relações das trajetórias familiares e individuais da família escrava, sobretudo as relações de compadrio entre os cativos, livres e libertos nesta região.

Chamamos a atenção para as cerimônias realizadas em “desobrigas” nas Fazendas por toda a região. Tal prática foi corriqueira até recentemente e demonstram momentos e práticas ligadas ao contexto social do sudeste do Piauí, dos quais faziam parte, além dos ritos religiosos, festas, música, banquetes e, imagina-se que também, pairava-se uma aura de “confraternização” nestas ocasiões, naturalmente, mantendo a segregação e o envolvimento apenas entre “os seus”.

Desobriga é o tempo que o padre passa de lugar em lugar, de fazenda em fazenda, para que os fiéis se desobriguem dos seus compromissos religiosos com a Igreja, os Santos Sacramentos, principalmente confissão e a comunhão, que são obrigatórios uma vez a cada ano. A desobriga é a “pastoral itinerante” da paróquia. O padre fazia coincidir a desobriga com o ajuntamento do povo por causa dos festejos do Padroeiro do lugar e sempre da seca, para evitar a chuva, porque as terras não eram trabalhadas (RAPOSO, 2015, p. 31-32).

Entre as “tarefas” da desobriga, os padres ouviam as confissões que, quase sempre iam noite adentro, até a madrugada. Ao amanhecer, a Santa Missa era pregada, em latim. O evangelho era lido em português (contrariando as normas da Santa Fé) e, geralmente, em um português que mal dava pra entender, quando a missão era confiada a padres estrangeiros. Após a missa, realizavam-se os casamentos e, em seguida, os batizados, que eram arrumados em uma grande roda debaixo de uma frondosa árvore, ou mesmo numa casa de farinha (idem).

Em síntese, para os trabalhadores negros da Província, propriamente ditos, após a libertação dos escravos, “a nova condição jurídica legou quase nada além da liberdade”, pois

a maioria permaneceu onde sempre esteve: seguiram na labuta dos serviços e tarefas nas fazendas, sem mudanças significativas nas suas condições de trabalho e vida. (LIMA, 2016).

Atualmente, partindo-se do referencial histórico-antropológico e até mesmo arqueológico da localidade Lagoa de São Vitor e seu entorno, tal região constitui “Território Quilombola Lagoas”, área genuinamente de descendentes de negros escravizados que toma justamente o período escravista da região como origem dos remanescentes atuais (VIEIRA, 2015).

Registra-se como primeiro marco tradicional da região do agora tido como Território Quilombola Lagoas a sede da Fazenda São Victor, hoje, um povoado, que traz marcas dos antigos currais, em si mesmo e em seus arredores. As casas dos povos descendentes de escravizado/as bem como as marcas da senzala, são incorporadas ao povoado onde, hoje, moradores/as vivem de pequenos comércios, apicultura e da agricultura (roçados e criação de animais) (MATOS, 2013, p.45).

As famílias do Território Quilombola de Lagoas se autodenominam pretos e caboclos, alegando terem suas histórias ligadas ao “povo do cativo”, aos descendentes de escravos. Tal área é composta por aproximadamente 118 comunidades, que possuem relações sociais interdependentes e laços históricos fortalecidos pelas relações de convivência social e cultural. O delineamento da mesma se deu a partir do cruzamento de relatos orais e registros documentais, e coincidiu com muitos lugares que anteriormente pertenciam à antiga Fazenda São Victor. Por fim, é significativo saber que se trata de famílias com ancestralidade indígena e negra, como também brancos empobrecidos ou descendentes de vaqueiros que, ainda no final do Brasil Império para o Início da República, foram se estabelecendo na região. (MATOS, 2010).

Nessa conjuntura histórica, os moradores lutam para que a titulação das terras seja efetivada, almejando que sua autodenominação quilombola, como aponta Matos (2013), garantam não só a terra em si, mas também como espaço de garantia de seus direitos, de representação, de fraternidade e, sobretudo, de preservação de sua cultura material e imaterial local que remetem diretamente ao “tempo dos cativos”, seus antepassados.

2.3 Sítio Lagoa de São Vitor: um manancial arqueológico.

Como explicitado, a “Fazenda São Victor” não é um sítio arqueológico cadastrado no CNSA como tal, desse modo, essa pesquisa busca realizar as primeiras intervenções voltadas para a compreensão deste contexto histórico e, conseqüentemente, seu devido reconhecimento

e ampliação conceitual. Para esse local, há apenas o registro oficial da “Lagoa de São Vitor”, designado como um sítio arqueológico e paleontológico, de natureza lacustre, o mesmo está localizado no seio da comunidade homônima onde tal estudo é aplicado (PRANCHAS 3).

Esse último, já foi alvo de algumas intervenções arqueológicas e revelou uma diversidade considerável de cultura material pré-colonial e histórica, além de centenas de restos faunísticos pertencentes à megafauna quaternária, historicamente conhecidos na região, constituindo-se uma referência neste tipo de sítio para a região da Serra da Capivara.

Desta maneira, apresentam-se a seguir algumas considerações sobre estas intervenções e análises preliminares, de modo a contextualizar arqueologicamente a área da qual nos debruçamos.

O sítio Lagoa de São Vitor³⁰ situa-se a sul do município de São Raimundo Nonato-PI, distando aproximadamente 30 km do núcleo urbano. Caracteriza-se como sendo um reservatório temporário de água: uma Lagoa (que seca em períodos de estiagem) de aproximadamente um hectare, abastecida pelas vertentes do *inselberg* presente no seu lado oeste. Seu entorno, quando escavado, ainda fornece alguns poços d'água conhecidos como “cacimbas”³¹.

As primeiras escavações na Lagoa de São Vitor aconteceram no ano de 2007, no âmbito do projeto “A Água e o Berço do Homem Americano”³² (ABHA) e se prosseguiram no ano de 2008 (VIEIRA, 2015). O material arqueológico oriundo destas intervenções resultou em um espólio com uma diversidade de cerâmica, louças e peças líticas.

³⁰ Coordenadas: UTM 751925 / UTM 8973332.

³¹ Poços cavados artesanalmente em áreas úmidas com o intuito de se obter água subterrânea.

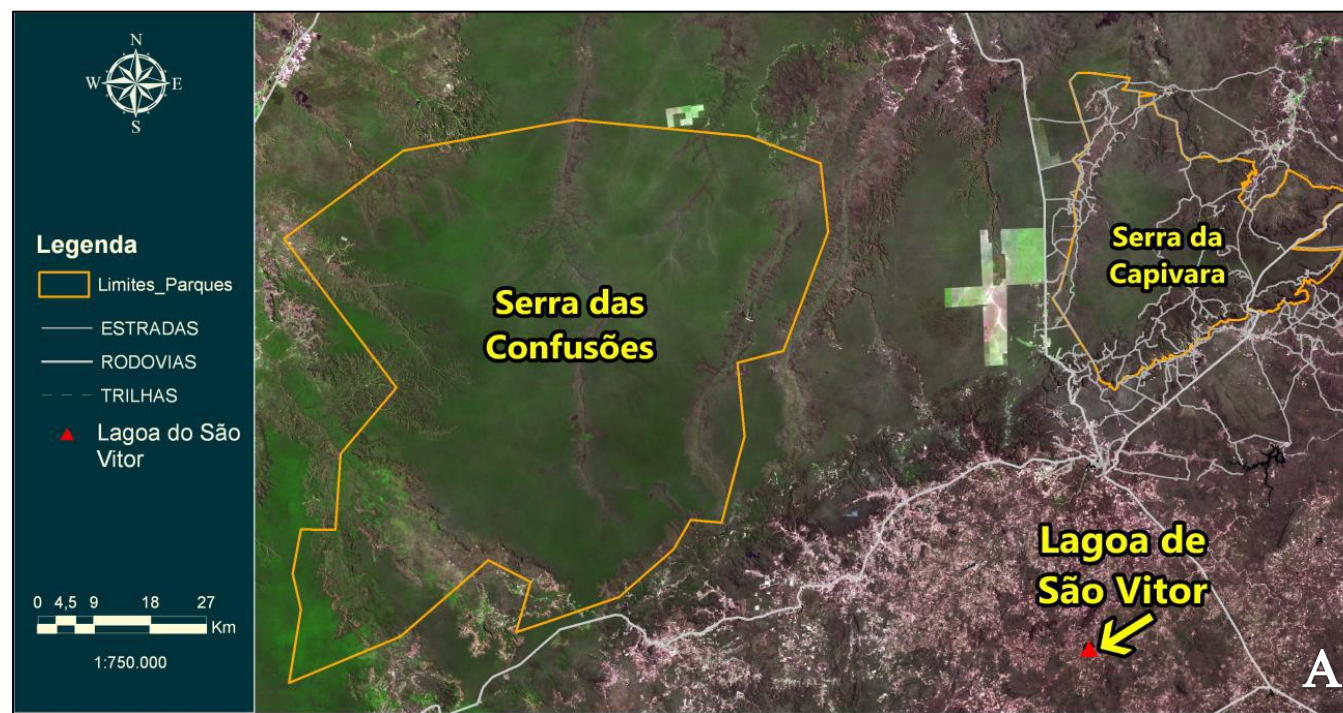
³² Este projeto é fruto da parceria entre a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e o Programa Petrobrás Ambiental, que objetivava a promoção de ações integradas buscando a melhoria da gestão de recursos hídricos na região dos Parques Nacionais da Serra da Capivara, da Serra das Confusões e áreas circunvizinhas, denominado “Território do Berço do Homem Americano – TBHA” (onde a Lagoa de São Vitor está inserida), no semiárido nordestino, através de um conjunto de iniciativas para o aproveitamento dos recursos naturais, ecológicos, turísticos e culturais (FUMDHAM, 2007).

PRANCHA 3: Sítio Lagoa de São Vitor.

A: Localização do sítio Lagoa de São Vista e sua relação com as áreas arqueológicas da Serra da Capivara e Serra das Confusões (Fonte: Acervo FUMDHAM)

B: Vista geral do Sítio Lagoa de São Vitor e da Pedra de São Vitor.
(Fonte: Acervo do autor, 2014).

C: Vista de cima da Pedra de São Vitor para o sítio Lagoa. Em destaque, o traçado da área correspondente ao sítio.
(Fonte: Acervo do autor, 2014).



Com o objetivo de compreendermos como o universo material proveniente deste sítio se apresenta, seguem a seguir algumas considerações do estudo do mesmo, realizado também pelo autor desta pesquisa, Vieira (2015) e Vieira e Assis (2017), a partir das análises laboratoriais realizadas pela FUMDHAM (PRANCHA 4).

Para os materiais líticos, ressalta-se a presença de quase 250 ferramentas produzidas em cerca de cinco matérias-primas diferentes. A maioria dos artefatos que compõem o acervo lítico são raspadores, lascas retocadas, bifaces, machadinhas e percutores. A presença de uma ponta de projétil em quartzo hialino que demonstra uma desenvolvida tecnologia de lascamento para o contexto da região e uma machadinha produzida com hematita – puro óxido de ferro constituem a excepcionalidade de artefatos dessa natureza (VIEIRA, 2015; FUMDHAM, 2007). Para o primeiro, a matéria-prima foi fundamental para considerar que sua função tenha um caráter ritualístico/cerimonial, devido à fragilidade do mesmo impossibilitar seu possível uso para atividades de caça ou afins, função geralmente atribuída às pontas de projétil fabricadas com esse material; para o último, análises prévias do lado do gume, mostram traços de que possa ter sido utilizada para riscar, do outro lado, as marcas demonstram que ela foi passada sobre uma superfície rugosa (idem).

“Foram encontrados dois cachimbos, um deles ornado com uma espécie de carimbo, a primeira descoberta deste tipo de decoração (...)” (FUMDHAM, 2007, p. 28). Além disso, outros exemplares de fragmentos cerâmicos constituem o espólio desse sítio. A ausência de estudos específicos impossibilitou o estabelecimento de autoria ou função desses materiais.

Os artefatos em louça desse sítio apresentam um universo bastante reduzido em relação aos demais artefatos líticos e cerâmicos. Trata-se de poucos fragmentos de faiança, correspondente a fragmentos de pratos e malgas, utilizadas para finalidades diversas. A análise da decoração interna e externa possibilitou-nos o estabelecimento de uma cronologia relativa, que compreende os anos de 1775 e 1904, levando-se em consideração os períodos de produção e possível utilização destes utensílios.



PRANCHA 4: Artefatos do sítio Lagoa de São Vitor

A: Ponta de projétil em quartzo hialino (Fonte: Acervo FUMDHAM)

B: Cachimbo *in situ* (idem)

C: Louça decorada com a técnica *transfer-printing* (Fonte: Acervo do autor, 2015).

A única datação absoluta para este sítio foi fornecida por estruturas de combustão evidenciadas em seu interior, datadas de 360+/-40 anos A.P. É possível fazer uma aproximação com o período do início da colonização da Capitania de São José do Piauí, início do século XVII, porém, remete-se ao período de ocupação indígena, pois, acredita-se que, nesta época, a região sudeste ainda não estivesse sendo ocupada pelo colonizador.

O mais interessante nessas estruturas é a sua localização no interior do atual corpo d'água da lagoa, o que demonstra que, nesse período de aproximadamente trezentos e cinquenta anos atrás, o baixo nível da água e o consequente recuo das suas margens possibilitou o avanço espacial na ocupação para o seu interior. Associados com as três estruturas, diversos fragmentos materiais foram encontrados, além dos carvões que possibilitaram as datações (Imagem 3). Tal dado leva-nos a considerar o conhecimento local acerca da sazonalidade deste corpo d'água.

Por fim, as estruturas de uma cerca ou parede de pedras em ruínas no sopé do inselbergue e contornando a lagoa ainda é presente, mesmo que parcialmente. As pedras que a constituem foram empilhadas umas sobre as outras montando uma parede de aproximadamente um metro de altura. Tal estrutura aponta para duas questões ligadas ao cotidiano social da Fazenda: o duro trabalho braçal para o grupo que o erigiu, demonstrando a condição de subalternidade discorrida neste capítulo e a importância atribuída ao fator “água”, quando do cercamento da lagoa, arquitetando uma possível proteção contra animais ou assoreamento da mesma, exemplificando a necessidade de acondicionamento para enfrentar os grandes períodos de estiagem típicos de uma região semiárida.

Por essas estruturas serem marcos espaciais notadamente visíveis, por conta de sua monumentalidade, já que grande parte se descortina pelos limites da lagoa, a comunidade atribui diversos significados e funções concernentes à sua construção e história, dos quais serão tratados detalhadamente quando das análises colaborativas em campo, a seguir.

Imagem 3: Estruturas de fogueiras datadas de 360+/-40 anos A.P



Fonte: Acervo FUMDHAM

Seguindo os preceitos de Fagundes e Piuzana (2010), no qual uma abordagem que relaciona os conjuntos artefatuais, a organização de estruturas internas e “as paisagens” que constituem um dado sítio arqueológico, possibilita a ampliação da noção de sítio, que remete ao contexto organizacional do mesmo.

Desse modo, não se pode conceber nem o artefato, nem o sítio isoladamente, mas buscando correlacioná-los, associando a demais sítios e suas distribuições na paisagem. É assim que Vieira (2015) concebe, para o sítio arqueológico Lagoa de São Vitor, a sua ampliação espacial e cultural enquanto “*complexo paisagístico*”, considerando esses aspectos mencionados como indissociáveis e decisivos para o processo de ocupação pré-colonial e histórico na região de Lagoas, sudeste do Piauí.

3 NARRATIVAS COLABORATIVAS: O CONTATO, O CAMPO E O GABINETE.

“Mais que das intenções, eu gostaria de apresentar a paisagem de uma pesquisa e, por esta composição de lugar, indicar os pontos de referência entre os quais se desenrola uma ação. O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo. Somente algumas dessas presenças me são conhecidas. Muitas, sem dúvida, mais determinantes, continuam implícitas – postulados ou dados estratificados nesta paisagem que é memória e palimpsesto. Que dizer desta história muda? Ao menos, indicando os sítios onde a questão das práticas cotidianas foi articulada, vou marcar um trabalho nestes lugares”.

(MICHEL DE CERTEAU)

Da mesma maneira que não há um único método para a realização de uma pesquisa arqueológica, não há também uma forma geral para trabalhos de construção pública, colaborativa ou comunitária na Arqueologia. Para estes últimos, os problemas e adversidades apresentam-se ainda mais complexos no que se refere à sua aplicação, visto que o que se buscou nesta pesquisa ainda é minimamente praticado na cena nacional, restando-nos escassos exemplos dessa natureza.

Sem dúvida, para que se pudesse chegar a pensar em um trabalho conjunto na região da Lagoa de São Vitor, onde ciência e sabedoria popular pudessem ser contempladas, dois aspectos foram cruciais: o tempo e o conhecimento. Para o primeiro, atribuo os contatos iniciais com a referida comunidade há pelo o menos quatro anos, no qual, paulatinamente, buscamos incluir a Arqueologia em seu cotidiano, na medida em que os moradores procuravam também entender as contribuições que esta poderia trazer às suas vidas e aos seus processos de construção identitária. Sobre o segundo aspecto, sua gênese se deu a partir desses primeiros contatos e se faz presente até hoje, e se fará, certamente, no futuro, visto que o conhecimento comunitário é inesgotável. Esse conhecimento ao qual me refiro, está presente no dia a dia, sobretudo naqueles em que nos despimos da ciência para nos tornarmos parte daquela história. São sobre esses dois pilares que se sustentam as bases dessa pesquisa.

Notória é a inserção dos moradores da região da Lagoa de São Vitor em um contínuo contato com o passado. Aos fósseis de animais da megafauna encontrados fortuitamente na lagoa, somam-se a materialidade do “tempo dos caboco” (época da presença indígena) e, ainda do “tempo do cativo” (época dos escravizados).

O estopim para a compreensão de que tais histórias e memórias associadas a esse passado tão presente para eles nos artefatos dispersos nos roçados, nas estruturas de pedras que forneciam bons alicerces na construção de suas residências, iguais àqueles aflorando em seus quintais e nas ruas do vilarejo, e que eram importantes “por algum motivo”, foi a chegada, em meados da década de 1980, da missão arqueológica franco-brasileira direcionada até a comunidade em busca de tais indícios.

Mas, somente em 2007 que, de fato, escavações arqueológicas foram realizadas na comunidade e a ausência de contato e inserção da população nesses trabalhos (exceto àqueles contratados como mão-de-obra), deu margem para o imaginário popular interpretar a materialidade ali evidenciada, as quais foram levadas para outro lugar por eles desconhecido, sem maiores explicações.

Ao longo desses quatro anos busquei entender essa conjuntura interna da comunidade e sua relação estabelecida com a Arqueologia após esse contato, onde pudemos realizar visitas, guiamentos, oficinas, entrevistas, acompanhamento de atividades rurais, intercâmbios com os moradores da comunidade, mutirões de mobilização comunitária, organização de eventos, rodas de conversa, apresentação de filmes, dentre outras vivências cotidianas compartilhadas, e foi essa experiência que me motivou a projetar este trabalho.

É importante mencionar que o estopim para o desenvolvimento dessa pesquisa se deu a partir dessas vivências com a comunidade, no qual seus relatos motivaram a construção do projeto aqui descrito que, mesmo pautado em ideias colaborativas, teve sua gênese em pouca conformidade com essas premissas coletivas. Porém, à medida que pude acompanhar o próprio contexto dessa prática no Brasil e amadurecer a ideia da Arqueologia Colaborativa, algumas questões iam além da necessidade de apenas realizar um trabalho dessa natureza, muitos questionamentos se pautavam no “como” realizá-lo.

Para mim, tudo isso foi fruto de um processo que me acompanhou desde a concepção do problema até o próprio desenvolvimento da pesquisa, no qual as leituras e discussões de orientação e a própria atividade de qualificação me direcionaram a verificar possibilidades de adequações metodológicas para se alcançar os objetivos almejados e, dessa maneira, a pesquisa foi construída.

A Fazenda São Victor, principal núcleo escravista local que deu origem ao sistema quilombola implantado na localidade é, certamente, a história mais presente na memória

coletiva do povoado e, dessa maneira, consolidou-se como via de direcionamento e *locus* empírico do projeto.

Naturalmente, há que se admitir, assim como Lima (2013) narra sobre os primeiros contatos do público no Cais do Valongo, que o estímulo inicial é essencial para que ação almejada se desencadeasse, ainda mais se tratando da Arqueologia que não é um tema comum para a sociedade. Desse modo, buscando a aproximação da comunidade com a Arqueologia na construção interpretativa dos espaços constituintes da Fazenda São Vitor e a materialidade associada a esse período é que fundimos o elo entre os dois públicos.

Após um histórico contínuo com a comunidade, achamos que uma ação prática, concreta, que selasse esse envolvimento, seria oportuna, contemplando, por um lado, a participação efetiva da população local, entendendo-a como autora e/ou construtora do seu “passado histórico” e, por outro lado, contemplando a busca por respostas que delineassem um caminho interpretativo para a história local, almejada por todos, inclusive desejada por vê-la impressa “nos livros, para a juventude conhecer a história do São Vitor” (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016), e que a Arqueologia pode auxiliar ou complementar essa busca pelo passado “ocultado” na historiografia local – porém, presente materialmente e na memória coletiva.

Portanto, para que as atividades fossem realizadas, consideramos a construção conjunta das mesmas, objetivo dos estudos coletivos. Antes da aplicação prática da pesquisa que demandava intervenções arqueológicas para a identificação colaborativa dos espaços constituintes da Fazenda São Vitor, um projeto junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi submetido e aprovado, possibilitando assim, a execução do mesmo³³.

Para sistematizar e organizar didática e textualmente, a aplicação metodológica divide-se em quatro etapas, a saber: **Mobilização social; Pré-campo, Campo e Gabinete/Laboratório**. A organização, conceituação, métodos e técnicas aplicados nestas etapas e agregadas ao arcabouço metodológico da Arqueologia e do contexto colaborativo apresentam-se a seguir em caráter narrativo o desenrolar de uma história coletiva.

É importante mencionar que tais direcionamentos metodológicos pautados na Arqueologia Colaborativa/Participativa foram delineados a partir de um modelo próprio,

³³ Projeto: “Diagnóstico Interventivo Arqueológico na área da Lagoa de São Vitor e Sítio Arqueológico Lagoa de São Vitor”, de n.º 01402.000730/2016-16, sob coordenação dos Arqueólogos Bruno Vitor de Farias Vieira e Andréia Oliveira Macedo.

criado e aperfeiçoado durante o desenvolvimento das intervenções, exceto quando do conceito ou utilização de aspectos técnicos de cunho essencialmente arqueológicos.

Para Kummer, Diz e Soares (2007),

Na metodologia participativa se juntam vários métodos (aqueles participativos), usando diversos instrumentos específicos, e constitui-se num convite à ação e ao aprendizado conjunto, possibilitando maior acesso ao poder decisório (emponderamento das pessoas envolvidas e da organização) (idem, p. 67).

Como Ferreira (2008a, p. 87) explicita, “obviamente, as metodologias da Arqueologia comunitária não são unívocas; variam conforme as especificidades culturais das comunidades e os problemas de pesquisa atinentes às áreas de estudo”, portanto, não pautado especificamente em manuais ou bibliografias do gênero - praticamente inexistentes - problema também identificado por Tully (2007), que explica que um reconhecimento mais amplo para esse campo é dificultado pela ausência de estruturas metodológicas mais claras. Ressalta-se a influência dos esforços dessa autora e de Stephanie Moser et al. (2002) neste trabalho.

3.1 Mobilização social

Após a liberação da pesquisa por parte do órgão competente, uma equipe de profissionais e estudantes da área de Arqueologia voluntariou-se para auxiliar nas atividades vindouras. Tal equipe foi composta pelos arqueólogos Augusto Miranda e Flávio Carvalho, a historiadora Mariana Zanchetta e os estudantes de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Michele Braga, Nara Leticie Marques, Vanda Lima e Welder Marques, todos graduandos pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), sob minha coordenação.

A partir das datas estabelecidas para o início dos trabalhos, deu-se o processo aqui denominado de MOBILIZAÇÃO SOCIAL, que consistiu no processo de convocação da comunidade local para que os interessados em participar pudessem se organizar e se fazerem presente. Moser et al. (2002) e Tully (2007; 2009) denominam esse procedimento de “Comunicação e Colaboração” e, para elas, essa etapa representa a fundamentação sobre os quais todos os outros aspectos da Arqueologia Comunitária são construídos.

Para fortalecer e efetivar a participação comunitária, Toro e Werneck (2004, p.5) enfatizam a necessidade de estimular essa mobilização social. Para os autores, esse

mecanismo pode ser compreendido como o ato de “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado”.

Para Tully (2007) é imprescindível nessa etapa um fluxo contínuo de diálogo bidirecional para facilitar a plena colaboração, parcerias com organizações locais, como instituições ou associações, uma comunicação aberta, o reconhecimento de dificuldades, interação social e envolvimento, mesmo quando não há trabalhos sendo realizados.

Para que alcancemos o público almejado, primeiramente, buscamos organizar junto aos líderes da comunidade, atividades que possibilitassem essa mobilização de diversos moradores da localidade Lagoa de São Vitor e adjacências. Dessa maneira, uma reunião geral foi marcada, com local, dia e horário estabelecidos por eles, por conhecerem a realidade local.

Ressaltamos que, mesmo com essa visão participativa, internamente tínhamos um calendário com prazos estimados, pois, além do mais, dependíamos de recursos financeiros e de infraestrutura para nos mantermos na localidade (transporte, ferramentas de trabalho, hospedagem, alimentação, entre outros), porém, pensando nessa construção coletiva, não o expomos, no sentido de não influenciar as decisões da comunidade.

Entretanto, apesar do cuidado, esse contato prévio demonstrou a atenção que deveríamos ter nessa troca de experiências. Ao sugerirem o espaço da escola para essa primeira reunião, entramos em contato com a diretora, que não estava presente, para solicitarmos o uso do espaço, ela prontamente atendeu ao pedido. O resultado desta “lição” será narrado mais adiante.

Ainda combinando a mobilização, os moradores sugeriram uma chamada de divulgação numa rádio local, pois este seria um meio de atingirmos um maior número de pessoas, pois toda a zona rural, mesmo com a presença de televisores e celulares, ainda tem o hábito de ouvir o rádio e, principalmente, utilizá-lo como meio de comunicação com a zona urbana. Enquanto isso, eles realizariam as mobilizações pessoalmente, no sentido de somar forças. Assim, em contato com uma das rádios locais, pudemos realizar o convite no “Jornal da Cultura”, com alguns dias de antecedência (Rádio Cultura FM).

A utilização dessas mídias é defendida por Catherine Clarke (2004), ao explicar sobre a importância das mídias na divulgação arqueológica. Para ela, trabalhos que agreguem mídias, até mesmo de diferentes tipos, são um dos principais mecanismos de trabalho da Arqueologia Pública, pois é através delas que o público geral começa a se interessar pela Arqueologia.

De acordo com Moser et al. (2002) e Tully (2007; 2009), tais encontros e apresentações públicas devem ser precedidos por uma organização mínima, no sentido de encontrar formas e métodos de apresentação adequados; de preparação preliminar do local para a apresentação pública; criar estratégias de exposição, dentre outros aspectos para o bom funcionamento da exposição. Tais atividades têm o objetivo de apresentar a pesquisa que se almeja realizar, proporcionando uma melhor visualização do que propõe-se, para a tomada de decisões cooperativas.

No dia marcado (sábado), com a equipe presente, não mais que uma dezena de pessoas compareceu, boa parte dessas eram os “mobilizadores”, parceiros iniciais da pesquisa. Conhecendo bem a comunidade, ficamos tristes pela ausência de muitos deles e começamos a nos questionar em quê nós havíamos falhado.

Lembram-se do contato anterior com a diretora para marcar o local da reunião? Então, ao ouvir nossas inquietações a mesma respondeu que já era esperado tal resultado, por dois motivos simples: o dia era um sábado e, geralmente, as pessoas da comunidade aproveitam os finais de semana para participarem de atividades de lazer, como torneios de futebol, festas diversas, bingos, reuniões familiares e afins – nada mais justo – pensamos. O outro motivo seria o fato de que, mesmo com a divulgação na mídia, a rádio da qual a entrevista foi concedida tinha pouca repercussão na região, sugerindo-nos trocar de emissora.

Questionada do por que não ter-nos avisado dessas problemáticas, a mesma avisou que como já havíamos chegado com as ideias já estabelecidas do encontro com alguns moradores, não achou conveniente apontar os equívocos. Não poderíamos ter exemplo mais prático para compreendermos a dimensão do que significa a participação comunitária neste tipo de pesquisa e, dessa forma, começamos a pensar nas atividades vindouras no qual esse envolvimento integral e democrático seria imprescindível para o sucesso.

De todo modo, em respeito àquelas que compareceram ao encontro, fizemos uma reunião de introdução, convidando-as para participarem de outra, que a diretora da escola, juntamente com os membros da comunidade que estavam presentes organizariam. Ainda neste encontro, uma pequena apresentação em slides, contendo o resumo de atividades realizadas anteriormente na localidade e como elas culminaram em um novo projeto de caráter arqueológico e interventivo, além da explanação de como a Arqueologia Pública e Colaborativa funcionariam foi exposta e discutida entre os presentes.

A título de exemplo, um pequeno documentário extraído da internet no qual se esboçava os projetos participativos no Cais do Valongo-RJ, com presença da Arqueóloga coordenadora Tânia Andrade Lima³⁴, foi exibido para que a comunidade pudesse entender visualmente como aquela intervenção no qual a participação deles era fundamental, se daria de fato.

Para a nova data, a diretora mobilizou-se com a comunidade escolar, e convocaram professores, alunos, pais de alunos e conhecidos em geral através da divulgação “boca a boca”. Como solicitado por eles, remarcamos para um dia útil, além de refazer o convite em outra rádio local, dessa vez com mais amplitude (Rádio Serra da Capivara). No dia marcado, não surpreendente por já conhecer a altivez da comunidade, compareceram dezenas de pessoas, das quais estavam inclusas além da comunidade escolar, membros diversos da comunidade, representantes de conselhos e associações (apicultores, trabalhadores rurais, movimento quilombola, moradores, etc.), de todas as idades e comunidades vizinhas (Imagens 4 e 5).

Imagens 4 e 5: Reunião na Escola José Caetano dos Santos, com a comunidade



Fonte: Acervo do Autor, 2016.

Fazendo apresentação similar àquela do encontro anterior, com os mesmos slides e vídeos, pudemos dar atenção aos anseios deles com relação ao tema tratado. Com alunos de faixas etárias diversas, os professores começaram a estimulá-los a falar sobre o assunto. Alguns, eufóricos, começaram a citar já os locais que mereciam atenção, materiais encontrados remetidos a esse período, questionaram sobre os documentos exibidos falando dos escravos da Fazenda, nunca antes visto por eles, dentre outros temas livres.

³⁴ Cais do Valongo. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Tt5Tar0GnWw>. Acesso em 01 de setembro de 2016.

Líderes da comunidade, como professores, o vice-presidente da Associação dos Moradores e o Vice-presidente da Associação dos Quilombolas do Território Lagoas enfatizaram a necessidade da pesquisa, não só em trazer à tona a história de seus descendentes, como também para que as crianças e jovens tivessem a oportunidade única de auxiliar na construção e no contar da história do seu lugar, almejando inclusive, a publicação de um livro para que todos possam ler a “grande história do São Vitor”, como enfatizou o Sr. Andreilino Alves de Miranda, agricultor e aposentado de 67 anos – conhecido em toda a região por ter uma coleção de fósseis da megafauna oriundos do sítio Lagoa de São Vitor, musealizados em sua residência a partir dos trabalhos de extensão da UNIVASF.

Após o diálogo e as discussões com a comunidade, alguns se prontificaram a contribuir e, dessa maneira, a equipe de pesquisadores locais começou a ser montada, a partir de uma “ficha de inscrição”, constando os dados pessoais para contatos posteriores. Alguns professores já nos conheciam de trabalhos anteriores e pediram que também fizéssemos uma reunião com os alunos do ensino médio no turno da noite, pois, conhecendo-os, tinham certeza de que eles se disponibilizariam a contribuir também com o projeto, além disso, atendemos outro pedido da comunidade docente para a exposição dos resultados de trabalhos anteriores para os que não tiveram a oportunidade de acompanhar.

Nesse sentido, além das apresentações de praxe que consistiam no cerne da atual proposta, foram exibidos os produtos bibliográficos, audiovisuais (mini documentário), banco de dados imagético, matérias de TV, dentre outros realizados a partir de propostas colaborativas agregando Arqueologia, Turismo de Base Comunitária e Preservação Patrimonial³⁵ na localidade.

Da mesma maneira da reunião diurna, os alunos e professores, além de alguns outros poucos membros da comunidade presentes, começaram a indicar locais, materiais, contar histórias, dentre outros aspectos similares, bem como a se prontificarem a auxiliar no projeto, acrescentando os nomes nas fichas de inscrição.

Em resumo, esta etapa compreendeu quatro reuniões de mobilização, associadas à divulgação em mídias de rádio e apresentações orais sobre as diversas temáticas ligadas ao projeto. Buscamos agregar uma equipe diversificada, com relação a gênero, idade,

³⁵ Trata-se dos resultados do Projeto de Extensão: “*Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular*” (PROEXT/UNIVASF), realizados nos anos de 2013 e 2014, sob coordenação da Profª. Ma. Nívia Paula Dias de Assis e de execução do autor desta pesquisa, enquanto aluno-bolsista na graduação.

escolaridade, entre outros, de maneira a efetivar uma prática democrática com relação aos trabalhos, interpretações e resultados almejados.

3.2 Pré-campo

A etapa seguinte foi denominada de PRÉ-CAMPO, ou seja, constituiu-se em uma série de atividades que nortearam e determinaram o planejamento do trabalho de campo realizado em seguida. Para tanto, as pessoas que haviam se interessado para a execução do trabalho foram convocados para a sequência da pesquisa, nesse caso a equipe da comunidade seria “oficializada”, sendo nomeados àqueles que voluntariamente se dispusessem, pois nesse sentido, entende-se que:

Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso se diz convocar, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças (TORO; WERNECK, 2004, p. 5).

A partir desse momento tivemos como local de apoio o prédio da Associação dos Moradores de São Vitor, local onde funciona atualmente o Centro Museológico de Experimentação Comunitário (CEMEC), espaço de articulação entre pesquisa e extensão da comunidade, vinculado à Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

A primeira parte desta etapa foi imprescindível para conhecimento prévio de cada membro. Neste momento, para possibilitar a participação de todos os interessados, as reuniões foram articuladas para os três turnos, visto que a maioria consistia em alunos da escola na comunidade e residentes adjacentes, dependentes do transporte público para se deslocarem até São Vitor e, em outro horário seria impossível a participação integral na pesquisa. De tal modo, para facilitar a comunicação entre os diferentes membros nos diferentes horários, as atividades iniciais dessa etapa foram realizadas de maneira homogênea, com os mesmos conteúdos e metodologia.

Realizamos uma breve exposição oral do contexto do território, utilizando imagens correspondentes a materiais típicos da região; explicação prévia dos métodos e técnicas que se utilizam em campo e laboratório; vídeos foram também utilizados, incluindo exemplos locais, como a cultura material de escavações da lagoa, fotografias das intervenções ali realizadas, dentre outros elementos. Tal momento foi importante para compartilhar os conhecimentos já produzidos sobre o local a partir de pesquisas arqueológicas, pois absolutamente nada era de

conhecimento da comunidade, exceto o que os trabalhos de extensão da UNIVASF já haviam proporcionado.

Para abreviar as explicações orais, uma pequena “exposição” com materiais e equipamentos de uso no trabalho de campo e laboratório foi apresentado para os presentes. Sob a coordenação da historiadora e arqueóloga Mariana Zanchetta, a comunidade interagiu com esses objetos narrando seus usos em contextos vividos por eles, questionando nomes e funções, utilizando-os e visualizando-os já no contexto arqueológico, inclusive.

Os itens selecionados para essa primeira interação entre a comunidade foram: colher de pedreiro, espátula, trenas, pincéis, bússola, paquímetro, GPS, peneira, escalímetro, baldes, lupa e fragmentos de louça e vidro, simulando materiais arqueológicos históricos. A ideia foi diversificar equipamentos conhecidos, muitas vezes de uso doméstico e alguns específicos para o trabalho de campo, que possivelmente eles não tivessem contato, para verificarmos a reação ao manuseá-los (PRANCHAS 5).

Os equipamentos e ferramentas que mais chamaram atenção pelo exotismo ou “novidade” foram o paquímetro e o escalímetro. A lupa, a bússola e o GPS figuraram entre os mais disputados entre todos para “conhecer de perto”, pois o único contato com estes objetos só foram por meio de livros na escola ou pela televisão, narraram.

Naturalmente, após a exposição detalhada de todo o percurso a ser traçado, alguns se dispersaram ou se recusaram a participar alegando uma série de motivos. Para esses, negociamos a permanência para a discussão do plano de trabalho, no qual seria construído em conjunto, atendendo à demanda do grupo e, dessa maneira, tentamos adequar todos os interessados nas atividades a partir de um sistema de cooperação pautado na disponibilidade diária de cada um.



PRANCHA 5: Atividades iniciais da etapa pré-campo. A: Explicação oral. B: Mesa com equipamentos de campo. C: Exposição dos equipamentos e ferramentas. D: Comunidade manuseando os equipamentos (Fonte: Acervo do autor, 2016).

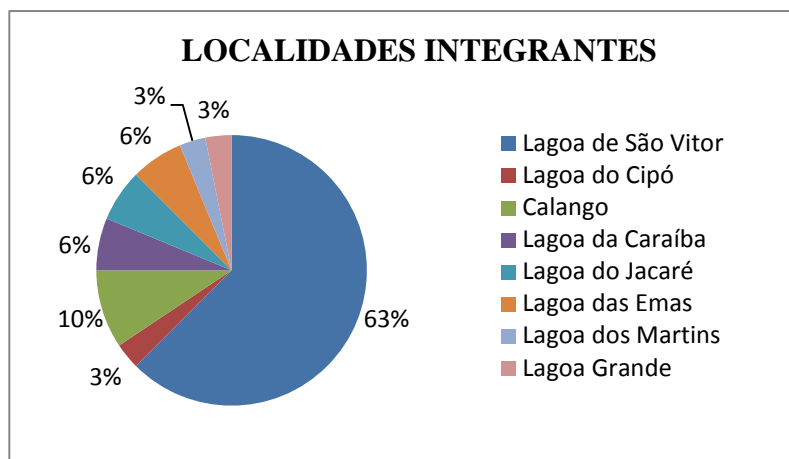
O plano de trabalho era necessário para que pudéssemos organizar todo o período que levaríamos para executar o projeto, levando em consideração a quantidade de membros, o tempo, recursos financeiros, as atividades, os dias e as divisões de tarefas. O primeiro ponto a ser debatido foi a disponibilidade do tempo de trabalho de cada um, pois essa foi a principal problemática evidenciada.

De acordo com Kummer, Diz e Soares (2007, p. 84), alguns dos principais pontos a serem levados em consideração em pesquisas participativas são as discussões de datas sugeridas pelo grupo, bem como as definições do espaço temporal disponível dos envolvidos. Para a autora, “não se deve ignorar a disponibilidade sugerida pela população”, pois é a partir desse pressuposto que a comunidade se fará presente para a execução do projeto.

Em São Vitor, a dificuldade girava em torno, principalmente dos adultos, pois os trabalhos em seus comércios, em casa, nas plantações, no cuidado com o gado e até mesmo a maneira de se deslocar para a comunidade sem um transporte próprio inviabilizava a participação integral de todos. Assim, eles sugeriram se seria possível participarem em horários pré-estabelecidos ou ainda alternando entre o trabalho e suas atividades cotidianas.

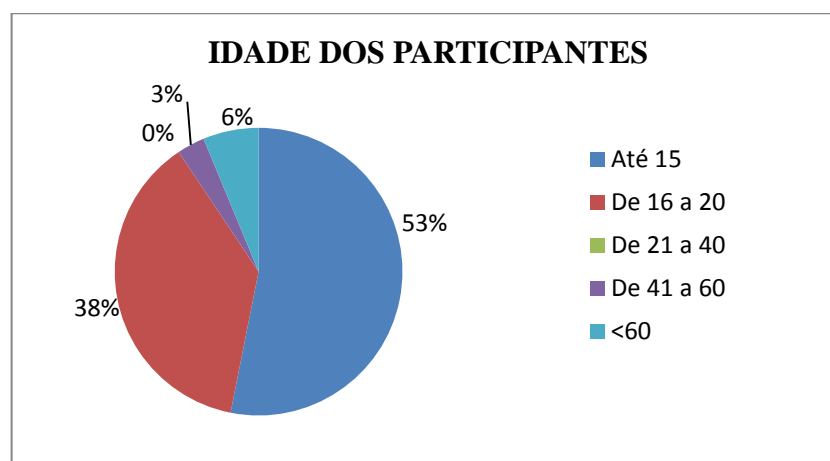
Em acordo coletivo, dois horários foram estabelecidos para a execução desses trabalhos: manhã e tarde, e cada integrante adequou-se no horário que mais lhe conviesse. Os moradores das mesmas comunidades, ou próximas, se articulavam para virem juntos, de carona e até mesmo, os poucos com transporte, dividirem combustível para se deslocarem. Para os membros da própria comunidade, boa parte se dispôs a participar integralmente.

Diretamente, trinta e duas pessoas compuseram essa equipe. Nesse universo, além de moradores da localidade Lagoa de São Vitor, que se fazem maioria, inseriram-se de outras sete localidades que compõem o território quilombola, a saber: Lagoa do Cipó, Calango, Lagoa da Caraiá, Lagoa do Jacaré, Lagoa das Emas, Lagoa Grande e Lagoa dos Martins (Gráfico 1).

Gráfico 1: Localidades integrantes do projeto.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A faixa etária dos integrantes da equipe foi bem diversificada, pois entendemos que, independente de limitação de idade, todos os participantes são determinantes para o bom desenvolvimento de trabalhos coletivos, fazendo com que se sintam integrados ao projeto. Nesse caso, a equipe constituiu-se de indivíduos com idades entre 10 e 66 anos, evidenciando essa diversificação mencionada, bem como o fato de que esse quesito não limitou a comunidade de interessar-se em participar, ampliando os diversos tipos de pensamentos, atitudes e posicionamentos de forma mais democrática (Gráfico 2).

Gráfico 2: Idade dos participantes.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

A maioria dos jovens e adolescentes (até 15 anos e entre 16 a 20 anos) é resultado da parceria estabelecida com a escola municipal José Caetano dos Santos, que é responsável por agregar moradores de boa parte das comunidades que compõem o território quilombola, uma

das poucas ainda ativas na região. Para as atividades, realizadas durante o período letivo, o corpo docente e administrativo também se inseriram na pesquisa, atuando como colaboradores logísticos, realizando ações paralelas em sala de aula para os que não estavam no grupo comunitário, bem como auxiliando os alunos que se fizeram ausentes nas aulas que estavam em curso, fornecendo materiais para as atividades e organizando os traslados a partir do transporte coletivo municipal.

É importante ressaltar a participação de outros moradores atuando também como colaboradores, fornecendo ferramentas e equipamentos necessários para o trabalho, além de proprietários de locais escolhidos para a realização das refeições de toda equipe. O serviço de Turismo Comunitário que vem sendo implantando juntamente com a localidade a partir dos trabalhos de extensão da UNIVASF, contribuiu para o auxílio desses serviços tão importantes para o andamento da pesquisa.

A inserção dessa diversidade de integrantes, de acordo com Kummer, Diz e Soares (2007, p. 83), desperta também na equipe facilitadora “um grande sentimento de pertença, de se fazer pertencente a esse grupo e assim iniciando o processo de uma identificação mais consciente com a localidade e os moradores”.

Ainda nesta etapa, dando continuidade a parte de interação e desenvolvimento do plano de trabalho, a equipe da comunidade foi dividida em duas para facilitar o andamento das atividades. Tornando o trabalho mais lúdico, sugerimos que cada grupo tivesse um nome dado por eles. Assim, os grupos denominaram-se de “*Galera do pincel*” e “*GPS*”, evidenciando a influência da atividade anterior com os membros.

Os membros que integraram essas equipes são: Marcos Conceição, Ana Kessya Viana, Keilane dos Santos, Andreolino Miranda, Paulo Henrique Santana, Flávia Luzia Paes, Viviane Ribeiro, Antônio Maurício Neto, Claudio Teófilo Marques, Denilson Miranda, Louracy Santana, Eduardo Martins, Diêgo Martins, Gean dos Santos, Felipe dos Santos, Eric Paes, Bianca Damasceno, João Neto, Ana Mila Castro, Maria Aparecida dos Santos, Juliana Marques, Kalícia Neres, Thaís Assis, Pauliana Assis, Daiany Assis, Roberto Junior, Ruan Carlos Silva, Laércio de Jesus, Daniel Victor dos Santos, Alex, Josiano Ribeiro e Kelly Cristina Dias.

Em sequência, discutimos sobre a importância do registro de História Oral da comunidade. Boa parte dos integrantes, principalmente àqueles participantes de outros trabalhos realizados, já são familiarizados com essa metodologia de compreensão da história

local e, prontamente, se dispuseram a coordenar as atividades, auxiliando aos demais. Dessa maneira, discutimos os principais pontos que nos levariam às histórias em torno da Fazenda São Victor e seus espaços (sempre enfatizando esse objetivo), os escravos, os fazendeiros e demais temas correlacionados.

O trabalho de História oral é fundamental nos trabalhos em Arqueologia comunitária, pois assim como afirma Ferreira (2008a), o uso dessa ferramenta permitirá o entendimento dos sentimentos e interpretações das comunidades diante da pesquisa em curso. Segundo Tully (2007), além de um mecanismo de partilha de conhecimentos, as entrevistas são um formato importante através do qual a Arqueologia pode começar a estabelecer os modos de comunicação entre a equipe comunitária e os demais membros locais.

Para Odair (2003), a narrativa oral tem seu valor à medida que ela pode “revelar” elementos não demonstrados pela narrativa escrita (no caso de São Vitor, ausente nesta). Dessa maneira, esse recurso possibilita a obtenção de informações não presentes na história oficial e até mesmo àquelas que não são possíveis de compreender a partir do registro arqueológico, funcionando como complemento, contribuição, oposição e, principalmente, como via única de entendimento do passado, no caso de ser adotada isoladamente.

Para a construção das bases históricas a partir da memória da comunidade por intermédio da História oral, após a discussão dos objetivos que deveríamos alcançar com a aplicação desse recurso, as equipes se reuniram para elaborar um roteiro de entrevista estruturado com algumas questões que eles achassem que fossem importantes. Nesse momento, as equipes discutiam sobre as possibilidades de perguntas, tiravam dúvidas com os facilitadores e entre os grupos e relembavam atividades similares realizadas em trabalhos escolares. Após os dois questionários prontos, expomos para todos e começamos a discutir quais as perguntas mais importantes, se houve questões iguais ou mais elaboradas, o que nós poderíamos conseguir com aquelas respostas, entre outras ideias e, dessa forma, a equipe chegou a um modelo final estruturado, no qual seria o direcionador para as entrevistas a serem realizadas (PRANCHA 6).

1) ~~Qual~~ Qual é seu nome completo?

2) Onde o senhor nasceu?

3) Qual a sua data de nascimento?

4) A quanto tempo você mora em São Vitor?

5) O senhor já ouviu falar de sítios escravos em São Vitor?

6) O senhor conhece algum descendente de escravo?

7) Quantos anos seus pais viveram?

8) O senhor chegou a ver as ruínas da casa onde provavelmente seria a casa do Coronel Piaulino?

9) O senhor já achou algum objeto que você acha que poderia ter pertencido a algum escravo?

10) Onde o senhor acha que nós poderíamos escavar e encontrar algum objeto antigo?

Roteiro

1) Qual seu nome completo?

2) Onde o senhor(a) nasceu?

3) Qual sua data de nascimento?

4) Onde o senhor(a) acha que nós poderíamos escavar e encontrar algum objeto antigo?

5) O senhor chegou a ver as ruínas da casa onde provavelmente seria a casa do Coronel Piaulino?

6) Você tem algum parente, ou conhece alguém que seja descendente dos escravos?

7) O senhor(a) já encontrou algum vestígio que possa ser da época da fazenda?

8) Você já morou nessa localidade, ou em algum outro lugar? Se sim, onde?

9) Você conhece alguém que pode ter informações sobre a época da fazenda?

PRANCHA 6: Roteiro inicial apresentado pelas duas equipes. (Fonte: Acervo do Autor, 2016).

Após a finalização desse questionário único, as equipes começaram a fazer um levantamento de possíveis entrevistados, optando por moradores mais velhos da comunidade, professores e também pessoas as quais eles já ouviram falar sobre a Fazenda. A partir desse momento, realizamos uma pequena oficina de procedimentos de aplicação da história oral, para que eles mesmos pudessem fazer o devido registro.

Para a captação audiovisual (voz, vídeo e fotografia), incentivamos o uso de equipamentos celulares que eles já têm costume de utilizar no cotidiano. Além disso, também fornecemos fichas de sumarização e acompanhamento da entrevista, bem como os termos de autorização. Devidamente munidos, com as tarefas estabelecidas por eles a partir da aproximação de cada membro com a tarefa (entrevistar, escrever, filmar, fotografar, etc.) e instruídos desses materiais, ambas as equipes foram para a sua primeira atividade prática³⁶.

As duas equipes iniciaram suas atividades nas residências dos moradores, naturalmente com certa timidez, e os facilitadores que acompanharam as equipes tratavam de inserir os jovens explicando o propósito das entrevistas ali solicitadas até os mesmos se acostumarem e executá-las independentes.

Ao todo, sete entrevistas foram realizadas com moradores de São Vitor entre 86 e 56 anos de idade, são eles: Manoel Messias, Ângelo Miranda, Maria Izabel dos Santos, Maria de Fátima Macêdo, Maria Aparecida dos Santos, Henrique José Nere e Ângelo Castro, no qual puderam ser obtidas informações concernentes à história da Fazenda São Victor e, sobretudo, realizadas por moradores da localidade, enfatizando o caráter cooperativo e a essência de pesquisa científica executada por eles, inclusive quando do preenchimento dos protocolos de entrevistas no campo “pesquisador” com seus respectivos nomes, era um momento de grande diversão entre os mesmos (PRANCHA 7).

Após essa atividade, debatemos em gabinete a importância dos registros e das informações obtidas. Nesse momento, hipóteses e direcionamentos acerca dos espaços que estávamos “buscando” já começaram a ser delineados pelos integrantes do grupo, do qual nós, enquanto facilitadores, aproveitávamos para lançar mais questionamentos em torno dos espaços e sua correlação com os dados registrados oralmente.

³⁶ Apesar de ser caracterizada com uma atividade de campo, essa entrou na categoria “pré-campo” por não configurar a uma atividade de caráter arqueológico das quais inserimos na etapa seguinte.



PRANCHA 7: Entrevistas com os moradores locais (Fonte: Acervo do Autor, 2016).

A partir das entrevistas, esboçou-se um “mapa mental” dos possíveis espaços que comporiam, no passado, a Fazenda São Victor. Em seguida, sugerimos uma atividade de registro desses espaços mencionados a partir de uma cartografia da comunidade, apontando os principais locais, as casas dos entrevistados, elementos naturais e edificados, vias de acesso e tudo o que eles achassem pertinente para a composição do mapa comunitário, pautado, principalmente na caminhada e observação que foi realizada durante as entrevistas (Imagens 6 e 7).

Imagens 6 e 7: Construção do mapa coletivo da localidade.



Fonte: Acervo do Autor, 2016.

O objetivo dessa atividade, além do fator relacionado aos aspectos físicos a serem apontados é, principalmente, agregar a comunidade para que pudessem expressar suas percepções durante a elaboração do mapa (PRANCHA 8).

Após os indícios e mapeamento de possíveis locais consideráveis de importância arqueológica por apresentarem relações com a Fazenda São Victor, uma atividade antecedente de campo foi realizada no intuito de localizar previamente estes espaços para facilitar a etapa seguinte. Desse modo, realizamos uma caminhada e, durante o percurso, pequenas noções de fotografia, escala, de “leitura” e identificação de cultura material evidenciada em superfície eram discutidas e repassadas entre todos.

Os principais temas discutidos nesse momento giravam em torno da prática arqueológica: o porquê de ainda não poder coletar os artefatos, qual o papel da comunidade na preservação destes, porque é importante manter os artefatos no local onde são encontrados, porque não se pode coletar deliberadamente a cultura material, entre outros assuntos, dos quais tantos jovens quanto idosos nos questionavam.



PRANCHA 8: Roteiro inicial apresentado pelas duas equipes. (Fonte: Acervo do Autor, 2016).

A quantidade de artefatos dispersos em superfície, anteriormente alardeados pelos moradores entrevistados ou até mesmo já encontrados por integrantes do grupo, reafirmavam as suspeitas, inclusive suas associações em proximidade aos espaços também apontados pela população local. Pequenos registros em cadernos e fotografias em celulares eram realizados, ainda sem coleta e determinação de pontos referenciais, para que uma possível rota determinasse as atividades de campo em sequência.

A comunidade, vendo a movimentação, juntava-se ao grupo em alguns locais onde realizávamos a caminhada e contavam histórias, apontavam locais importantes para eles no passado, inclusive alguns com materiais históricos, nos quais eram registrados em vídeos e áudios, para compor o acervo de História oral.

Durante a evidenciação da cultura material em superfície (PRANCHA 9), dúvidas técnicas também foram resolvidas, as principais e corriqueiras eram a seleção do que seria “pré-registrado”. No caso, questionavam sobre quais artefatos tinham “importância” para o que buscávamos, tendo em vista os diferentes tipos de materiais encontrados em superfície. O caso mais corriqueiro consistia em diferenciar a cerâmica de tijolos ou telhas (olaria), por exemplo.

Para essa etapa, registramos a presença de artefatos em associação com os espaços apontados pela comunidade como correspondentes à *casa-sede*, ao *curral*, à *senzala* e à *vila dos escravos*. Para este último, algumas considerações sobre o seu “achado” são demasiadamente importantes para a pesquisa de cunho colaborativo e serão narradas adiante.

Antes da etapa seguinte, que consistia, de fato, na prática de campo arqueológica, realizamos um levantamento ou um pré-diagnóstico com os resultados obtidos durante os dias em que concretizamos as atividades pré-campo e que norteariam as intervenções. Demonstramos quais os métodos e técnicas de campo seriam os possíveis de serem realizados, levando em consideração os objetivos, o tempo e os instrumentos que tínhamos a disposição, estes últimos também expostos para o manuseio e conhecimento de seus usos.



PRANCHA 9: Pré-diagnóstico. A: Caminhamento para localização de artefatos e espaços. B: Localização de artefatos em superfície. C: Registro fotográfico. D: Registro realizado pela equipe, com o uso da escala improvisada (Fonte: Acervo do Autor, 2016).

Explanamos sobre o registro de artefatos coletados, preenchimento de etiquetas, a função e o uso da escala, fotografia, acondicionamento do material, seleção de artefatos para a coleta, dentre outras dúvidas que surgiam. O mais importante foi enfatizar dois pontos: o primeiro sobre um questionamento sempre persistente, o de por que realizar essa coleta, quais as dúvidas que seriam respondidas a partir daquela intervenção e, segundo, explicitando que não era nossa preocupação identificar áreas com grande volume de material ou realizar a coleta total, pois o objetivo não é o de gerar acervo, e sim compreender os espaços de ocupação da fazenda pelo viés da colaboratividade, a fim de contribuir com a construção da identidade da comunidade em conjunto.

Após organizarmos os horários que estivessem adequados para todos, recomendamos o uso de roupas de proteção contra o sol e bastante água para o campo (afinal, era setembro e o “*B-R-O BRÓ*”³⁷ estava só começando).

3.3 Campo.

Ainda em reunião, discutimos sobre conceitos-chave e seus objetivos para o uso em CAMPO, como prospecção, poço-teste, sondagem, registro visual em desenho e fotografia, naturalmente, designando de maneira acessível como eles funcionam e despindo-nos do uso dessas terminologias formais e puramente técnicas.

Com relação às atribuições de tarefas aos integrantes, foi sugerida a continuidade das equipes anteriormente estabelecidas e, dessa maneira, os dois grupos foram mantidos, apenas com algumas realocações de membros. Para as equipes, as atribuições foram designadas de acordo com a aproximação de cada integrante com a função, do mesmo modo da atividade de História oral, neste caso, cada equipe era responsável pela organização das ferramentas, preenchimento de fichas e etiquetas, coleta e acondicionamento, fotografia, GPS, entre outros.

Já em campo, iniciamos a discussão sobre as áreas que foram evidenciadas durante a etapa anterior. Como forma de sistematizar e facilitar a associação dos espaços, estes foram enumerados como áreas ou setores (Imagem 8), a saber:

ÁREA 1 – Casa-sede e curral;

ÁREA 2 – Senzala;

³⁷ O “*B-R-O BRÓ*” é o período de calor e tempo seco no Piauí, compreendendo os últimos quatro meses do ano, não por acaso, àqueles terminados em “BRO”.

ÁREA 3 – Vila dos escravos livres.

Imagem 8: Localização das áreas identificadas e intervindas: Vermelho: Área 1; Amarelo: Área 2; Verde: Área 3.



Fonte: Adaptado de Google Maps, 2017.

O objetivo para essa atividade situa-se, principalmente, no levantamento da cultura material associada aos espaços da antiga Fazenda São Victor. Para que alcancemos tal objetivo a partir do viés colaborativo, as atividades de campo serão norteadas pela literatura especializada.

Nesse sentido, Roskams (2001), Renfrew e Bahn (1998) e Banning (2002) permitirão que compreendamos a importância e o caminho a ser traçado para que possamos manter a integridade dos dados coletados em campo. É importante deixar evidente que, assim como a Arqueologia Colaborativa dá margem para a conexão de diferentes abordagens para a sua construção, da mesma maneira a Arqueologia de campo possibilita-nos esse emaranhado arcabouço, visto que, nesta pesquisa, não nos baseamos em um único método e sim em vários destes, combinados e complementados a partir de um referencial pré-estabelecido, no qual está diretamente ligado ao objetivo principal da pesquisa, que visa, além da participação da comunidade, a identificação e interpretação dos espaços da Fazenda São Victor pela Arqueologia.

Assim, podemos situar nossa pesquisa baseada nos métodos e técnicas de *survey* arqueológico, proposto por Banning (2002). O *survey* é o contato inicial de uma pesquisa arqueológica, o qual possibilita o primeiro contato com os espaços e a materialidade arqueológica dos sítios.

Dentre os pontos elencados pelo autor, buscamos a aplicação da metodologia “assistemática de busca informada”, no qual a investigação se dá a partir da coleção de informações oriundas de diversas fontes, desde a documentação histórica e referências bibliográficas (já expostos no capítulo anterior), bem como a informação oral obtida com a população local, no qual efetivamos nessa etapa juntamente com a equipe da comunidade, as quais nos deram os direcionamentos acerca de possíveis áreas de ocupação, além de apontar estruturas e artefatos pertencentes ao contexto estudado.

A reunião de tais informações e suas possíveis correlações, pontuadas ao longo dessa pesquisa nos direcionaram a aplicação de métodos e técnicas específicas para tentar compreender os processos de ocupação das áreas intervindas.

Well designed prospection, often called “purposive survey,” takes advantage of any information available that may improve the chances of discovering the archaeological remains of interest, or the “target” (...) Typically, a well designed prospection combines a wide range of background information to determine which locations are most likely, and which only somewhat probable, to contain the type of archaeological evidence we seek. Surveying only locations where the probability of detecting such materials is high makes the results of survey inappropriate for generalizations about whole populations; such generalizations require statistical survey instead. Yet generalization is not the goal of prospection, and informed search of the most likely locations is the most efficient way to detect the evidence of interest. (BANNING, 2002, p. 28-29, grifo nosso).

Dessa maneira, a prospecção extensiva, inserida na metodologia de Banning, visando a inspeção visual das áreas, foi entendida como a mais adequada para a compreensão do contexto estudado, pois supõe-se (e confirmamos nas atividades “pré-campo” descritas anteriormente) que os locais nos quais realizamos as prospecções teriam maior potencial ou que arqueologicamente seriam as mais sugestivas, visto que essas áreas foram selecionadas com base em critérios previamente definidos (documentação, história oral e paisagem) (BANNING, 2002; CARVALHO, 2007).

Las prospecciones pueden realizarse de un modo más extensivo combinando los resultados procedentes de una serie de proyectos individuales en regiones adyacentes, con el fin de conseguir perspectivas más amplias de los cambios en el paisaje, el uso de la tierra y los asentamientos a lo largo del tiempo (RENFREW; BAHN; 1998, p. 73).

A prospecção de superfície por caminhamento foi uma das técnicas aplicadas nessa etapa de campo, que consiste em percorrer uma determinada área, por meio de locomoção pedestre, com o objetivo de identificar visualmente, registrar e, quando necessário, coletar evidências pertinentes para a pesquisa. Esse tipo de técnica ocupa uma posição vital no trabalho arqueológico e à medida que novas técnicas surgem, sua importância segue

aumentando concomitantemente, mantendo-se ainda pertinente em diversos casos (ROSKAMS, 2001; RENFREW; BAHN; 1998).

Retornando à narrativa da prática arqueológica em colaboração, após a divisão da área por setores, fomos em direção à área 1 (curral + casa-sede), no qual destinamo-nos a um local anteriormente identificado como de potencial, situado no que seria a localização da antiga casa-sede da fazenda. Em superfície, fragmentos de louça e cerâmica foram sendo identificados e, cada membro da equipe realizava as atividades de coleta e registro juntamente com os demais integrantes.

O local por onde iniciamos a prospecção com a coleta artefactual é uma rua de passagem de pedestres, de transportes e animal, compreendendo um grande aglomerado de residências em seu entorno e, por conta disso, tais materiais certamente foram realocados, principalmente por ação mecânica. Nessa área predominaram concentrações de louça e cerâmica, os quais foram devidamente registrados em fichas, etiquetados, coletados e acondicionados em sacos plásticos, bem como o georreferenciamento, ambas as atividades realizadas pela equipe da comunidade (PRANCHA 10).

Em continuidade ao caminhar, percorremos a área onde, supostamente, localiza-se a frente da casa-sede da fazenda, que se constitui num terreno baldio onde há apenas alguns alicerces de construções recentes e vários resíduos sólidos. Para esse local, também foram evidenciados fragmentos de louça e cerâmica.

Durante a prospecção, um dos jovens participantes da equipe mencionou que deveríamos estar atentos porque ali estavam depositados os sedimentos advindos da área da lagoa quando de escavações anteriores realizadas na mesma e que esses materiais podem ter vindo de lá também. É importante mencionar que o objetivo do projeto que realizou as intervenções era o de desassorear a lagoa, ou seja, provavelmente para se alcançar tal feito, a quantidade de sedimento não deve ter sido pequena, se levarmos em consideração o tamanho do corpo d'água.



PRANCHA 10: Atividade de campo. A: Prospecção por caminhamento em direção às áreas a serem intervindas. B: Identificação de material e preparação para fotografia e coleta. C: Preenchimento de etiquetas. D: Registro de concentração de louças em superfície. (Fonte: Acervo do autor, 2016).

Após circundarmos a área correspondente a casa-sede, direcionamo-nos para o quintal de uma das residências que divide parte dos alicerces que afloram na superfície, e que são atribuídos à casa do Comendador Piauhylino, proprietário da fazenda. No quintal de um morador, estruturas recentes confundem a materialidade ali encontrada (Imagem 9). Foram evidenciados um cartucho de arma de fogo e fragmentos diversos de olaria em superfície.

A Sra. Fátima Neri, mencionou que seu pai, o Sr. Henrique Neri que chegou a ver de pé as ruínas da casa-sede quando ainda era criança, utilizou os ladrilhos que compunham o piso da referida residência para a construção de um fogão à lenha ainda presente na área que foi a sua primeira morada (Imagem 10).

Não foi evidenciada nenhuma materialidade relacionada diretamente à área do curral, relatada nas entrevistas e localizada logo ao lado da área residencial, provavelmente o processo de “urbanização” tenha destruído qualquer indício material. A própria comunidade já levantou a hipótese de que a praça central e o calçamento de paralelepípedos impossibilitaram o reconhecimento dessa área.

Imagens 9 e 10: Ruínas de habitação recente e fogão à lenha.



Fonte: Acervo do Autor, 2016.

A área 2, correspondente ao espaço apontado como sendo a Senzala, possui as mesmas características da área do curral. Hoje está sob o colégio da comunidade e não apresentou em superfície nenhum exemplar material que possa corresponder a um espaço desta natureza. Dessa maneira, direcionamo-nos para a área 3, que integra a área da “vila dos escravos” livres, como é denominado pela comunidade.

Alguns elementos diferenciais com relação a outros locais são perceptíveis nessa área e possibilitaram que os integrantes mais velhos partilhassem suas interpretações sobre esse “complexo” espacial. Estes integrantes da equipe chamaram a atenção para diversos aspectos:

a coloração do sedimento em alguns pontos, a dispersão de montículos na paisagem, a dimensão da área, as causas da ocupação, a materialidade, os elementos naturais associados e a memória sobre a história daquele espaço.

Nessa área surgem materiais diferentes dos já encontrados, como o vidro e até material lítico em sílex, esse último resumidamente explicado para a comunidade por uma facilitadora. Em um roçado no seio do que seria essa vila, uma explosão de artefatos: louça, cerâmica, vidro e metal constituíram um espólio significativo para essa área. Apesar da grande quantidade e da explanação do possível contexto alterado por ser constituído por várias áreas de plantio, reenfatizamos a ideia de coleta amostral mínima a partir de artefatos diagnósticos.

Percorremos uma área na qual perpassávamos por roçados, chiqueiros e situações topográficas diversas. Da mesma maneira, os materiais foram coletados e devidamente registrados, bem como os montículos dispersos na paisagem eram demarcados (Imagem 11).

Imagem 11: Prospecção na área 3.



Fonte: Acervo do autor, 2016.

Após a coleta de artefatos nos setores determinados, iniciamos o processo de intervenção a partir de uma forma mais intrusiva, a técnica conhecida como poço-teste (*test-pit*) (BANNING, 2002). A utilização dessa técnica teve como objetivo a delimitação cultural das áreas evidenciadas e, conseqüentemente do sítio arqueológico, entendendo, neste caso, que a cultural material ou evidências antropogênicas definem os limites de ocupação do espaço, além de ser uma opção mais em conta financeiramente, do que a escavação ou a abertura de sondagens (que também atendem a objetivos específicos).

A quantidade de poços-testes era estabelecida à medida que evidências indicassem perspectivas em torno da localização de quaisquer elementos que denunciassem uma possível

área de ocupação ou de presença material, além de locais demarcados por membros da equipe da comunidade, onde acreditavam que fosse possível identificar os limites das áreas buscadas. Os poços-testes circulares foram padronizados para alcançarem um diâmetro médio, em torno de 50 cm através da tradagem manual, conhecida como “boca de lobo”. Foram abertos dez poços-testes ao total, distribuídos pelas três áreas (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição dos poços-teste abertos na prospecção.

PT	ÁREA	COORDENADAS	CULTURA MATERIAL
01	1	23L07522059/8973260	Olaria
02	2	23L0752094/8973186	Ausente
03	2	23L0752098/8973188	Ausente
04	3	23L07522148/8973151	Olaria
05	3	23L0752166/8973101	Cerâmica
06	3	23L0752111/8973081	Cerâmica
07	3	23L0752033/8973065	Ausente
08	3	23L07511944/8972992	Cerâmica/Olaria/Orgânico
09	3	23L0751952/8973109	Olaria
10	3	23L0752023/8973123	Ausente

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Apesar de compreendermos as limitações desse método, entende-se que tais intervenções possibilitariam, mesmo que de maneira breve, a estabelecer um panorama mínimo acerca da presença material em subsuperfície presente nas áreas que compõem o sítio, bem como no dimensionamento das áreas de ocupação, auxiliando, por conseguinte, na construção interpretativa inicial da Fazenda São Victor.

Dessa maneira, iniciamos o processo de abertura pelo setor 1, especificamente na área do curral. Um aspecto interessante quando da tomada de decisão coletiva em torno dos locais onde as intervenções deveriam ser realizadas foi que a grande maioria, aparentemente decepcionada com a ausência material da área do curral, sugeriu uma abertura ali, mencionando que possivelmente encontraríamos algum indício.

Antes de acatar a decisão, nós, enquanto facilitadores e intermediadores das decisões, explicamos que a ausência de materialidade não necessariamente era um aspecto ruim nessa construção, pois a ausência também é uma informação importante na Arqueologia e isso deveria permear o entendimento da comunidade para com todos os espaços.

Quando questionamos sobre o local que deveríamos abrir o poço-teste, um membro do grupo sugeriu que a lateral leste da praça seria o melhor local, porque a rua ainda não está pavimentada, facilitando o trabalho. Durante a intervenção um questionamento entre eles chamou atenção: a equipe nos perguntou sobre que tipo de material poderíamos encontrar ali, visto que o curral seria basicamente feito de cerca de madeira. As discussões foram inflamadas pelos facilitadores, buscando com que eles mesmos pensassem nestes problemas que são característicos da *práxis* arqueológica.

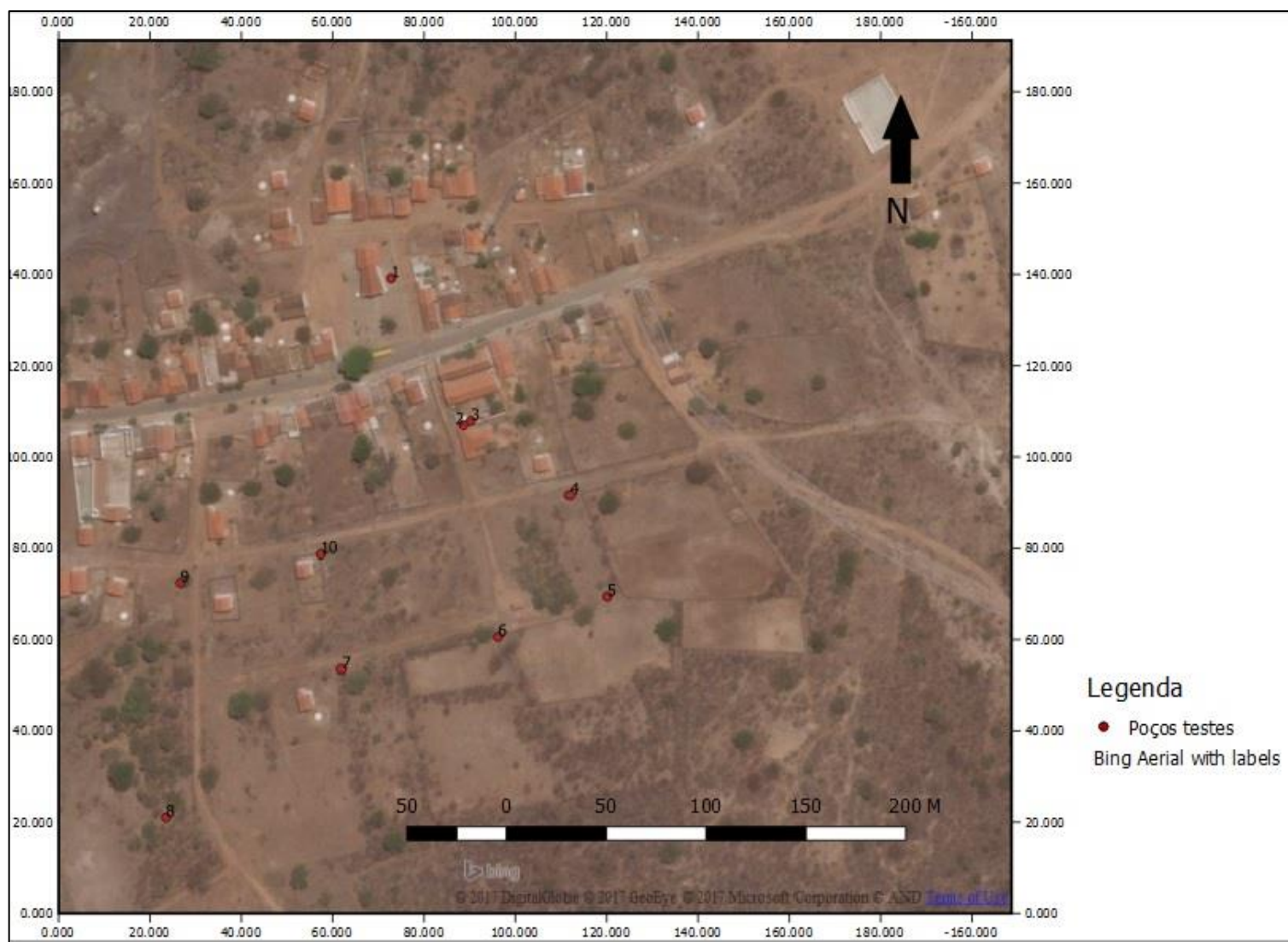
Por ser uma área de lajedo, não atingimos uma profundidade considerável e a equipe da comunidade vendo a dificuldade em realizar as intervenções em um terreno tão complicado, sugeriu abandonar aquele local e seguir para a área da senzala, outro espaço que não forneceu nenhuma informação em superfície e, de acordo com os relatos, possivelmente encontraríamos estruturas construtivas.

Dois poços-testes foram abertos no quintal da escola (área 2), onde seria o local da antiga senzala, pois era o único espaço que ainda não estava obstruído com revestimentos. Nenhum indício material ou de ocupação foi identificado nessa área. Foi discutido que, por ser um local construído e reformado diversas vezes, provavelmente os indícios foram se perdendo. Já para os mais velhos, a área correspondia mais à frente da atual escola, porém, não podemos realizar tais intervenções pela ausência de local apropriado.

Para a área 3, uma atividade diferente foi conversada com a equipe da comunidade, principalmente os mais velhos. Como queríamos ter uma noção mínima da espacialidade da área identificada por eles como “vila dos escravos”, os membros da comunidade começaram a explicar o processo de ocupação da área, a partir de edificações e sua disposição. Com o objetivo de delimitar esse espaço, eles foram definindo um polígono com o auxílio de piquetes e o georreferenciamento, para posteriormente servirem como diretrizes para a abertura dos poços-testes que teriam a função de delimitar a área (PRANCHA 11 e 12).



PRANCHA 11: Atividades de abertura de poços-testes (Fonte: Acervo do Autor, 2016).



PRANCHA 12: Localização dos poços-testes realizados nas três áreas identificadas (Fonte: Elaborado por Flávio Carvalho, 2017).

Ao total, sete pontos foram marcados por membros mais velhos da comunidade, que tinham a história da vila na memória, além disso, dentro dessa área ainda foram especificados possíveis locais de habitações, roçados, áreas comuns e recursos naturais. Em seguida, os poços-testes foram realizados e devidamente registrados, a cultural material evidenciada também foi coletada, finalizando as intervenções desta natureza.

Além dos quatro espaços da fazenda inseridos nas três áreas que sofreram intervenções, outros dois locais foram considerados nesta pesquisa. A área da lagoa abriga um *muro ou parede de pedras* parcialmente destruída, cuja função ainda é questionada. Realizamos, ali, apenas o seu registro fotográfico e uma reconstituição hipotética do seu traçado a partir de diretrizes de membros mais velhos da comunidade que chegaram a vê-lo em quase sua totalidade. É importante enfatizar que o mesmo está inserido no sítio arqueológico e paleontológico “Lagoa de São Vitor”, descrito anteriormente (Imagem 12).

Imagem 12: Estrutura de pedras. (Escala humana: 1,75m)



Fonte: Acervo do Autor, 2016.

A área do que foi chamado pela comunidade de *cemitério dos escravos* foi alvo apenas de registros em fotografias, croquis, medidas e georreferenciamento, também realizados em colaboração com a comunidade (Imagem 13).

Durante as atividades, a nossa equipe de facilitadores, junto com o corpo docente da escola, levavam os alunos que não participavam diretamente da pesquisa para acompanhar nossas atividades e explicar um pouco sobre a história local e como a Arqueologia ajuda para o entendimento desse passado.

Imagem 13: Realização de um croqui de túmulo do cemitério



Fonte: Acervo do autor, 2016,

Algo importante a frisar foi o reconhecimento das crianças e dos jovens ao ver seus colegas de classe inseridos nas atividades, eles também traziam informações que conheciam sobre a história da fazenda, dos escravos e do movimento quilombola, que inclusive, muitos de seus pais são militantes. Algo também notório foi o imaginário das crianças e adolescentes firmando a existência da “casa dos escravos” onde hoje é a sua própria escola e da situação de curiosidade ao estarmos ali, em busca desses indícios. É como se algo antes intocável e apenas imaginado passasse a ser palpável, material (Imagens 14 e 15).

Imagens 14 e 15: Visita dos estudantes da escola local às áreas do trabalho arqueológico.



Fonte: Acervo do autor.

No final de cada dia das atividades de campo, os grupos se reuniam e escreviam pequenos diários de campo, contendo um resumo do que foi realizado durante o dia de trabalho, suas impressões dentre outras coisas (PRANCHA 13).



Diário de Escavação

Localidade: Sítio Fazenda São Vitor
 Unidade: Coleta de superfície Tamanho da área escavada: Setor 1 e 3
 Datum GPS: _____ Data: 14/09/2016
 Responsáveis: Eric Santana, Milla Spina, Roberto Santos Jr., Ruan Carlos, Manoel Almeida, Paulo Henrique da Silva, Maria Santos, Daniel Vitor.

ANOTAÇÕES:

Os chegar-mos nas reuniões das 8:00 as decisões os grupos e as matérias. Saímos para a prospecção da área 1 fizemos ponto do GPS. Escavamos, coletamos material cerâmica, louça, vidro, metal, óssea, lítico. Pela parte da tarde nos reunimos novamente às 20:00h e saímos para coletar na área 3 que dizem ser a vila dos escravos. Portanto coletamos vários tipos de vestígios: cerâmica, louça, metal, vidro, etc. tiramos várias fotografias.

DIAGNÓSTICO INTERVENTIVO ARQUEOLÓGICO NA LOCALIDADE LAGOA DE SÃO VITOR-PI: CONTEXTO HISTÓRICO E PALEOAMBIENTAL

Diário de Escavação

Localidade: Fazenda São Vitor
 Unidade: 01 e 02 Tamanho da área escavada: _____
 Datum GPS: WG584 Data: 15/09/2016
 Responsáveis: _____

ANOTAÇÕES:

Pela manhã organizamos a matéria dividimos fazer um mapa da área e a escavação. 2 áreas a serem visitadas por aqui, utilizamos da 1ª a tarde fizemos a marcação de onde seria a vila dos escravos.

Diário de Escavação

Localidade: Sítio Fazenda São Vitor
 Unidade: Coleta de superfície Tamanho da área escavada: Setor 1 e 3
 Datum GPS: _____ Data: 14/9/2016
 Responsáveis: Shan Eduardo, Diego, Kauan, Felipe, Benilson, Antonio João Neto.

ANOTAÇÕES:

Quando chegamos nos reunimos e discutimos o lugar onde iríamos e decidimos ir até a casa do senhor Angélio Ribeiro de Castro que a gente chamou de área 1.

Na área 1 nós encontramos vários pedaços de louça e cerâmica, nós não escavamos aqui, só fizemos uma prospecção, tiramos fotos e recolhemos todos os materiais.

No setor 3 a tarde achamos cerâmica, metal, vidro, louça e óssea, esse local provavelmente seria a vila dos escravos.

PRANCHA 13: Equipe escrevendo os diários e alguns trechos dos mesmos (Fonte: Acervo do Autor, 2016)

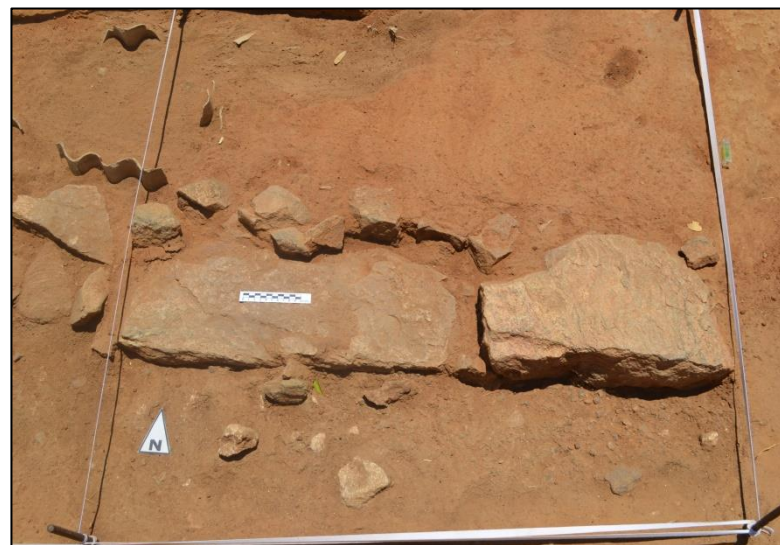
Após todas essas atividades, que duraram cerca de uma semana, notamos o cansaço dos integrantes, principalmente os jovens e crianças, além de que alguns estavam sem comparecer às aulas regulares (mesmo com a autorização e parceria com a escola). Dessa maneira, reunimo-nos e discutimos sobre essa questão, mencionando que o objetivo já havia sido alcançado com a colaboração e integração da comunidade local e científica, bem como havíamos identificados os espaços correspondentes a Fazenda São Victor.

Assim, aconselhamos àqueles com pendências em atividades escolares ou em casa, e até mesmo os já cansados pelos dias de trabalho intenso estariam à vontade para a continuidade da pesquisa, até porque só realizaríamos mais uma atividade de intervenção pelos próximos dias.

Portanto, coube para a reta final o registro das estruturas dos alicerces da área 1, correspondentes ao que seria a casa-sede da Fazenda São Victor. Esta, por sua vez, divide-se entre duas propriedades privadas sobrepostas ao que seria o local da residência. O objetivo desta intervenção seria o registro das fundações, até então únicos remanescentes da estrutura primária da fazenda, e a tentativa de compreender seu delineamento e sua configuração estrutural.

Para tanto, foram selecionadas as duas maiores linhas estruturadas desses alicerces para realizar uma limpeza de superfície, objetivando a evidenciação dos blocos componentes, que foram denominadas de estrutura 1 e 2, a primeira foi dividida em seis unidades de 50x50cm. O sistema de limpeza se deu com a utilização de colheres e enxó, pois a sedimentação encontrava-se bastante compacta e de difícil remoção, quase concrecionada. A proprietária da residência mencionou as tentativas de remover este alicerce até com o uso de um trator e não obteve êxito, por conta da sedimentação que agrega as rochas que o compõem.

A segunda estrutura em que intervimos faz parte de uma área bastante perturbada pelos proprietários da residência, que relataram a remoção de pedras do local, bem como a escavação de suas adjacências para o depósito de lixo construtivo. Mesmo assim, achamos pertinente uma limpeza da superfície e evidenciação dos elementos que a compõe. Assim, por ser menor que a anterior, a dividimos em duas unidades de 1x1m, abarcando a área das rochas, sem aproximar do muro que separava a casa, para não correr o risco de desestabilizá-lo (PRANCHA 14).



PRANCHA 14: Limpeza de superfície nas estruturas. Superior: estrutura 1; Inferior: estrutura 2. (Fonte: Acervo do autor, 2016).

3.4 Gabinete/Laboratório

Com as atividades de campo finalizadas, iniciamos o processo de curadoria e análise do material coletado durante a pesquisa arqueológica-comunitária. Neste percurso, dividimos as atividades em outras duas etapas: a primeira, constituída da análise técnica e tipológica da cultura material pela equipe de arqueólogos e técnicos, que resultou em um panorama geral para a compreensão arqueológica do contexto estudado e, depois, uma análise interpretativa realizada pela população local partícipe do projeto.

Essa divisão se deu a partir de uma reflexão com a equipe e os orientadores acadêmicos desta pesquisa, no sentido de que não seria oportuna a realização da primeira etapa (análise técnica e curadoria) junto à comunidade, pois, a princípio, não responderiam ao nosso objetivo, visto que, a proposta é que a comunidade fizesse a análise e a interpretação, de maneira autônoma, sem a interferência do arqueólogo e sem apegar-se aos pressupostos técnico-científicos, geralmente utilizados durante as análises da cultura material em laboratório.

Assim executamos a primeira fase, na qual realizamos a análise técnica, verificando tipologias, procedências, marcas, funcionalidades, cronologia, dentre outros aspectos característicos. A realização se deu nos laboratórios da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), instituição parceira que endossa o projeto autorizado pelo IPHAN e responsável pelo acondicionamento do material. Para as análises, alguns membros da equipe de campo auxiliaram, além dos técnicos dos laboratórios de cerâmica, material lítico e orgânico da FUMDHAM.

O universo material foi responsável por fornecer artefatos de matérias-primas distintas: cerâmica, peças líticas, louça, orgânico, vidro, olaria e metal. Os artefatos de cerâmica e olaria foram higienizados a seco, com o uso de escovas e palitos para a retirada de sedimentos; louça e vidro foram higienizados em água corrente com o auxílio de escovas de cerdas macias e os demais não necessitaram passar por esse processo.

As peças foram enumeradas de acordo com a etiqueta correspondente de seu registro em campo, posteriormente analisadas tecnicamente e, por fim, descritas em planilhas *Excel*, em conformidade com os parâmetros do banco de dados da FUMDHAM (Imagens 16 e 17).

Imagens 16 e 17: Processo de limpeza e curadoria do material em laboratório.



Fonte: Acervo do autor, 2016.

O espólio artefactual resultante compreendeu 157 fragmentos distribuídos nas sete categorias de matérias-primas distintas já expostas (Tabela 4).

Tabela 4: Quantificação da cultura material coletada em campo.

CATEGORIAS	QUANTIDADE DE FRAGMENTOS
Cerâmica	62
Olaria	11
Louça	66
Vidro	9
Metal	3
Orgânico	2
Lítico	4
TOTAL	157

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Os fragmentos pertencentes à mesma peça foram restaurados e os correspondentes às bordas de vasilhames cerâmicos passaram pelo processo de reconstituição hipotética a partir do desenho arqueológico e, posteriormente sua projeção digital em 3D. Após o processo de análise arqueológica, a etapa crucial para o arremate dessa aplicação da metodologia da Arqueologia Colaborativa foi a atividade de análise e interpretação do material arqueológico e dos espaços evidenciados na pesquisa, por parte da comunidade da Lagoa de São Vitor.

Dessa maneira, o material foi apresentado na sede do CEMEC, além da equipe que participou da pesquisa de campo, outros membros da comunidade que viam a nossa movimentação pela localidade, também se dispuseram a contribuir, o que foi de suma importância para a diversificação interpretativa.

Para facilitar o entendimento do resultado que queríamos a partir daquela atividade, dispusemos todo o material em mesas, separados por tipo de artefato e os instigamos a narrarem todas as informações que conhecessem sobre os materiais: como significados, modos de fabricação, histórias, relações com o simbólico, enfim, tudo o que eles pudessem narrar a partir da visão deles. Além disso, estabelecemos diálogos que propusessem, por parte da comunidade, interpretações sobre as relações de onde o material sucedia, a partir da distribuição pelas áreas identificadas.

Para finalizar, dispomos de material de papelaria para que, a partir dos fragmentos dispostos, eles sugerissem informações gráficas diversas, desde a sua forma original até suas funcionalidades, a fim de que fossem retratados em desenhos de como seriam quando ainda íntegros. As especulações foram diversas e geraram inúmeras interpretações pertinentes (PRANCHA 15).

As etapas aqui expostas são o resultado do compartilhamento dos conhecimentos das duas partes. Embora esta aplicação não seja uma “receita” para conduzir projetos de arqueologia comunitária, que este “roteiro” possa fornecer alguns direcionamentos para outros que buscam realizar projetos dessa natureza, pois não há nenhuma abordagem padrão para a aplicação dessa metodologia, como Tully (2007) já havia alertado.

Em síntese, inúmeras histórias e explicações surgiram não só nestas etapas, como de todo o processo que durou cerca de vinte dias entre os meses de agosto, setembro e dezembro de 2016. Para tanto, a junção da ciência arqueológica e a sabedoria popular geraram um valioso material que nos possibilitou a construção ou o delineamento de mais uma história sobre o passado escravista da Fazenda São Victor.

Apresentamos no capítulo que segue os resultados gerados a partir dessa conexão de conhecimentos mútuos.



PRANCHA 15: Atividades de laboratório comunitário (Fonte: Acervo do Autor, 2016).

4 CIÊNCIA E SABEDORIA POPULAR NA CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO PRODUTIVO FAZENDA SÃO VICTOR

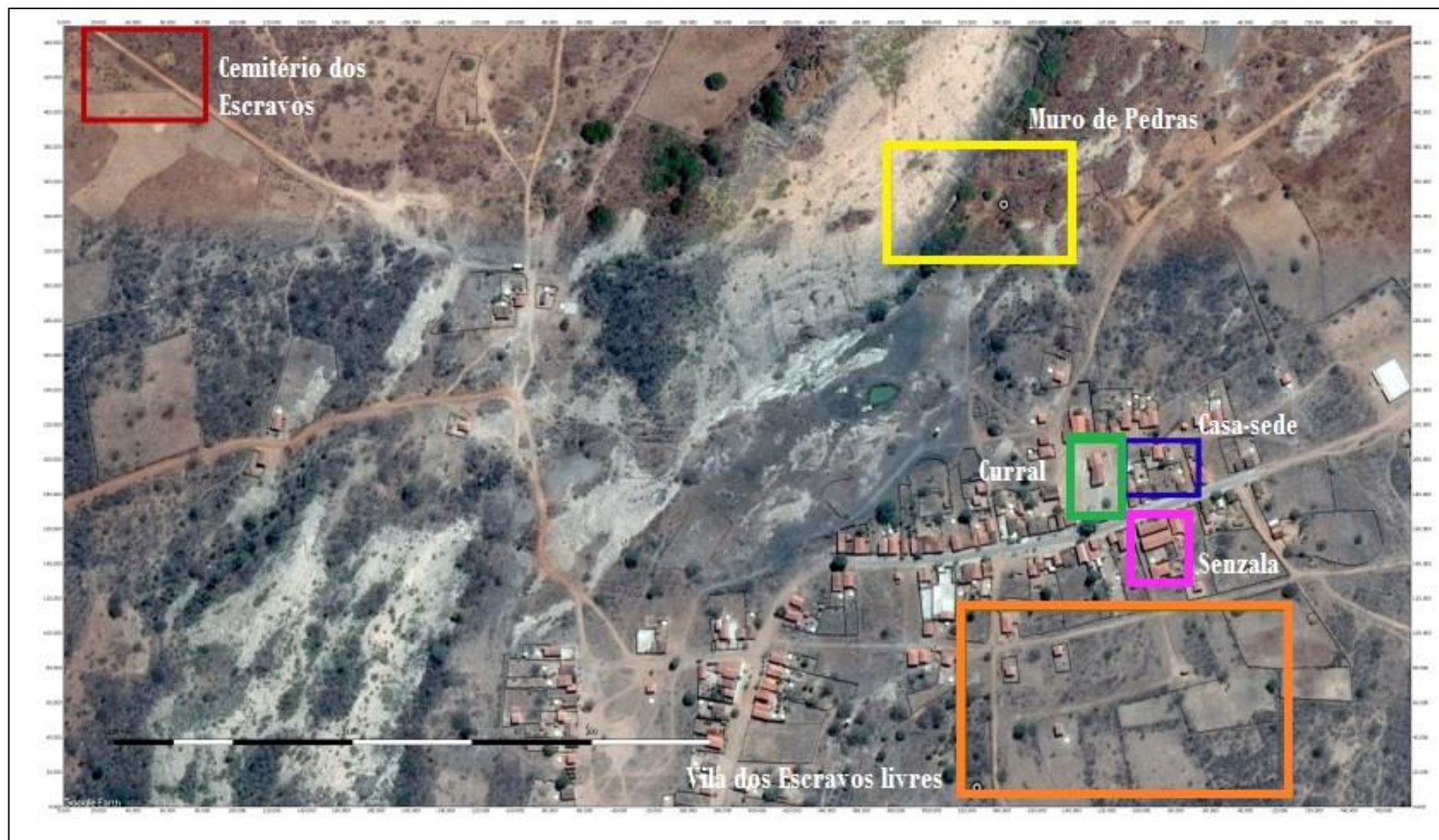
"(...) Essas visões diferenciadas do arqueólogo e das comunidades não são inteiramente incompatíveis; na verdade, o confronto de interpretações é um primeiro passo para a reconciliação democrática e o incremento das colaborações entre arqueólogos e as comunidades".

(MULLINS, 2004)

A construção de uma Arqueologia democrática pelo viés da colaboratividade do público da Lagoa de São Vitor se deu a partir do estabelecimento e discussões dos temas até aqui expostos, dos quais delinearam e concretizaram na história que será narrada neste capítulo.

Entrecruzando as diversas informações advindas do conhecimento arqueológico associado àquele da construção popular, obtivemos diversas interpretações sobre o passado ligado à antiga Fazenda São Victor. Os resultados e discussões que se seguem, foram apresentados a partir da caracterização dos espaços constituintes do complexo produtivo do nos propomos a compreender; englobando universos que envolvem desde a cultura material até as histórias e memórias comunitárias ligadas a esse espaço.

A associação da Arqueologia Pública com a Arqueologia da Escravidão pelo viés metodológico da pesquisa colaborativa possibilitou a identificação e caracterização de seis espaços distintos atribuídos à área da Fazenda São Victor nos séculos XVIII e XIX, são eles: *casa-sede, curral, senzala, lagoa de São Vitor, cemitério dos escravos e a vila dos escravos* (PRANCHA 16). As diversas informações obtidas sobre estes espaços apresentam-se a seguir.



PRANCHA 16: Identificação das áreas evidenciadas na pesquisa pertencentes ao complexo produtivo Fazenda São Victor (Fonte: Idealizado por Flávio Carvalho, 2016)

4.1 Casa-sede

Sem dúvidas, a casa-sede, ou ainda a casa grande³⁸, como alguns costumam chamar, é um dos principais referenciais acerca da Fazenda São Victor quando se trata de materialidade, pois, seus resquícios estruturais teimam em permanecer, aflorando nos quintais de residências da comunidade. Esta área, hoje tomada por duas propriedades privadas que compreendem as residências da Sra. Fátima Neri e do Sr. Ângelo Paes, ajudaram a preservar parte da estrutura do alicerce da casa da fazenda, este que é o único exemplar dessa natureza em toda a localidade.

Duas grandes linhas de estruturas com pedras justapostas remetem a um delineamento de alicerce. O conjunto ainda se completa com alguns resquícios soltos de pedras que, em sua totalidade, apresenta uma semelhança com uma planta residencial em formato quadrado ou retangular. Isso nos faz acreditar que esta seja, de fato, a estrutura da casa-sede da fazenda, a partir do próprio emprego dos blocos de rochas, sugerindo uma fundação mais consolidada para a construção, o que é quase inexistente em residências de materiais mais simples.

As casas-sede das fazendas eram constituídas por uma planta, em geral, retangular, mas sem padrão definido, de taipa-de-mão ou adobe, sustentada por baldrame³⁹ de pedra (KNOX, 1995; SILVA FILHO, 2007; ASSIS, 2009). No que diz respeito a essa configuração construtiva das fazendas de gado “funcionalidade, simplicidade e rusticidade são os adjetivos adequados para descrever a maioria desses estabelecimentos rurais no Sudeste do Piauí colonial” (ANÔNIMO, 1814 *apud* RIBEIRO, 2013, p. 20).

As estruturas aflorando em superfície são apontadas pela comunidade como vestígios da casa-sede da fazenda. Em síntese, a comunidade explica que as demais casas da fazenda eram de materiais simples como a taipa; já as pedras que compõem as linhas das estruturas, seriam a evidência de uma construção mais planejada, como a da casa do fazendeiro. O Sr. Henrique Neri, de 80 anos, é um dos raros moradores de toda a região que relata ter visto as ruínas da casa, ainda quando criança, ao chegar à comunidade e recorda de ainda brincar entre os escombros com outras crianças. O Sr. Ângelo Ribeiro, de 82 anos, chegou à comunidade apenas em 1957 e também narra ter encontrado parte das ruínas ainda edificada e atribui a mesma à casa da fazenda.

³⁸ Também chamada na historiografia piauiense de *casa-da-fazenda* (Ver CASTELO BRANCO FILHO, M. A **família rural no Piauí**. Rio de Janeiro, 1983, p.12).

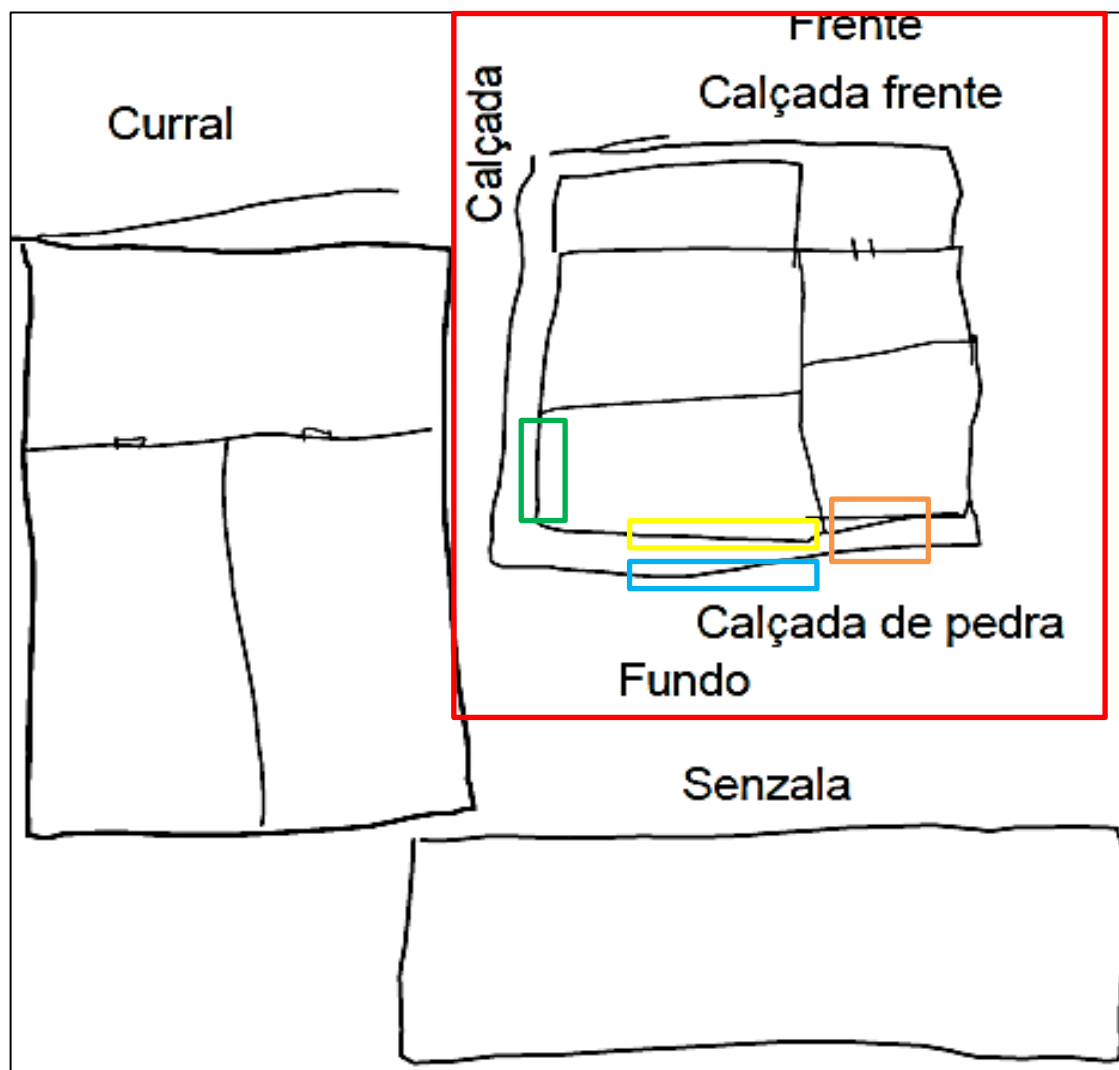
³⁹ Embasamento de pedra corrida ao longo das paredes de uma edificação. Nome também dado a linha de madeira assente no alicerce e que serve de apoio às varas de alvenarias de pau-a-pique e de travamento de esteios (SILVA FILHO, 2007, p. 170).

Através de suas lembranças, o Sr. Henrique Neri recria a planta da casa em um croqui, já anunciando seus possíveis equívocos quanto à setorização, mas enfatiza a probabilidade assertiva do delineamento (PRANCHA 17). É interessante observar a menção a uma calçada de pedras que pertencia a um alpendre que circundava parte do perímetro que envolvia a edificação.

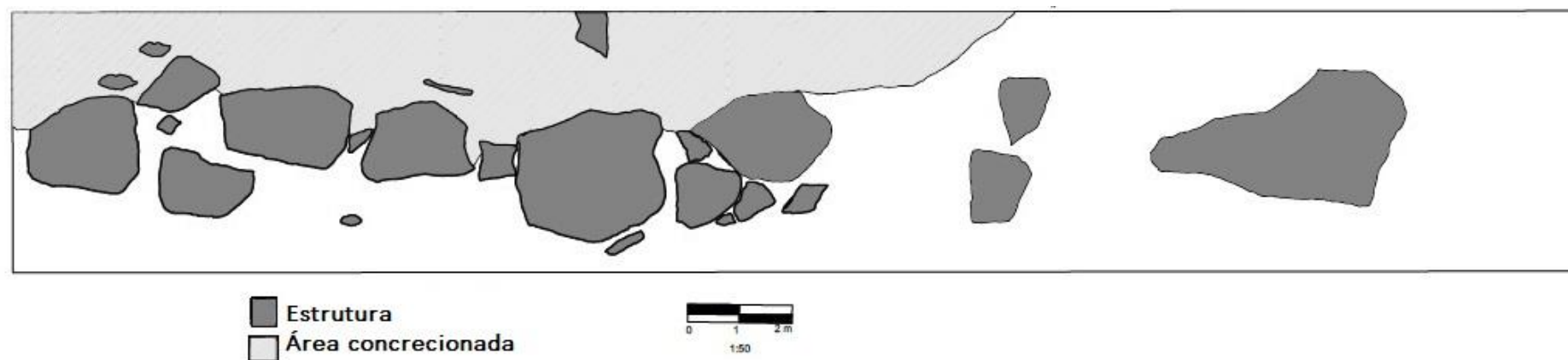
A partir da análise das estruturas (PRANCHAS 18 e 19), é possível que alguns resquícios desse baldrame dividido entre os dois terrenos possam referir-se a essa calçada do alpendre representado no croqui, visto a diferenciação da dimensão dos elementos de pedra que o constituem. “A casa grande (...) ela tinha as calçadas... as calçadona, que pegava as pedras, como tá cortada essa daqui ó [aponta], como era a que nós vimo alí, né?[na área da casa da fazenda] (...). Aí botava na calçada, quebrava uma ponta, ajustava a outra” (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016).

A construção desses alicerces demandou o uso de uma matéria-prima endógena abundante em toda a região do Território Lagoas, o *gnaisse*, que aflora em forma de lajedos ou ainda em inselbergues, como a Pedra e o Morro de São Vitor, localizados no centro da comunidade, estes últimos auxiliam no processo de formação das lagoas, servindo para o aprisionamento de água e provável fonte para a obtenção desse recurso utilizado no alicerce da casa-sede.

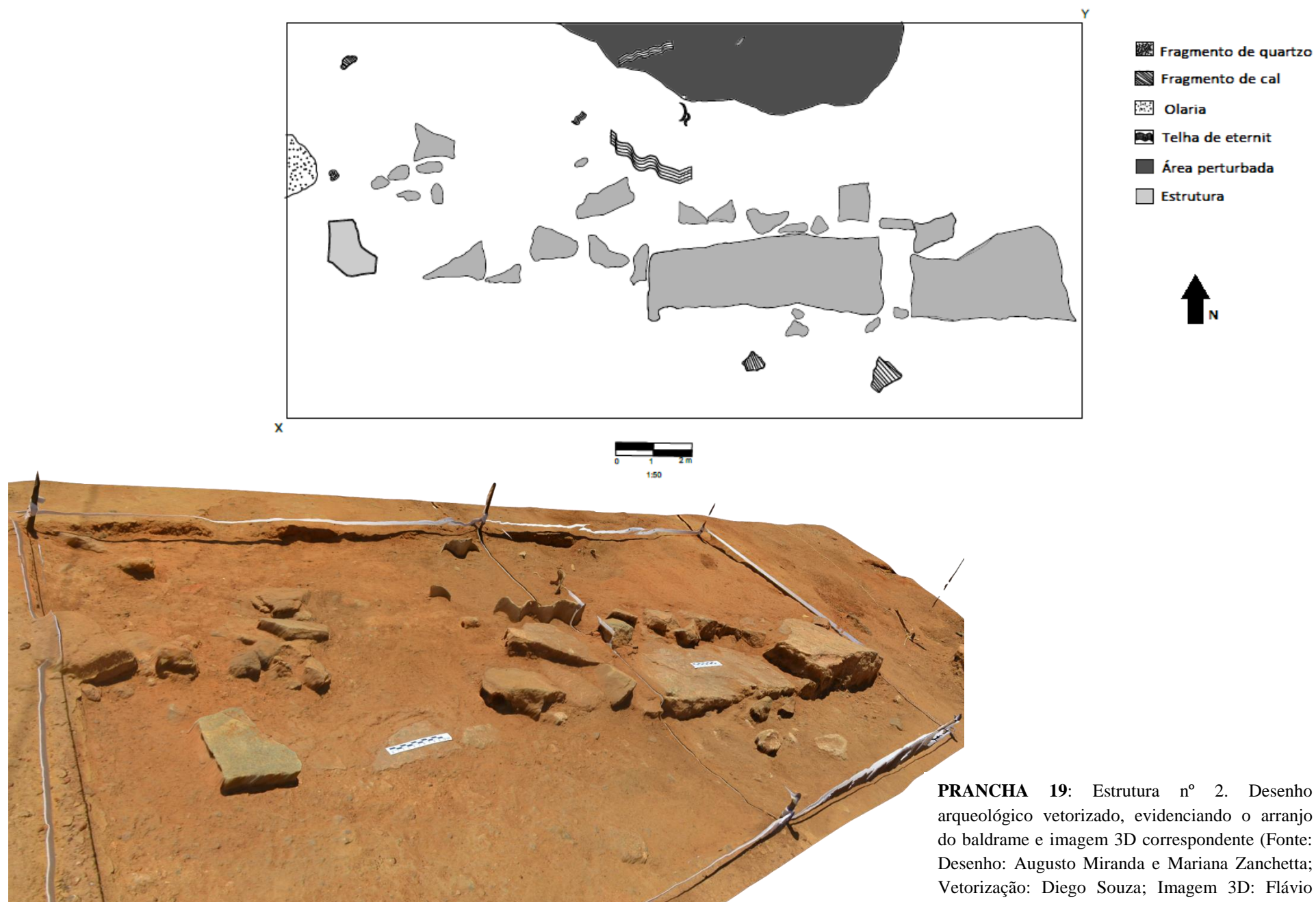
É interessante ressaltar como a memória individual reverbera e constitui a formatação da memória coletiva no relato da Sra. Fátima Neri, de 56 anos, filha do Sr. Henrique Neri. Ela, enquanto proprietária da residência onde está presente a maior parte das estruturas visíveis, também menciona que tais vestígios correspondem não só à casa do fazendeiro, como também explica a setorização da área externa como pertencente a um alpendre e sua respectiva calçada, constituída a partir dos grandes blocos dispersos no seu terreno.



PRANCHA 17: Croqui da espacialidade de parte do complexo produtivo da Fazenda São Victor. Destaque em vermelho para a estrutura em sua forma original. Os destaques em verde, amarelo, azul e laranja correspondem às estruturas presentes ainda hoje (Fonte: Idealizado por Henrique Neri, 2016; Vetorizado por Diego Souza).



PRANCHA 18: Estrutura nº 1. Desenho arqueológico vetorizado, evidenciando o arranjo do baldrame e Imagem 3D correspondente (Fonte: Desenho: Augusto Miranda e Bruno Farias; Vetorização: Diego Souza; 3D: Flávio Carvalho).



A Sra. Fátima Neri, *in loco*, fez questão de acompanhar parte dos trabalhos e ainda apontou para a linha de continuidade do desenho da planta que a mesma acredita delimitar as paredes da casa, embasada nos relatos de seu pai, principalmente. O desenho apontado pela mesma é similar ao croqui apresentado e, mais uma vez, a ênfase ao alpendre é o principal elemento de setorização apontado.

Para Silva Filho (2007), o alpendre é um elemento típico de casas rurais, peça fundamental na casa de fazenda⁴⁰, principalmente. No geral, este tem finalidades técnicas como a de suavizar a entrada da casa ou afastar as águas pluviais da parede, em geral de terra crua, e ainda funções sociais, como a de antecâmara refrescante que liga a área interna da externa da casa, bem como espaço de relações sociais diversas.

Se levarmos em conta estruturas de casas de fazendas ainda existentes pela região - que são quase inexistentes -, temos o exemplo da casa-sede da Fazenda Água Verde, localizada no atual município de Cel. José Dias-PI. Esta, contemporânea à Fazenda São Victor, com seu relato mais antigo do ano de 1761 e, inclusive abandonada também em decorrência dos ataques dos índios Pimenteira, apresenta em sua configuração estrutural ainda erigida, um alpendre localizado aos fundos, o que demonstra que tal elemento arquitetônico poderia ser facilmente integrado à configuração das construções das casas de fazendas pela região, inclusive na de São Victor (NEGREIROS, 2012, RIBEIRO, 2013) (Imagem 18).

Imagem 18: Fundo da casa-sede da Fazenda Água Verde. Detalhe da seta para o alpendre.



Fonte: Adaptado de Ribeiro (2013, p. 47).

⁴⁰ “Nas casas mais humildes, geralmente cobertas de folhas de palmeiras, é chamado de *copiara*” (SILVA FILHO, 2007, p. 168). Há uma confusão conceitual em torno de alpendre e varanda. Para alguns autores, a varanda é o prolongamento da água principal do telhado apoiado ao chão e o alpendre seria uma cobertura autônoma, com uma de suas extremidades sem apoio. Para esse último caso, se apoiadas ao chão, denomina-se de falso-alpendre. Porém, de forma geral é comum os dois termos serem tratados como sinônimo (COLIN, s/a). Nesta pesquisa, denominaremos de alpendre, por representar a terminologia adotada e assim conhecida pelos entrevistados da comunidade.

Knox (1995, p. 146, grifo nosso) enfatiza a presença dos alpendres mencionando que os complexos produtivos “compunha-se de várias casas de morada: uma do proprietário, avarandada, coberta de telhas, espaçosa”. Quanto à setorização da casa-sede da Fazenda São Victor, não foi possível identificar quaisquer outros cômodos e suas possíveis funcionalidades, principalmente pelo escasso desenho existente da estrutura em alicerce.

O Sr. Henrique Neri e sua filha Fátima Neri mencionaram que na área que seria uma intersecção entre dois cômodos da residência, hoje pertencente ao terreno do Sr. Ângelo, foi encontrado um “anel de ouro” que poderia pertencer aos moradores da casa, atribuindo uma possível riqueza ao proprietário e sua família, o mesmo ficou de posse da esposa do Sr. Henrique, porém, hoje inexistente.

Nas adjacências da casa da fazenda foi possível identificar uma significativa quantidade de artefatos históricos, em sua maioria louça e cerâmica, respectivamente. A quantidade de louças foi atribuída pelos membros da comunidade como também pertencentes aos moradores da casa grande, pois, para eles, este tipo de material é tipicamente de pessoas providas de melhores condições financeiras em oposição ao tipo de consumo de escravos e trabalhadores livres.

O material coletado em superfície, tanto em louça quanto cerâmico, foi evidenciado em aglomerados de pequenos fragmentos em conjunto, isso se deve ao fato do local ser área de tráfego tanto de meios de transporte quanto de animais, causando o pisoteio da cultura material dispersa no terreno.

Para os fragmentos cerâmicos, confeccionados através da técnica de manufatura acordelada, identificamos também, os tratamentos de superfícies internos e externos alisados de fragmentos pertencentes ao bojo de vasilhames. Dentre esses, merece destaque um pequeno fragmento com a presença de um apêndice, no qual a comunidade logo atribuiu à sua funcionalidade, explicando que poderia ser uma panela de barro, no qual as “asas” serviriam para retirar a panela do fogo, bem como um objeto de servir à mesa, cuja função seria a de possibilitar o manuseio para o deslocamento do vasilhame com alimentos até a mesa.

Apenas dois fragmentos de olaria foram coletados nessa área e identificados como telhas. Ambos apresentam características similares, aparentando pertencer ao mesmo objeto ou, para os casos de olaria, peças de um mesmo conjunto/lote, cuja homogeneidade é perceptível. A análise da pasta possibilitou verificar a presença de minerais e o uso de fibras em sua composição, este último, ausente na olaria de outras áreas da Fazenda.

Também foram possíveis de se coletar dois fragmentos vítreos, ambos correspondentes às bases de garrafas de bebidas, de manufatura fabril, um deles de coloração escura, do tipo âmbar e outro verde. Para este último, algumas marcas de identificação alfanuméricas apresentam-se em alto relevo, provavelmente demonstrando a capacidade volumétrica da garrafa, bem como a sigla de seu fabricante: “CIV”.

A marca CIV – Companhia Industrial de Vidros é recente na fabricação de artigos em vidros, atuando há pouco mais de 50 anos no Brasil e tem como parceria com a *Owens-Illinois, Inc.*, a maior fabricante de embalagens de vidro do mundo, sediada em Perrysburg, Ohio. Seu portfólio é composto por artigos domésticos como potes, jarras, copos, além de fornecer garrafas para empresas fabricantes de bebidas (<http://civ.com.br>). Considera-se, portanto, um material recente, dentro do contexto pesquisado.

Um cartucho de bala em metal foi evidenciado na área que corresponde a propriedade do Sr. Ângelo Ribeiro. Provavelmente trata-se de um material também recente, se levarmos em consideração seu excelente estado de conservação e por encontrar-se numa área de refugio, no qual restos de lixo e materiais são descartados regularmente. A comunidade explica que é comum encontrar cartuchos similares a esses devido a ação de caçadores por toda a zona rural.

A maior parte do material em louça coletado pertence a esta área, trata-se de 45 fragmentos de faianças finas e, como mencionado, boa parte destes são residuais, provavelmente em decorrência da ação mecânica nas áreas onde estavam depositados. O universo evidenciado permite-nos uma aproximação cronológica, a partir da análise das técnicas decorativas, que apontam para uma datação mínima, não configurando-se, necessariamente ao período de aquisição ou consumo na Fazenda.

Na coleção pertencente a este espaço, foi possível identificar as técnicas e decorações em borrão azul (*flow blue*), pintado à mão em superfície modificada do padrão *shell edge* principalmente e, *transfer-printing*. O tipo borrão azul (*flow blue*) é obtido a partir de composições químicas utilizadas neste processo, provocando um aspecto de borrado no corpo da peça. Nesse caso, a pintura azul escorre, funde-se ao esmalte e penetra na superfície porosa, resultando em uma decoração de aparência “nebulosa”, mais escura (TOCCHETTO et al., 2001).

Como podemos ver em Tocchetto et al. (2001), esse tipo de decoração teve início na década de 1830 sendo produzida até o século XX, em Staffordshire. Os autores apontam dois

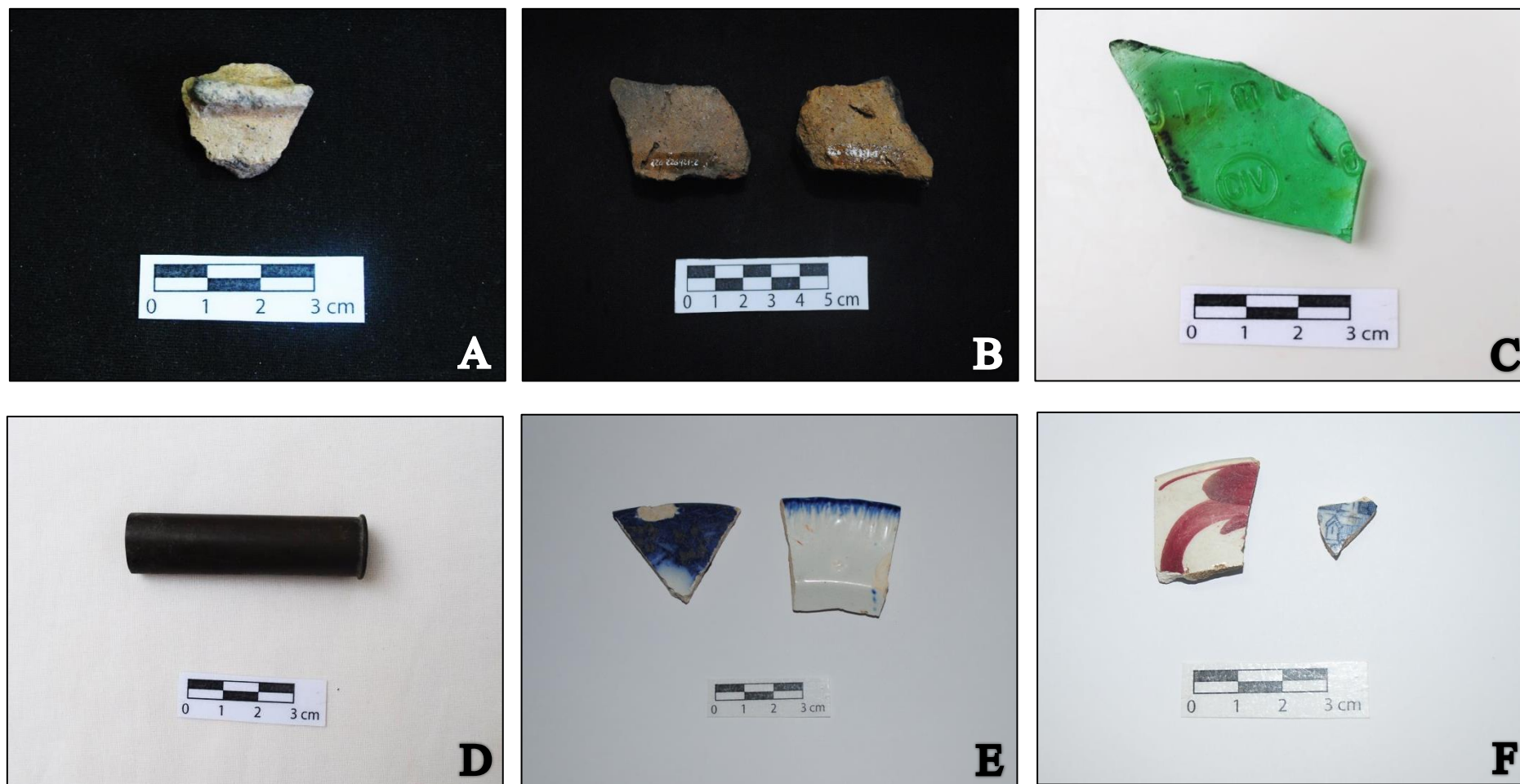
picos de popularidade para peças em borrão azul: o primeiro nas décadas de 1840 e 1850 e, o segundo, entre 1890 e 1904.

A técnica pintada à mão em superfície modificada é marcada pelo padrão decorativo conhecido como *shell edge* ou *blue edge*, para este último, no Brasil recebia a denominação de beira azul. Esse tipo de decoração começou a ser utilizado entre 1775 e 1780, tornando-se popular em variados tipos de louça, principalmente por ser a mais barata dentre as decoradas, tendo seu valor aproximado ao da louça branca sem decoração. Sua produção foi encerrada na década de 1850 (BARBOSA, 2012; TOCCHETTO et al., 2001; CALDARELLI, 2003). A característica desse padrão é sua “borda moldada e com suaves incisões, estando a decoração pintada e limitada a um friso ao redor da borda”, criando uma aparência de plumagem (BARBOSA, 2012, p. 152; CALDARELLI, 2003).

Outro tipo pintado à mão em superfície não modificada é o tipo padrão floral. Em amostra coletada nessa área, uma borda de um prato com decoração interna e externa de flores e faixas na cor vinho representa essa categoria decorativa que teve sua produção entre as décadas de 1820 e 1840, no qual as flores eram pintadas à mão e aplicadas sobre a louça básica branca (CALDARELLI, 2003).

Um único fragmento de louça decorada com a técnica *transfer-printing* foi evidenciado nessa área. Essa técnica foi desenvolvida a partir de 1750 pelas manufaturas inglesas, substituindo às técnicas pintadas à mão que demandavam bastante custo de tempo e pessoal. A partir desse tipo de produção, foi possível a fabricação de peças padronizadas a partir de um sistema de produção em série (idem).

A peça apresenta uma cena do tipo paisagem, aparentemente com motivos *chinoiserie*, apresentando figuras arquitetônicas em uma de suas superfícies em cor azul. A outra face apresenta motivos geométricos do tipo onda da mesma tonalidade. O *chinoiserie* foi comum entre 1783 e 1873, tendo o pico de produção entre 1816 e 1836 (TOCCHETTO et al., 2001).



PRANCHA 20: Artefatos evidenciados na área da casa-sede. A: Fragmento de borda de cerâmica com apêndice; B: Fragmentos de telha; C: Fragmento vítreo da marca CIV; D: Cartucho de bala em metal; E: Fragmentos de borda de faiança fina do tipo decorativo borrão azul e padrão *blue edge*; F: Fragmentos de faiança fina do tipo decorativo pintado à mão com motivo floral e *transfer-printing* com motivo *chinoiserie*. (Fonte: Acervo do Autor, 2016)

Nessa área não foi possível identificar nenhum fragmento com marca ou carimbo que possibilitassem uma datação mais direta para o objeto, por isso a análise das técnicas decorativas como marcadores cronológicos foi uma saída para o mínimo estabelecimento temporal. É importante lembrar que as datas correspondem a início, pico e fim de produção, o que, não necessariamente correspondem à época de uso destas na Fazenda São Victor, haja vista o seu tempo de aquisição, percurso/deslocamento e uso propriamente dito, porém situarmos em uma média temporal que possibilita situarmos-nos no período de ocupação dessa área.

A presença desses materiais sempre foi constante no cotidiano da comunidade São Victor, desde os mais velhos até as crianças, que narram diversos acontecimentos ligados à presença, principalmente das louças. A memória de tais materiais é constante nos relatos do Sr. Henrique Neri e do Sr. Ângelo Ribeiro. Para o primeiro, a recordação de um fato marcante em sua infância, traz a lembrança desses materiais durante suas brincadeiras infantis.

(...) Aqui, em volta, onde é a casa do Júlio, aí era a casa antiga do Coronel Piauilino, que era o senhor de escravos daqui, aí tinha muito... muito caco de louça, muita coisa bordadinha, bonitinha, tudo (...). Nós morava na comunidade Canudos (...) e nós vinha criança pra cá, brincar. E aí tinha uns caco de louça muito bonito, bordadim e nós ia catar, pegar pra levar pra brincar e um dia nós tava dentro da casa e deu um estrondo que parece que a casa ia cair. Parece que tinha batido numa lata daquelas de botar feijão, daquelas grandona (...) A casa do senhor de escravo era ali [aponta] (...) (HENRIQUE NERI, comunicação oral, 2016, grifo nosso).

O Sr. Ângelo Ribeiro que divide parte do terreno onde se localizava a casa da fazenda, narra também a constante frequência com que encontrava, além dos inúmeros fósseis nas proximidades da lagoa, a presença também de “sinais da época da fazenda, como cacos de louça com alguns desenhos” (ÂNGELO RIBEIRO, comunicação oral, 2016):

(...) Aqui dentro de meu muro tem um sinalzim [vestígio]... que aí tinha muita casa. Essa casa do Henrique aqui [aponta], ela foi feita enriba do alicerce véi. Quando eu cheguei aqui, quem me dizia muito era o Zé Véi, que viveu quase 90 anos e ele disse que aqui era um fazenda muito rica dos Piauhilino de Macedo (ÂNGELO RIBEIRO, comunicação oral, 2016).

A Sra. Elisa Miranda, ao analisar as louças encontradas na área da casa da fazenda interpreta-as afirmando que esse tipo de material era usado pelos “ricos” para servirem as comidas na mesa, pois quem não tinha condições realizava suas refeições em objetos de cerâmica, como os escravos. Ela ainda explica que a situação hoje mudou, todos podem ter esses materiais de louça, só que ainda preservam-se alguns costumes, como o de guardar a melhor louça para servirem as visitas. Ao encerrarmos uma das atividades e servir-nos um cafezinho em sua casa, foi impossível não notar a sua estante com uma coleção de xícaras e

pires de louça decorada e apreciar o cuidado com esses objetos estimados e correlacionar com uma interpretação de aquisição, uso e afeto para com estes tipos de objetos.

Para o Sr. Henrique Neri, a casa grande localizada onde hoje é sua residência, em proximidade com as margens da Lagoa de São Vitor, demonstra a estratégia do Fazendeiro em situar sua residência próxima a um local com abundância de água, pois na seca, característica climática marcadamente dessa região, possibilitaria a facilidade nas atividades do cotidiano da fazenda.

De acordo com Silva Filho (2007, p. 78) “uma das características básicas das casas de fazenda é a sua articulação com o território”. Em geral, elas estariam, em grande parte, “encravadas em grotões ou olhos d’água” (idem). Segundo Knox (1995, p.150), o viajante Antonil ao descrever suas observações sobre as fazendas do Nordeste, incluindo as do Piauí, narra que “as fazendas e os currais do gado se situam onde há largueza de campo e água sempre manante de rios ou lagoas”.

A presença de remanescentes históricos que demarcam esse espaço como pertencente à sede da fazenda São Victor é uma das peças que compõem este quebra-cabeça do passado ligado ao processo escravista da região. Esse local, a princípio, é o único ligado diretamente ao espaço privativo do colonizador, que mesmo com a presença de escravos em seu interior, acabam balizando as diferenças sociais e estabelecendo os limites de convivência a partir da delimitação hierárquica dos espaços (SILVA FILHO, 2007).

4.2 Curral

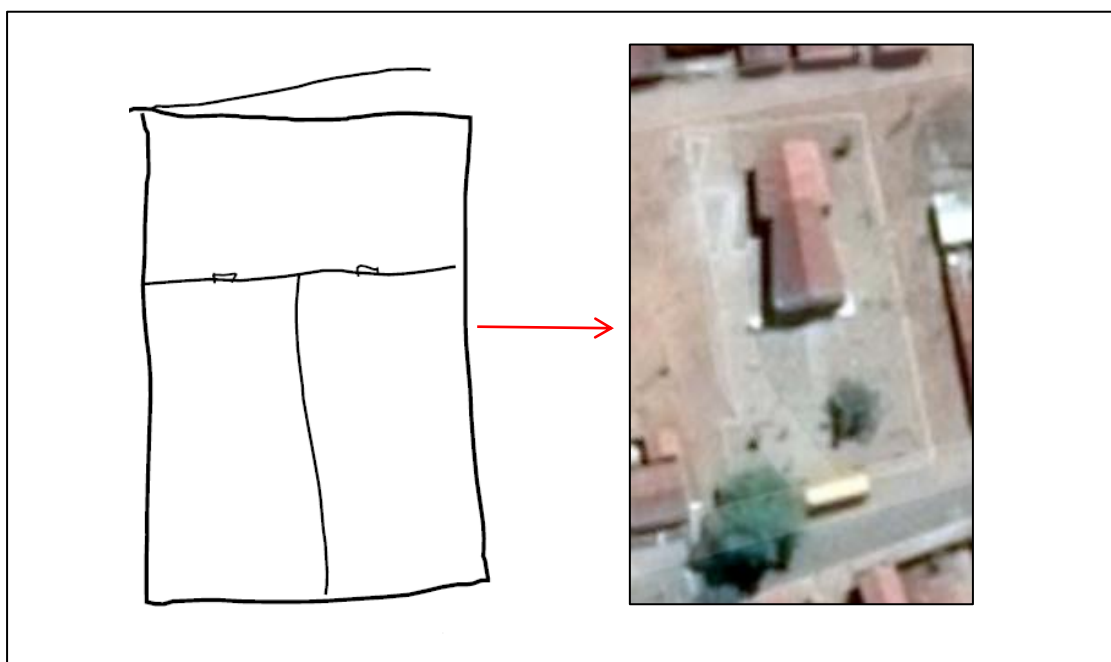
A área que compreende o curral da fazenda São Victor talvez seja a que mais se tenham notícias das sucessivas ocupações de seu espaço, reafirmadas a partir do trabalho da memória local e, uma das que menos apresentaram dados materiais. No centro da localidade, a área é apontada onde hoje situa-se a praça e a igreja da comunidade, à esquerda da sede da fazenda. Antes da atual formatação, a comunidade se recorda de um campo de futebol sobre os lajedos que se espriam por toda superfície.

Este palimpsesto da área do curral é percebido por diferentes membros da comunidade, com diferentes faixas etárias. Talvez, tal fato esteja associado à vivência pessoal de cada morador ou, ainda mesmo, daqueles que tiveram ligações próximas àquele espaço, narrando as histórias mais antigas relacionadas ao curral.

Para alguns, a história do curral nem é mencionada, fazendo-os recordar das diversões do antigo campo de “jogar bola”, como afirma o Sr. Júlio Paes, de 58 anos, “naquele tempo reunião era pouca, só às vezes uma peladazinha [partida de futebol], quando era mais novo, vi os velhos jogando. Que aqui do lado dessa igreja [aponta] era o campo, sabe, que tinha pouca casa, hoje com a igreja acabou o campo” (JÚLIO PAES, comunicação oral, 2013 In: Acervo PROEXT-UNIVASF/São Vitor).

Para o Sr. Henrique Neri, a narrativa em torno do curral é marcada pela memória de antigos parentes e alguns moradores da comunidade que sempre ouviram os relatos ligados a esse local (Imagem 19). “Aqui por trás, em volta da igreja toda, essa praça da igreja era o curral da fazenda, bem grande, e era dividido em três partes” (HENRIQUE NERI, comunicação oral, 2016).

Imagem 19: Representação em croqui da área do curral e local atual.



Fonte: Henrique Neri (2016); Google Maps (2016).

Tais divisões seriam áreas de atividades distintas e suas demarcações, bem como, arquitetonicamente falando, a delimitação de todo o curral seria as “toras” (caules) de aroeira (*Lithraea molleoides*), árvore comum da região, como relata o Sr. Henrique Neri e o Sr. Andreilino Miranda. Segundo o Pe. Raphael Bluteau (1712), em seu *Vocabulário portuguez e latino*, o curral seria o local onde costumam recolher o gado, estruturado apenas com cancelas (porteiros/portão que guarnecem a entrada dos currais) ao redor e sem telhado, diferente das “casas térreas”, que seriam os estábulos, caracterizados pela presença de paredes e telhados.

De acordo com Knox (1995), o curral seria a estrutura mais significativa do complexo produtivo, tornando-se o centro das atividades mais importantes da fazenda, local de discussões entre o fazendeiro e os vaqueiros e capatazes, onde também se recolhe o leite e produz-se o queijo e a manteiga, onde se fazem negócios, como vendas, por exemplo.

Para o Sr. Ângelo Ribeiro, o cotidiano dessas atividades do curral baseava-se no cuidado com o gado e no uso dos benefícios que o mesmo proporcionava ao fazendeiro (como a extração do leite), o mesmo narra algumas cenas do cotidiano a partir das lembranças de amigos e parentes que contavam essas histórias.

(...) E ele [Seu Zé Vêi] disse que tirava... tirava leite quatro hora, começava a tirar leite de vaca e soltava as vacas... tinha até 800 bezerros pra arriar nessa época. Eu não alcancei essa época, mas ele me dizia que era desse jeito (ÂNGELO RIBEIRO, comunicação oral, 2016).

Segundo Lima (2016, p. 76), a importância do curral no complexo era tanta que

Não havia fazenda sem curral; sua simbologia para o pastoreio nascia da sua importância no processo produtivo. O curral funcionava como um espaço que vinculava a produção e a circulação como esferas indissociáveis da economia pastoril e, como tal, existiam para responder a necessidades de reprodução, comercialização e acumulação.

A implantação dos currais também seguia uma lógica voltada para o processo de ocupação a partir do criatório extensivo do gado. “Em geral, desenvolveram-se duas possibilidades de localização dos currais: nos campos de pastagem ou na chamada ‘sede da fazenda’, próximos, muitas vezes contíguos, à residência do proprietário” (LIMA, 2016, p. 75). Este último caso endossa a demarcação de tal área na Fazenda São Victor, pelos membros da comunidade.

Em geral, nos currais, algumas atividades seriam realizadas em compartimentos específicos, como o local para a recepção de gado a ser vendido; outro para a coleta do leite e, ainda, outra área para apartar o gado e prepará-lo para a distribuição, bem como o local onde se recolhiam os garrotes para serem ferrados (KNOX, 1995).

Sobre esse último caso, recordamo-nos de uma visita ao local chamado “lagoas”, nas proximidades da Lagoa do Moisés, talvez o maior núcleo de remanescentes de escravos pós-abolição nessa região, no qual em meados de 2014, durante as atividades do projeto de extensão ainda na graduação, alguns membros da comunidade São Vitor e Moisés nos conduziram a uma área de lajedos e caldeirões, no qual deparamo-nos com a presença de gravuras rupestres, dentre elas, uma identificada pela população como “marca de ferro”.

Os moradores relatam que tal desenho é a representação histórica de uma marca de ferro de algum fazendeiro, tanto usado para o gado, quanto para marcar seus escravos. Segundo eles, o provável “autor” daquele grafismo seria algum negro escravizado em seu momento de “ócio” (Imagem 20).

Imagem 20: Gravura rupestre na área da Lagoa do Moisés.



Fonte: Acervo PROEXT-UNIVASF/São Vitor

Como mencionado anteriormente, na área do curral foi realizada apenas uma sondagem do tipo poço teste (PT1), que forneceu poucos dados acerca da ocupação dessa área. Esse, aberto em uma rua, ainda sem a cobertura de calçamento de paralelepípedos, permitiu que se atingisse apenas 24 centímetros de profundidade, em decorrência da presença de lajedos em todo o terreno, os mesmos se tornavam mais evidentes a partir do declive para o lado sul, no qual os corpos rochosos emergiam mais nitidamente.

Esse poço teste apresentou uma camada superficial, arenosa fina, friável, de apenas dois centímetros de espessura de coloração amarelada. A camada seguinte, de 22 centímetros de espessura, apresentou uma textura areno-argilosa, muito compacta, de difícil manuseio, com uma coloração acinzentada escura, com a presença de lajedos em seu corpo.

Foram evidenciados dois fragmentos residuais de olaria, esses pertencem a telhas e apresentam os tratamentos de superfícies distintos, uma de coloração avermelhada, outra acinzentada. Ao que tudo indica - por estarem próximos a uma área de descarte, relatado durante a explanação da área da casa-sede - tais fragmentos possam pertencer à tralha construtiva recente da comunidade (Imagem 21).

Imagem 21: Fragmentos de olaria evidenciados no PT1.



Fonte: Acervo do autor, 2016.

A ausência material nos impossibilita de afirmar a presença de tal setor, porém, instiga a refletir sobre o uso e função desse espaço a partir de alguns aspectos: se o curral não apresentou vestígios de sua possível atividade, é provável que o mesmo configurava-se de acordo com as informações de Knox (1995) e Bluteau (1715), no qual sua estrutura não apresentava materiais que possibilitassem a sua permanência ao longo do tempo? Essa discussão rendeu algumas inquietações dos membros da comunidade, no qual alguns explicavam a “obviedade” de tal fato, considerando seus conhecimentos sobre a configuração dos currais e suas permanências ao longo do tempo.

4.3 Senzala

As memórias e histórias sobre a senzala dos escravos da Fazenda São Victor são também outros fatos recorrentes entre os entrevistados e toda a comunidade da Lagoa de São Vitor e entorno. De fato, este é o único local de todo o território quilombola onde se tem o relato da existência de uma senzala como pertencente à setorização de uma fazenda escravista.

Serafim Leite (1945) descreve que as fazendas, enquanto pequenos núcleos de povoações eram compostas de uma pequena casa para os trabalhadores livres, bem como de uma casa/senzala para o abrigo dos escravos pertencentes ao fazendeiro-proprietário.

A localização do espaço onde a senzala foi erigida, inclusive, é apontada pela comunidade, bem como a presença de outros elementos que constituíam a paisagem da fazenda: “A senzala era aqui no lugar desse colégio, onde tinha um carro de boi no lugar desse telefone [orelhão], aí tinha um carro de boi que era... dava uns dois metros de altura as roda...” (HENRIQUE NERI, comunicação oral, 2016).

O local mencionado pelo Sr. Henrique Neri é onde hoje se situa a escola da comunidade José Caetano dos Santos. De acordo com os relatos, a senzala da fazenda era constituída por estruturas de taipa, coberta de palha em um único pavilhão, em planta retangular, também presente no croqui idealizado pelo mesmo (Vide Prancha 17).

Durante as intervenções, direcionamo-nos para a área correspondente à senzala em busca de indícios materiais e locais para as intervenções, boa parte dos membros tinham as mesmas inquietações da área do curral, sobre o que esse espaço pode nos fornecer em termos de objetos ou estruturas e, mais uma vez, buscamos dialogar sobre as possibilidades que tais intervenções pudessem trazer, além de reenfatizar o fato de que as interpretações e informações oriundas da comunidade não eram invalidadas pela Arqueologia e sim, complementadas, já que um dos estigmas de nossa ciência é o de “confirmar” ou “refutar” determinadas informações, o que é um equívoco.

Como a escola hoje se encontra em um local praticamente sem espaços naturais, pois a frente é pavimentada com paralelepípedos e toda a área é revestida com cimento, a ausência material talvez tenha se dado por conta desse processo de “urbanização”. Já para a abertura dos poços-testes, a diretora da escola, a Sra. Fátima Neri, sugeriu um local ao fundo que ainda não tivesse sido perturbado.

Dessa maneira, foram abertos apenas dois poços-testes (PT 2 e 3) para tentar evidenciar vestígios da senzala. O primeiro apresentou uma profundidade de 23 centímetros, com uma superfície de 3 centímetros, argilo-siltosa, muito compacta e de cor amarelada. A primeira camada, de 20 centímetros apresentou-se com sedimentação arenosa-grossa, compacta de coloração marrom claro, o final se deu pela presença de rochas que impossibilitaram a continuidade.

Para o segundo poço-teste desta área, foi escavado 29 centímetros de profundidade, tendo a superfície similar à do primeiro PT, com espessura de 3 centímetros. Os 26 centímetros seguintes também se configuraram como a camada correspondente do primeiro PT. Ambas sem a presença de cultura material associada.

Para o primeiro poço teste (PT 2), aos nove centímetros, um aglomerado de rochas de vários tamanhos de quartzo começaram a surgir, a princípio o que parecia ser uma organização estrutural de rochas foi logo refutado pelos moradores da comunidade ao verificarmos a presença de afloramentos similares nas adjacências de onde intervimos.

Os membros da comunidade que tinham mais conhecimento sobre a senzala e sua configuração arquitetônica logo se manifestaram acerca da interpretação daquele espaço físico e, inclusive, do cotidiano escravo naquele ambiente.

Não é estrutura não, isso é a pedra mesmo (...). É natural (...). E tem mais: a senzala não tinha alicerce, tinha a calçada (...), ela não tinha alicerce era a casa de taipa. Tinha a calçada como tinha a do Coronel, ela era feita de pedra (...). Era de furquia, era... mas não tinha alicerce. Tinha um alicerçozim no pé da furquia que era pra o cupim não comer, porque era madeira, chamado de enchimento, ela não tinha alicerce cavado (...). Era as furquia bem feita, depois colocava o enchimento, rebocava (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016).

Se ela fosse estrutura ela não era assim [demonstra analisando o sedimento], ela era de outro material (...) teria um barro amassado (...). Aqui faria sentido se achasse um pau, um tronco de aroeira. Se achasse aí um tronco de aroeira daquelas botada no chão aí, aí fazia sentido. A senzala, segundo as histórias, ela era cercada de pau de aroeira, de três metros de altura, pra não sair ninguém (CLAUDIO MARQUES, comunicação oral, 2016).

A ausência de qualquer materialidade continuou intrigando todos nós, principalmente aos membros mais jovens da comunidade. Alguns destes construíram a hipótese de que, pelo fato do local já ter sido alvo de construções, a área já foi “limpa”, ou seja, quaisquer indícios de materiais como louças e cerâmicas, os mais encontrados em todas as áreas, foram removidos para outros locais quando da construção da escola e também as reformas, inclusive a construção de novas salas de aula, e tais ações influenciaram tal fato.

Diante dessas discussões, o Sr. Claudio Marques, de 63 anos, vice-presidente da Associação do Quilombo Lagoas, fez algumas considerações explanando que, provavelmente, a senzala localizava-se mais à frente da área onde estávamos e que os remanescentes estariam sob o prédio da escola e não tão distante quanto à área externa aos fundos. Infelizmente, não pudemos explorar essas áreas, pelos motivos já citados anteriormente.

Se, por um lado, a ausência de cultura material nessa área intrigava a todos, por outro, os relatos de artefatos encontrados no passado nesse espaço mereciam a atenção da equipe. O Sr. Adolfo dos Santos, 65 anos, um dos sanfoneiros mais velhos da comunidade ainda em exercício, conta que ele, juntamente com outros membros da comunidade, encontrou na área da senzala uma espécie de campainha de bronze. O Sr. Henrique Neri também narra a mesma

história, explicando que foi encontrado um chocalho de metal. Eles explicam que tal objeto, poderia ter a função pôr ordem nos escravos. Sobre o paradeiro desse objeto, eles explicam que o mesmo foi exibido para equipes de pesquisadores que passavam pela comunidade e os mesmos se encarregaram de levar o chocalho e, até hoje, não se sabe o paradeiro de tal artefato.

O Sr. Adolfo, ainda complementa mencionando que está de posse de uma chave muito grande de ferro, encontrada também nesta área e que, segundo ele, possa ser a chave da casa antiga. Para outros membros que sabem de tal história, atribuem ao objeto a função de trancafiar os escravizados na senzala.

Na história da escravidão no Brasil é comum o estudo e descrição das senzalas nas fazendas, engenhos e até mesmo nos conventos do período colonial. A senzala, de acordo com Silva (2006, p. 52), era o modelo espacial mais representativo da escravidão no país, sendo abrigo onde se amontoavam os cativos que compunham a mão-de-obra para a produção local”. Presente em todo o território colonial, essas tinham como funções o abrigo de escravos pertencente à determinados espaços produtivos (ALGRANTI, 2007).

Silva (2006) explica que a escassez da materialidade de muitos desses espaços se deve, principalmente, pela precariedade e pouca resistência dos materiais empregados na construção desses espaços. A autora ainda aponta para a possibilidade de reutilização destes locais em períodos mais recentes, ocasionado nessa dificuldade de identificação.

O uso de materiais efêmeros como a taipa e a cobertura de palha, mencionados pela comunidade como técnicas construtiva da senzala da Fazenda São Victor, pode se encaixar nesta reflexão da autora, no qual tais estruturas tenham se esvaído ou, ainda, edificações posteriores terem se sobrepostos ou eliminados os últimos resquícios desse local.

Segundo Knox (1995), no Piauí, grande parte da morada dos escravos era composta pela palha, como matéria-prima básica e estariam aglomeradas no interior das fazendas. De acordo com a autora, sua configuração se dava como um conjunto de pequenas unidades habitacionais, montando um vilarejo com aproximadamente trinta casebres, dessa maneira, não se configurando como um único espaço, como narrado pela oralidade da comunidade São Vitor.

Em uma escala menor ainda, Silva (2013), ao analisar a documentação das fazendas da região de São Raimundo Nonato, com o objetivo de evidenciar a posse escrava no século XIX, conclui:

As informações contidas nos inventários revelaram a predominância de pequenas propriedades e, com elas, um número pequeno de posse escrava. Além disso, a documentação não revelou a presença de senzalas e de feitores nas propriedades, o que evidencia que, muitas vezes, senhores e escravos dividiam a lida cotidiana e compartilhavam os mesmos espaços (SILVA, 2013, p. 103, grifo nosso).

Sob esse resultado, é bem verdade que há uma dificuldade em se verificar a presença ou até mesmo visualizar uma configuração precisa das senzalas nestes ambientes, causadas, principalmente, pela ausência de fontes bibliográficas ou iconográficas que abordem informações sobre a existência dessas habitações destinadas aos escravos, tais informações apresentam-se, em geral, em documentos do século XIX, naturalmente, fora de regras (SILVA, 2006). Para essa região não há evidências históricas.

Para o prosseguimento da pesquisa, levaremos em consideração as reflexões de Sugimatsu e Symanski (2015, p. 46) que apontam para uma questão enfatizada pela maioria dos trabalhos em Arqueologia da Escravidão, no qual os pesquisadores “ficaram presos à análise dos espaços arquitetônicos e estruturas, no esforço de tentar reconstruir as habitações e, a partir delas, os estilos de vida dos grupos escravos”.

Dessa maneira, pela ausência da edificação em si, como no caso de São Victor, serão analisados os demais espaços constituintes do complexo produtivo, com a finalidade de entender como esses indivíduos se apropriaram “do espaço externo, utilizaram e agiram nas áreas adjacentes a suas habitações” (idem), no qual se obtêm informações tão pertinentes quanto àquelas que poderiam ser fornecidas pelo edifício em si.

Afinal, um pátio ou quintal, como “uma área de terra, geralmente delimitada, que circunda uma estrutura de habitação” pode ser “considerada uma extensão da mesma” (HEATH; BENNETT, 2000:38), na medida em que tarefas cotidianas, como produção e preparo de alimentos, criação de animais, armazenamento e recreação são ali desenvolvidas (SUGIMATSU; SYMANSKI, 2015, p. 46).

Desse modo, os espaços aqui analisados são compreendidos como indissociáveis e complementares, entendidos como a extensão das áreas onde a materialidade não se faz mais presente, porém, ainda viva e pulsante na memória da comunidade e pertencente ao seu cotidiano.

4.4 Lagoa de São Vitor

A área da Lagoa de São Vitor - além de sua importância enquanto reservatório de água, preserva em suas margens os remanescentes de uma parede ou muro de pedras

(PRANCHA 24) atribuídos pela comunidade como o resultado do trabalho braçal dos negros escravizados da Fazenda São Victor, além de fragmentos de cerâmica e louça dispersos por toda a área, apresentando-se como de importância tanto ambiental quanto histórico-cultural para a comunidade.

Sobre a importância desse manancial hídrico para a sobrevivência da população, inúmeros relatos já foram narrados, explicitando a abertura de cacimbas, a coleta de água, os caldeirões, a lavagem de roupas, o uso para o consumo do gado e para as atividades cotidianas.

Eu já vi ela cheia. Quando eu morava no Espinheiro [comunidade], muitas vezes nós vinha dar água aos bichos aqui, apanhar água pra beber, daqui 3 léguas; o jumentinho, as cabacinhas, e eu vi ela cheia muitas vezes (MANOEL MESSIAS SANTIAGO, comunicação oral, 2013 In: Acervo PROEX-UNIVASF/São Vitor).

Mas era muito linda essa lagoa, quando era cheia d'água... quando era tempo de minação, nós ia, enchia as vasilhinhas no instantim, as cacimbinhas, um pouquinho assim, ai cavava, quando ela tava entupida tirava aquela laminha, elas já vinham aquelas minaçãozinhas, tudo as veinhas, chega soberbando de água. Era uma beleza de água. Mas a lagoa, outra hora, era uma lagoa! Nós bebia tudo de lá, água de minação, água que qualquer uma pessoa podia chegar na casa e beber que a água era boa toda (MARIA JOSE MIRANDA, comunicação oral, 2013 In: Acervo PROEX-UNIVASF/São Vitor).

Vieira (2015) definiu a Lagoa de São Vitor como um marcador paisagístico para a região do Território Lagoas, levando em consideração a importância desse espaço tanto arqueologicamente quanto para a população local, no qual já demonstraram que esses locais consistiam em áreas de atração humana e animal desde períodos recuados e, portanto, sua importância neste contexto é ímpar.

Sua relevância também se fez, certamente, decisiva no processo de implantação da própria sede da fazenda, no qual esses pontos d'água eram demasiadamente importantes no contexto ambiental em que a região se localiza, tal aspecto já foi discutido no primeiro item deste capítulo.

A materialidade arqueológica desse espaço se faz presente no capítulo dois e não foi alvo de análises nesta fase do trabalho, tendo as ações voltadas para o muro de pedras como remanescente do período escravista da região, citado inúmeras vezes nas entrevistas realizadas pela comunidade.

Alguns membros da comunidade afirmam que o muro foi feito para se criar uma barreira física que impedisse a entrada do gado na lagoa. “Segundo narram, tais cercas sempre

existiram e os moradores sempre ouviram dos mais velhos que esta construção era praticada por escravos a mando do seu senhor para controlar a entrada de animais na área da lagoa” (MATOS, 2013, p. 46). Há quem acredite que talvez essa seja uma espécie de “filtro natural”, para dificultar a entrada de terra/sedimento e seu consequentemente assoreamento, obstruindo o corpo d’água.

“Os relatos explicam ainda que esta estrutura circundava todo o entorno da lagoa, porém, ao passar do tempo, as pedras que compunham esta edificação foram sendo subtraídas para a construção de alicerces de edificações” (VIEIRA, 2015, p. 74), desde os anos de 1960 e 1970. Pelo menos nos últimos dez anos, após a presença de trabalhos de História, Arqueologia e Patrimônio na região, a comunidade explica que passaram a evitar a retirada dos blocos que compõem a estrutura, entendendo como importante marco para a história local que, inclusive, compõe o projeto de oficialização do território quilombola.

Para o Sr. Manoel Messias Santiago, de 86 anos, o muro de pedras foi construído a mando do Comendador Piauhylino, dono da fazenda, e os escravos ergueram pedra por pedra, nas costas, para compor a estrutura.

Os bichinhos botavam nas costas [as pedras], na cabeça, carregava a paredona como daqui até a pedra e do riacho pra lá [aponta para o local]; ainda hoje tem uns pedaços das pedras. Do tempo dos cativos velhos, nego véi... branco botava pra trabalhar ai debaixo de taca [surra] (MANOEL MESSIAS SANTIAGO, comunicação oral, 2013 In: Acervo PROEX-UNIVASF/São Vitor).

Para R. Marques (*apud* MATOS, 2013, p. 46), “as cercas de pedra é uma lembrança da existência do cativo, o povo do cativo que fazia pra cercar as lagoas”. Para fins de compreensão o “cativo” mencionado é entendido aqui não como a área da senzala e sim como o período de escravidão.

É interessante mencionar ainda que, em entrevista dada ao projeto de extensão em 2013 o qual pessoalmente executei, a Sra. Maria José Miranda, de 80 anos, atribui a autoria da cerca de pedras aos povos indígenas que habitaram a região: “Os mais véi contavam, mas eu não sei contar, sei que tinha muito lugar aí que tinha benfeitoria dos índios, essa parede mesmo do lado de cá era dos índios, falavam muito, que tinha sido os índios” (MARIA JOSÉ MIRANDA, comunicação oral, 2013 In: Acervo PROEX-UNIVASF/São Vitor).



PRANCHA 21: Registros da cerca de pedras da Lagoa de São Vitor. A: Vista parcial da cerca; B: Detalhe dos blocos que compõem a estrutura; C: Representação em 3D da continuidade da cerca (Fonte: A e B: Acervo do autor, 2016; C: Flávio Carvalho).

Este é um dos raríssimos relatos onde surge a presença do indígena nas interpretações comunitárias, sendo mais presente a narrativa onde o negro escravizado e o fazendeiro branco surgem como protagonistas da história local. Para a D. Maria José, se as paredes foram erigidas pelo trabalho braçal indígena, algumas questões merecem atenção: haveria a possibilidade da escravidão indígena em São Vitor?

Oliveira e Assis (2017, p. 93) pontuam que, a primeira mão-de-obra utilizada na Capitania do Piauí, bem como em toda a colônia, foi a indígena. A mesma foi abolida a partir das “Instruções Régias, Públicas e Secretas”, ratificada pelo capitão-general do Estado do Grão-Pará, em substituição pelo trabalho do escravo negro. “No primeiro censo oficialmente realizado na capitania do Piauí, pelo seu governador João Pereira Caldas, em 1762, os indígenas já não foram mais apresentados como escravos e sim como aldeados”.

Assim, não é arriscado pensar em tal hipótese, visto que, mesmo com a abolição, do mesmo modo como ocorreu em seguida com o trabalho do escravo negro, a lei não era aplicada de imediato. Sob um sistema político e econômico vigente sem o mínimo de preocupação com essas relações e, ainda, se levarmos em consideração a localização dessas fazendas distantes de centros urbanos, onde, provavelmente a “fiscalização” deveria ser mais efetiva, tal descaso era ainda mais recorrente.

A presença de cercas ou de muros de pedras associados a contextos de fazendas e a pontos d'água são característicos de sítios dessa natureza na região. A Fazenda Caraíbas, localizada na área correspondente à atual cidade de São Lourenço do Piauí, também contemporânea à Fazenda São Victor e que constava na lista das fazendas abandonadas em 1809 em decorrência dos ataques dos Pimenteiras, apresenta em sua configuração construtiva um exemplo desses muros de pedras (NEGREIROS, 2012). Este, denominado de “sítio histórico muro das Caraíbas”, foi escavado pela FUMDHAM no ano de 2007 (Imagem 22).

O sítio consiste na presença de montículos e de algumas estruturas em pedra onde se destaca uma barragem formada por duas paredes paralelas de blocos rochosos mediadas por um aterro de sedimentos e seixos. Em comparação ao que se conhece de vestígios arquitetônicos do passado na região, essa barragem é uma das mais grandiosas (NEGREIROS, 2012, p. 94).

Na escavação dos sete setores nos quais as estruturas foram divididas, evidenciaram-se uma cultura material diversificada, composta por materiais líticos, cerâmica, ossos, carvão, conchas, dentes, carapaças, além de verificarem que o alicerce da estrutura foi depositado na base rochosa, atingindo profundidade máxima de 1,80 metros (NEGREIROS, 2012).

Mesmo sem interpretações específicas acerca desse contexto, a configuração desses muros e sua localização denotam o represamento da água através do sistema de barragem, mais um dos mecanismos para se armazenar a água para a sobrevivência durante os longos meses de estiagem típicos de regiões semiáridas. Não há qualquer menção à autoria dessa construção.

Imagem 22: Muro de Pedras do sítio Caraíbas.



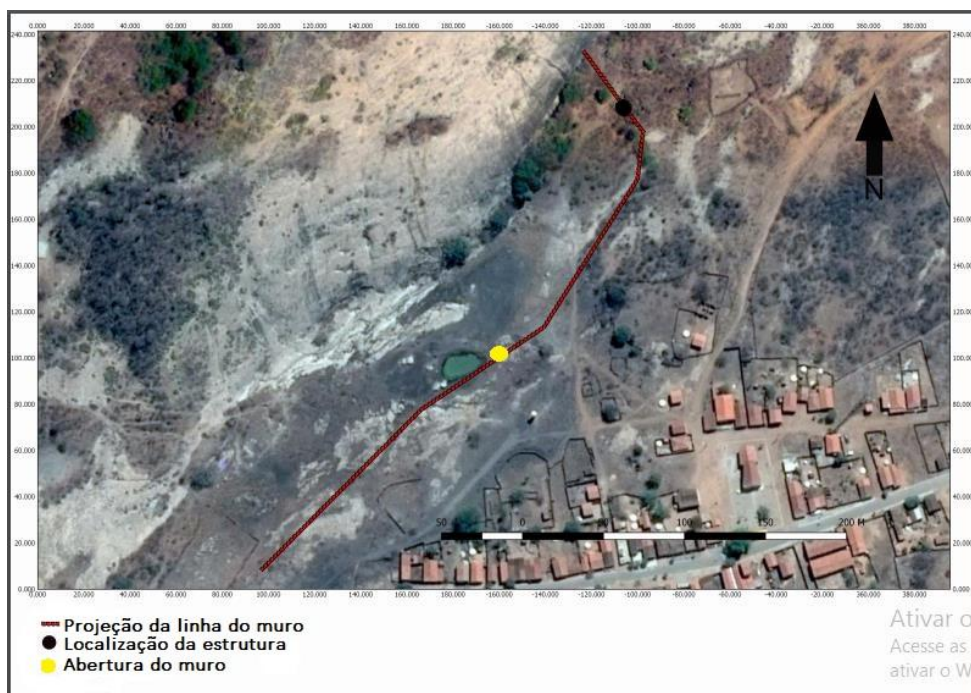
Fonte: Acervo FUMDHAM In: NEGREIROS, 2012, p. 97.

Ainda sobre o muro da Lagoa de São Vitor, um dos questionamentos de nossa equipe e de membros mais novos da comunidade participantes da pesquisa era a extensão dessa construção, narrado pelos mais velhos como uma grande área delimitada por estas pedras. Pela dimensão do local, aproximadamente de um hectare (FUMDHAM, 2007), visualizar uma parede de pedras que circundasse todo esse espaço era algo além do imaginado por todos nós, inclusive os jovens e crianças.

Pensando nessa circunstância, realizamos uma atividade, no qual um membro mais velho da comunidade realizava a delimitação do percurso no qual o muro se desenhava. A partir de alguns pontos elencados pelo Sr. Andreilino Miranda que coordenou essa atividade, a equipe foi georreferenciando a partir do uso de um GPS de navegação, fotografando esses locais e anotando as informações obtidas durante o delineamento.

Como resultado, obtivemos um mapa da lagoa com a projeção da linha desse muro, como observamos a seguir (Imagem 23).

Imagem 23: Projeção do muro de pedras em vermelho.



Fonte: Elaborado por Flávio Carvalho, 2016.

Para o Sr. Andreilino Miranda, o muro de pedras, quando presente na margem da lagoa contribuía para manutenção da umidade do terreno ao aprisionar a água, facilitando o cultivo de algumas árvores frutíferas na área que corresponde à vazante da lagoa. “Se chovesse em fevereiro, março... ela [água] ficava aí até abril, aí secava (...). Isso aqui, um aninho desse era vazante. Tinha manga, tinha laranja, tinha limão, tinha caju (...). Mas aqui sempre foi uma vazante” (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016).

De acordo com o Sr. Andreilino,

A cerca vinha até ali (...) e aqui era a saída, pros bichos beber e entrar. Aqui tinha essas pedras que você tá vendo, ali tem aquelas outras [aponta]. Lá no fundo, se tinha era, como se fosse pra pegar os bichos. Vaca pra botar chocalho, égua pra botar chocalho... e elas vinham beber aqui, que tava chei d'água. É o “beco do Coronel (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016).

Tais estruturas demonstram a importância para a configuração e manutenção das atividades produtivas da fazenda, bem como aponta diretrizes para a compreensão do cotidiano escravista da região que, referendados pelos diálogos e relatos da comunidade, levam-nos a considerar a oposição de um sistema harmonioso para a prática da escravaria no sudeste do Piauí.

Já para a comunidade, as estruturas correlacionam-se com um sistema de pertencimento, quando da preservação dessa construção em decorrência de uma manifestação

coletiva resultante da luta de autorreconhecimento e identidade negra a partir da busca pela oficialização do território quilombola. O conteúdo exposto pelas disciplinas de História em sala de aula, narrados por professores da escola local, buscam realizar visitas ou pesquisas de memória e oralidade correlacionadas a esse ambiente, enfatizando a relevância desse “sistema” de ligação entre a comunidade e o espaço enquanto representação de uma identidade coletiva bem como dando “uso” ao sítio arqueológico, fortalecendo as relações de pertencimento.

4.5 Cemitério dos escravos

Este local, também denominado de “cemitério velho”, situa-se a norte da comunidade, distando cerca de 1 km e meio do centro do povoado, em uma região sem a presença de habitações em seu entorno imediato, à margem de uma das principais vias que levam à comunidade Lagoa de São Vitor, a estrada do Povoado Currais (Imagem 24). Os relatos sobre esse local aparecem espontaneamente em escassas entrevistas, exceto quando questionados sobre, aparentando-se mais presente na memória dos jovens que participavam da equipe, ao sempre mostrarem interesse em nos levar para conhecer o local, talvez guiados por um impulso de curiosidade.

Trata-se de um espaço de aproximadamente 76 m², tomado pela vegetação nativa, de difícil visibilidade do solo, no qual cerca de quinze arranjos de pedras dispersos no terreno sinalizam antigos enterramentos, popularmente chamados de covas rasas. Associados a esses pequenos montículos, nota-se a presença de cruzes e cercas de madeira que demarcavam tais locais. O principal elemento marcador dessa área é um único túmulo em alvenaria, pintado de branco, com uma cruz de ferro em uma de suas cabeceiras, sem qualquer identificação.

Sobre a antiguidade do cemitério, os próprios moradores estabelecem um parâmetro de “datação relativa” para o mesmo: sua própria memória. De acordo com o Sr. Andreilino Miranda, por exemplo, o mesmo não se recorda de algum enterramento que tenha sido realizado lá, o que denota a sua possível antiguidade, pois o “cemitério novo”, situado próximo a essa área, é o local mais recente que a comunidade guarda dos enterramentos de parentes e conhecidos.

Imagem 24: Localização e delimitação da área do cemitério.



Fonte: Elaborado por Flávio Carvalho, 2016.

O Sr. Claudio Marques nos conta que o cemitério possibilita estabelecermos, inclusive, uma datação para a própria fazenda, pois o mesmo explica que o túmulo de alvenaria presente no cemitério sempre foi relatado pelos mais antigos moradores da comunidade, neste caso, se idosos com aproximadamente cem anos de idade já narravam a presença desse túmulo, provavelmente ele deva pertencer a algum dos donos da fazenda São Victor, desse modo, tornando o local ainda mais antigo.

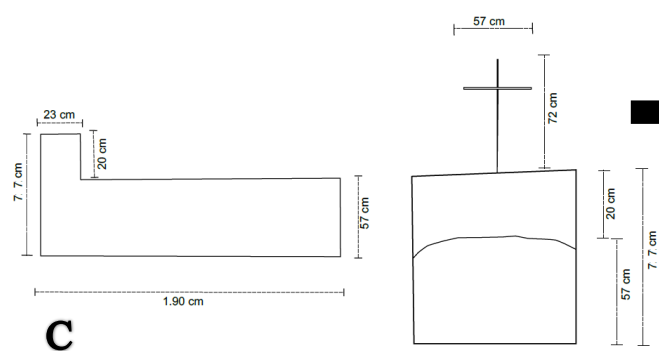
Para a comunidade, sem dúvidas, as estruturas em covas rasas estruturadas em pedras representam sepultamentos dos escravos da Fazenda São Victor, por apresentarem uma configuração simples e pela utilização de matérias-primas locais, opondo-se ao imponente túmulo mencionado, no qual intriga a todos os que dividem a opinião sobre a identidade de quem ali está sepultado.



A



B



C



D

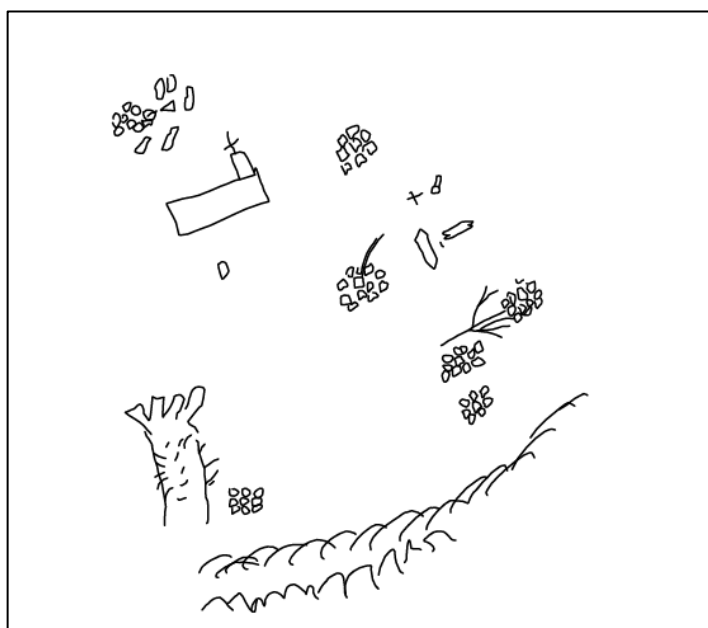
PRANCHA 22: Detalhes do cemitério. A: Vista geral com covas rasas dispersas; B: Detalhe de uma cova rasa delimitado por pedras; C: croqui e dimensões do túmulo; D: Imagem 3D do túmulo (Fonte: Acervo do Autor; C: Elaborado por Augusto Miranda vetorizado por Diego Souza; D: Elaborado por Flávio Carvalho).

A curiosidade sobre o túmulo certamente se dá pelo fato de sua imponência em um ambiente no qual os demais sepultamentos tornam-se simplórios e, dessa maneira, gera questionamentos e hipóteses em torno dele. A maioria das pessoas, quando questionadas, atribuía a identidade do sepultado ao último proprietário da Fazenda São Victor, o Com. Piauhyllino de Macedo, outras poucas pessoas dizem que também possa pertencer à Dona Quitéria, segunda esposa do Comendador, para outros, talvez seja do “fundador da Fazenda”, dos qual não se sabe exatamente quem seja.

O Sr. Andreelino Miranda narra que para a construção desse túmulo, os mais velhos da comunidade contavam que ele foi produzido de cal e trazido em “lombo de jumento” da cidade de Feira de Santana, na Bahia, local onde já expomos anteriormente como sendo um dos principais pontos de distribuição escravista e mercantil destinado ao sudeste da capitania do Piauí nos séculos XVIII e XIX. “Esse túmulo que tem aí, que foi de cal, não é de cimento, é de cal, né? A Mãe Pastora morreu com cento e poucos anos, já tinha ele ali e a História diz que esse cal veio em costa de animal, de burro, de Feira de Santana praqui” (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016)

A espacialidade do cemitério foi registrada em um breve croqui realizado pelos membros do grupo, no qual situaram os elementos observáveis na paisagem, como a disposição de algumas covas rasas, do túmulo e de visíveis marcadores naturais do cemitério, como árvores e mandacarus que delineiam a área (Imagem 25).

Imagem 25: Croqui da disposição do cemitério



Fonte: Acervo do autor, 2016. Vetorizado por Diego Souza.

Mais uma vez, é notório como a comunidade constrói a sua interpretação pautada nos questionamentos oriundos da associação entre memória e materialidade, no qual a narrativa local é fundamentada a partir dos indícios presentes em sua paisagem, criando uma conjuntura coletiva a partir da sabedoria e da memória individual contada ao longo do tempo.

Para a região, o único indício de uma configuração cemiterial estruturada em pedras, localiza-se na região da comunidade Lagoa dos Torrões, município de São Raimundo Nonato. Este local, apresentado pela documentação histórica com a possível sede da antiga Fazenda Santo Antônio, tem um pequeno cemitério de pedras às margens do Rio Piauí, atribuído pela comunidade local como pertencente a um cemitério de escravos da época de funcionamento da fazenda, no qual, além dos pequenos aglomerados de rochas das covas rasas, o próprio polígono de delimitação era também erigido de pedras (Imagem 26).

Em pesquisa de Vieira, Damasceno e Nascimento (2010), as pedras que ornaram o referido cemitério são subtraídas constantemente para a construção de alicerces de residências da localidade, tal fato é narrado pelos próprios moradores que veem frequentemente a movimentação em torno do local.

Imagem 26: Vista geral do cemitério de escravos da comunidade Lagoa dos Torrões.



Fonte: Diego Souza.

Lima (2005) menciona que a morte e enterro dos negros escravizados no Piauí, dependendo da fazenda no qual os mesmos estavam alocados, demandava certa estrutura que

muitos não tinham condições, incluindo recursos financeiros. O mesmo narra um caso na cidade de Oeiras no qual o pároco chegou a cobrar, em 1833, 20\$400 (vinte mil e quatrocentos réis) para a realização.

Acerca dos ritos fúnebres desse período,

Nas fazendas, os velórios e enterros aconteciam sem a presença do vigário, a não ser quando coincidiam com as desobrigas, e os mortos eram sepultados, seguindo o costume, à beira de estradas (...) Eram necessários quatro “varas de pano de algodão [cerca de quatro metros] para amortilhar os falecidos”, “sebo para alumiar”, cachaça e, provavelmente, muitas ladainhas e benditos (APEP. Palácio do Governo. Oeiras.1790/1797 *apud* LIMA, 2005, p. 129).

Se levarmos em consideração esse relato apontado por Lima (2005), os costumes *post-mortem* tanto do fazendeiro quanto dos escravizados eram semelhantes. No que diz respeito ao enterramento em si, os sepultamentos à beira de estrada eram comuns a ambos, dessa maneira, a configuração do cemitério, no qual estruturas tumulares, narradas pela comunidade como, pertencente a grupos sociais distintos no mesmo espaço, exemplificam bem essa questão, além da localização do mesmo junto a uma estrada. O ouvidor Antônio José de Moraes Durão, em sua descrição da Capitania de São José do Piauí (1772 *apud* SILVA FILHO, 2007, p. 223), reitera: “*tudo o q.-morre no campo senterra junto das estradas, e os sufrágios q.- selhe fazem, são as oraçoens de algum viandante pio*”.

Para Knox (1995, p. 58), a diferença entre fazendeiros e negros escravizados e trabalhadores livres tinham sim suas distinções na hora do ato do sepultamento, segundo afirma, para esses últimos indivíduos, sua insignificância para a Igreja era tão grande que para esses falecidos, “os campos do sertão serviram de mortalha e jamais entraram nos registros oficiais das Paróquias, como dizia o Cônego João de Sousa Martins, vigário da Paróquia de Oeiras, “[...] a gente daqui, apesar das ordens em contrário, continua com o mau costume de enterrar os corpos por esses campos e matos””.

Sem dúvida, o *pós-mortem* dos negros escravizados da Fazenda São Victor não era algo controlado pelos fazendeiros, tampouco pela igreja. Porém, levando-se em consideração a hipótese do mesmo ter sido utilizado pelos negros escravizados da fazenda, é notório o cuidado com os seus entes falecidos, na medida em que verificamos a presença desses montículos organizados com a demarcação de pedras selecionadas e alguns, com delimitações e identificações (não nominais) com cruzeiros e, provavelmente, todo o aparato material à época, que não resistiu ao tempo, mas que se mantêm presente como mais um espaço de representação e identidade dos povos que compõe o território quilombola e que reconhecem

esse espaço como tal, como os que nos indicaram, acompanharam e construíram essa narrativa do lugar.

4.6 Vila dos escravos (livres)

Durante as atividades de campo, os Srs. Andreino Miranda e Claudio Marques mencionaram que levariam os grupos a uma área que ainda não conhecíamos e que poucos membros da comunidade tinham contato com essa história, e nós da equipe de pesquisadores tampouco sabíamos do porvir.

Essa área é denominada pela comunidade como “vila dos escravos”, tal espaço, de acordo com nossos participantes locais, abrigou uma aglomeração de negros que foram escravizados, no período pós-abolição, dos quais não teriam intenções, condições físicas e/ou econômicas de migrar e/ou estabelecer moradia nas regiões adjacentes, alguns deles continuando a trabalhar para o fazendeiro, erguendo uma espécie de vilarejo com aproximadamente 30 a 40 habitações, como narra o Sr. Claudio Marques.

Ainda segundo o mesmo membro da comunidade, a história sempre foi contada por parentes e moradores mais velhos, que narravam sobre o cotidiano e até mesmo a configuração espacial dessa vila.

Isso era contado pela Tia Preta, que morava prali, que morreu com quase 100 anos, ou mais de 100 anos um pouquim (...). [A vila] era só de escravos, tinha a casa grande mais tinha essas casas. E segundo ela, era aqui... daqui pra frente (...). Mas ela conta que é daquele tempo que foi libertado os escravos. O fazendeiro dispensou, mas ficou alguns por aí, que eles não tinham pra onde ir. Só depois que foram espalhando por aí nessa terra que ele deixou por aí, a Fazenda São Victor (CLAUDIO MARQUES, comunicação oral, 2016).

Ao nos conduzirmos por todo o espaço, a partir da prospecção por caminhamento, éramos apontado por eles os indícios materiais que “comprovariam” a existência da vila, além de ambos conectarem a materialidade com as narrativas as quais cresceram ouvindo.

A observação deles e a exibição para as equipes não se restringiam apenas a artefatos dispersos em superfície. Por exemplo, o Sr. Andreino e o Sr. Claudio realizam uma análise sedimentológica da área da vila. Para eles, a tonalidade enegrecida da areia da superfície, que eles denominam de “burrai”, denota a presença de materiais orgânicos no passado, seja por restos alimentares, por queima de madeira, ou ainda pela presença de residências em suas proximidades, onde se realizavam atividades que ocasionassem mudança na coloração do

solo, em suma, a presença humana e o constante uso daquele espaço resultaram nessa mudança sedimentológica.

Óh [revira o sedimento], isso aqui é burrai. Óh, isso aqui, por alí tudo [aponta]. Isso aqui nós chamamo de burrai (...). Burrai é donde morava, onde tinha uma casa, donde eles resistiro (...). Queimava a lenha, mas jogava o burrai num lugar. Dizem que também... que quando eles [os escravos] enterravam os negros... o negro morria (...), terminava muitas vezes, naquele lugar, eles jogando o burrai em cima também. Daí ficava os montante de burrai ao redor da cerca (...). Aonde tinha essas casas, tem esses negócios, que nós chamamo de burrai (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016).

Outro elemento observado por eles diz respeito à espacialidade das casas dos libertos dentro da área da vila, no qual alguns pequenos montículos dispersos na paisagem, chamados por eles de “montueiras”, representam os resquícios de habitações nesse espaço. É interessante notar que associados a essas montueiras, foi possível evidenciar a presença de artefatos de diversas matérias-primas em superfície (Imagem 27), dos quais serão apresentados mais adiante.

Imagem 27: Distribuição espacial das montueiras e dos artefatos



Fonte: Elaborado por Flávio Carvalho, 2016.

Sobre essa espacialidade, o Sr. Andreilino (comunicação oral, 2016) explica: “Era dos escravos... casinha de terra... aqui era uma vila, entendeu? Bem aqui, ali [aponta] onde tem uma montueira de coisa... esse tá é alto mesmo. Era o lugar da casa, tem até os pezinho de pau”.

Era umas casinhas espalhadas, num era muito juntinha assim não (...). Porque, se era trinta casa naquele tempo, cada casa fazia o seu murinho [quintal], isso não era

muito pequena não, isso era muito era grande, esse negócio [área da vila]. (...) E essas casas ficaram por aí, foram se acabando por aí mesmo (CLAUDIO MARQUES, comunicação oral, 2016).

Naturalmente, a esses povos foi atribuída a utilização de materiais construtivos efêmeros, dos quais foram utilizados também na construção da senzala, como vimos anteriormente. Assim, a taipa e a vegetação local figuram entre os principais recursos locais utilizados nestas construções.

Mais era de terra mesmo [as casas]... olha, eles chumbava os pau e fazia assim [demonstra pegando galhos do chão], ajuntava os pau, juntava as rampa de pau aqui, né? Aqui tinha a cumeeira [aponta para um lado] e aqui [aponta para o outro lado] tinha o frechal, tinha uma linha aí, num é? E eles enchia de barro amassado e cobria. Quando tava já pra terminar, eles quebrava umas bostas de gado... amassava, quebrava e juntava com o barro, entendeu? E passava a mão, a colher era a mão. Que ele não desmanchava com a chuva (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016).

E tinha outras também que era feitas da casca do angico. Tem um pau aqui que é chamado de pau de casca, que tirava as cascas pra fazer as telhas também. Ainda cheguei a conhecer. Hoje não se vê mais. Mas eu cheguei a conhecer casa coberta de casca. Você fazia a estruturazinha como se fosse botar telha, aí tirava as cascas assim desse tamanho [demonstra com as mãos], dobrava ela e ia só... [demonstra o encaixe], que nem essas feitas de carnaúba, só é diferente porque essa outra que a gente tira no mato, ela era mais ou menos assim, da largura de uma mão, e cobre mais ligeiro uma casa. Podia ser feito desse jeito essas casas (CLAUDIO MARQUES, comunicação oral, 2016).

O emprego de técnicas e materiais locais demonstra o uso do que a academia denominou de “Arquitetura Vernacular”. Sob essa perspectiva, insere-se todo tipo de arquitetura em que se usam técnicas construtivas tradicionais locais, empregando materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída. Logo, ela é marcada por um caráter local ou regional, onde ela dialoga com o ambiente, a cultura e a história de onde está inserida (BARDA, 2007; GODOY; SCHERER; TOWNSEND, 2012; WATRIN, 2003).

Neste contexto, o uso do angico, por exemplo, é um diferencial de matéria-prima local, pois, de acordo com Barreto (1975), as construções do Piauí, sobretudo àquelas situadas ao norte da Capitania, sem sombra de dúvidas, teve como material mais utilizado, a carnaúba.

Esse material era utilizado nas paredes que quase sempre eram de taipa. O uso da carnaúba ao natural, podia dar paredes de taipa algumas vezes com até meio metro de espessura. (...) Além de ser usada a carnaúba, como matéria de construção, o buriti, também foi muito utilizado, principalmente para a construção de cercas para a roça. Seu uso também está associado à grande quantidade, encontrada em algumas regiões (BARRETO, 1975, p. 215).

Apesar da presença do uso de carnaúba, mencionado pela comunidade, o uso de matérias abundantes localmente, como o angico, só enfatizam ainda mais a ideia de uma arquitetura de características locais, visto que a carnaúba não aparece com frequência nessa área, tampouco o buriti se faz presente.

Com a finalidade de se obter um polígono da área, mencionamos a demarcação do entorno aproximado da vila, no qual os Srs. Claudio Marques e Andrelino Miranda coordenaram e executaram essa atividade, utilizando piquetes de madeira nos locais que eles apontavam como limites daquele espaço. Dessa maneira, cada um dos sete locais sofreram intervenções a partir da abertura de poços-testes, dos quais apenas dois não apresentaram cultura material em subsuperfície.

Diferentemente dos três primeiros PTs, esses da vila foram realizados em áreas de pastagem e roçado, onde a presença de casas é menor. A maioria apresentou profundidades entre 40 e 50 cm, salvo àqueles com barreiras naturais que impossibilitassem a continuidade da escavação mais profunda.

De maneira geral, esses poços-testes apresentaram certa homogeneidade estratigráfica, com uma superfície arenosa fina, de cor cinza (presença do burrai), variando entre 3 e 5 centímetros de profundidade, seguidas de duas camadas. A primeira de tonalidade também acinzentada, espessuras entre 10 e 15 centímetros e textura entre o arenoso-fino e médio. É nesta primeira camada que aparecem todos os materiais arqueológicos dos PT. Para a segunda camada, a última evidenciada em cada PT, a cor alarajanda aparece em quase totalidade, com espessuras variando entre 15 e 20 centímetros e textura arenosa-grossa, com a presença de pedregulhos, totalmente estéril, extremamente compacta e de difícil manipulação.

O espólio artefactual desse espaço forneceu uma quantidade e diversidade considerável de objetos e matérias-primas: material lítico, olaria, vidro, metal, cerâmica e louça (PRANCHA 26), incluído as coletas de superfície e os evidenciados em PT. Majoritariamente, o material cerâmico prevaleceu em termos quantitativos, seguidos pelos artefatos em louça, em oposição à área da casa-sede, por exemplo.

Todos os fragmentos de olaria pertencem a telhas, porém, com pastas e tratamentos de superfície e morfologia diferentes. Os quatro fragmentos encontrados nos PTs aparentam serem mais antigos ou, no mínimo, de produções diferentes, daqueles coletados em superfície, principalmente no que concerne ao tratamento de superfície recebido. Estes apresentam

alisamento na face externa, porém, com uma série de deformidades, incluindo o lado interno da peça, ocasionadas, provavelmente no processo de manufatura.

Para dois dos três fragmentos encontrados em superfície, aparentemente pertencentes à mesma peça, alguns aspectos chamam a atenção, além da mesma tonalidade: um motivo decorativo, do tipo ondulado, na superfície externa aponta para um cuidado com o tratamento de superfície, mesmo com as irregularidades da peça. Para Caldarelli (2003) “as decorações, de um modo geral, podem representar a marca da olaria que [é] responsável por sua confecção ou fazer referência aos lotes ao qual a telha pertenceu”. É importante ressaltar que a olaria que nos referimos aqui, não significa necessariamente, uma olaria industrial, sendo que a produção artesanal também se insere nesse contexto.

O terceiro fragmento coletado em superfície apresenta certa uniformidade da espessura em todo o fragmento e, na superfície externa são visíveis duas linhas contíguas em alto relevo, possível resultado de uma fabricação em fôrma. De forma geral, atribui-se para essas telhas, uma cronologia mais recente, levando em consideração a não utilização delas para a cobertura das habitações de escravos, como apontado pelos membros da comunidade.

Para esses primeiros fragmentos, utilizamos os argumentos de Oliveira (2009), que realizou pesquisas acerca da casa rural no sudeste do Piauí, tendo como objeto de estudo o sítio arqueológico histórico “Casa do Neco Coelho⁴¹”. A autora interpreta as deformidades morfológicas dos fragmentos explicando que “essas telhas eram de produção local ou regional e por isso apresentavam irregularidades quanto ao tratamento de superfície, a espessura, a coloração e a pasta”.

Em análise feita pela comunidade, todos esses fragmentos representam telhas feitas na região, pois essa é uma atividade comum desde o tempo de seus pais e avós, alguns desses ainda colaboraram com eles auxiliando no fabrico e até mesmo na venda desses materiais. D. Elisa Miranda, por exemplo, conta que “tangeu⁴²” muito jumento com aiós⁴³ carregados de telhas para serem vendidos nas redondezas e até mesmo na cidade de São Raimundo, a

⁴¹ O sítio arqueológico “Casa do Neco Coelho” também conhecido como “Casa do Avô do Sr. Nivaldo” é hoje identificado como um sítio arqueológico histórico, inserido no Parque Nacional Serra da Capivara. Este sítio foi a sede de uma das maiores fazendas da região sudeste do Piauí (atualmente pertencente à cidade de Coronel José Dias-PI): a Fazenda Jurubeba. Para maiores informações vide: OLIVEIRA, A. S. N.. **Catingueiros da Borracha: Vida de Manicobeiro no Sudeste do Piauí 1900/1960**. Dissertação (Mestrado em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

⁴² Tocar em frente.

⁴³ Tipo de cesto trançado.

mesma lembra aos risos que quando os animais deitavam, era uma dificuldade levantá-los, devido ao peso que carregavam.

A mesma, juntamente com outros membros mais velhos da comunidade, explica a “cadeia operatória” da fabricação desses utensílios. Primeiramente, se retirava o barro das lagoas da região, durante o preparo da pasta, acrescentavam-se outros ingredientes para “dar liga”, é citado, principalmente, o esterco de gado. Depois molhavam a massa e modelava a telha em uma peça ou fôrma que eles chamam de *cágado*⁴⁴, a depender do caso se faziam os “bordados” (decorações) no corpo da peça, em seguida as peças eram queimadas em grandes fornos fabricados pelos próprios oleiros.

Sobre um local de produção desses materiais em São Vitor, não obtivemos informações. Sabe-se que as fazendas, em geral, teriam uma olaria, porém, nada foi evidenciado em campo, muito menos em documentação ou na memória da comunidade. O que se sabe, é um possível local de obtenção de argila para esse fabrico, a chamada Lagoa da Olaria, situada ao lado da Lagoa de São Vitor. Segundo os relatos, essa “lagoa é responsável por fornecer a melhor argila para o fabrico de utensílios e materiais construtivos de barro (telhas, tijolos, potes, etc.) da região, o que é enfatizado pelo seu próprio topônimo” (VIEIRA, 2015, p. 55).

O Sr. Claudio Marques explica que as olarias são muito comuns em todo o território e que até hoje muito deles ainda funcionam, e que os materiais ainda são consumidos em toda a localidade. Ele menciona que em sua residência, na localidade Calango, ainda tem um olaria, porém, desativada.

O material vítreo evidenciado em superfície na área da vila, mesmo que em número reduzido, apresenta uma diversidade considerável, principalmente em coloração e presença de marcas de fabricação. Os sete fragmentos correspondem a quatro objetos distintos.

Dos três fragmentos que apresentam marcas de fabricantes, chamamos a atenção, primeiramente, para dois desses. Trata-se de fragmentos pertencentes à mesma peça ou a peças de um mesmo lote, apresentando uma coloração *aqua* ou água marinha fosca, totalmente retilíneas, aparentemente pertencentes ao corpo de um frasco de remédio ou toucador⁴⁵. Para um, podemos notar a impressão de letras em alto relevo: “OWE” (parte

⁴⁴ Ao questionarmos o porquê desse nome dado às fôrmas, todos responderam que não sabiam, pois era comum entre eles, por ouvirem desde sempre. Suponhamos, dessa maneira, que o nome deve referir-se ao quelônio *cágado* (tipo de tartaruga), principalmente pelo fato de sua carapuça assemelhar-se ao formato das telhas.

⁴⁵ Artigos de higiene ou produtos de beleza.

superior) “AS” (parte inferior), para a outra peça, uma letra “W” aparenta estar impressa, a leitura é dificultada pelo local da quebra do fragmento. Não foi possível identificar qual a marca do fabricante. Outros dois fragmentos pertencentes a um fundo de garrafa de bebidas, de formato boleado e extremamente espesso, apresenta uma linha que denota para uma manufatura fabril, pela técnica de molde duplo, com a mesma cor *aqua*.

O vidro em cor *aqua* é o resultado do uso natural da areia, que é relativamente baixa na quantidade de ferro, e que não foi deslocada pelos agentes de descoloração das impurezas. Esse, também chamado de “vidro verde”, “vidro de garrafa” ou “*bottle glass green*” por fabricantes de vidro. Sua produção se deu desde o início do século XIX e estendeu-se até o ano de 1920, a partir desse ano sua produção tornou-se rara, em detrimento da fabricação de vidros hialinos ou transparentes (<https://sha.org/bottle/colors.htm>).

Outro fragmento apresenta a marca de um fabricante, com as letras MI impressas em auto relevo no corpo de um pequeno frasco de remédio ou toucador, de cor hialina. Também não foi possível identificar qual a marca do fabricante. Para vidros dessa cor, até 1870 sua fabricação era relativamente rara, posteriormente se tornaram comuns após o uso de garrafas automáticas na década de 1910 (idem).

A presença de outros dois fragmentos pertencentes ao gargalo e corpo de pequeno frasco de remédio ou toucador, em tonalidade lilás ou ametista, de “fabricação por sopro humano em molde de duas partes” (ZANETTINI; CAMARGO, 1999, p. 69). A tonalidade ametista, rosa, lavanda ou roxo é o resultado da descoloração da garrafa por dióxido de manganês e quantidade de luz ultravioleta (UV) no qual o objeto é exposto. Essa técnica foi é anterior à Segunda Guerra Mundial, situando-se entre 1910 e 1915 (idem).

Para os moradores, os fragmentos de vidros menores pertencem a frascos de remédios e perfumes atribuídos a uma conhecida farmácia que existia na fazenda São Victor, de propriedade do Com. Piauhylino, que era conhecida em toda a região, atraindo, inclusive, moradores até das cidades adjacentes. “O São Vitor aqui era comandado por um coronel (...). Ele se abrigou aqui e fez uma farmácia muito grande; e aí o pessoal de São Raimundo vinha comprar remédio aqui, 36 km daqui a São Raimundo” (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2013 In: Acervo PROEX-UNIVASF/São Vitor).

O Sr. Claudio Marques analisa o gargalo de um dos fragmentos e conclui levantando a hipótese da farmácia, inclusive explicando que pode se tratar de um vidro de perfume, supostamente adquirido neste período de funcionamento da farmácia.

Um curioso frasco de metal de pomada de copaíba chamou a atenção do Sr. Julio Paes, 58 anos, apicultor e conhecedor da vegetação da caatinga. Quando, em laboratório, este viu o frasco no qual lemos o nome do produto ele logo se pronunciou: “Isso não é daqui. Copaíba é árvore do Pará” (JULIO PAES, comunicação oral, 2016). Tao logo lemos: “Castanhal-Pará”, impresso também na tampa do frasco.

Sobre o uso do produto, a comunidade não se pronunciou a respeito. Porém, ainda em campo, o jovem que evidenciou o artefato atribuiu função ao objeto sem relacionar o conteúdo fabril, explicando que seus avós têm o costume de utilizar tais frascos para guardar o famoso “torrado” ou “rapé⁴⁶”, demonstrando como os objetos são apropriados e recebem novos significados e funções, como é o caso também de objetos em vidro, por exemplo.

No universo da materialidade em louça, foram coletados 22 fragmentos do tipo faiança fina, com técnicas decorativas diversas. Além de motivos similares àqueles encontrados na área da casa-sede, incluindo alguns motivos decorativos diferentes.

A técnica bandada ou banhada (*border-lined; dipped*) aparece em duas variações nas amostras da vila dos escravos, a mesma ainda recebe os nomes de anular ou anelada. Foi produzida a partir da aplicação de faixas e listras contornando a boca ou o corpo da peça, podendo apresentar-se em monocromia ou em policromia, geralmente utilizadas sobre as louças côncavas, a exemplo de xícaras, canecas, tigelas, bacias, urinóis, etc. Seu período de produção situa-se entre 1790 e o começo do século XX (CALDARELLI, 2003, TOCCHETTO, 2001).

Ainda pela técnica do pintado à mão, foram identificados pequenos fragmentos que apresentam a variação de cores até agora evidenciados, o verde e o alaranjado. Para essas peças, os motivos não foram identificados.

Sobre materiais diversificados da técnica *transfer-printing*, ressaltam-se motivos técnicos geométricos nas cores verde e azul. Para Toccheto (2001, p. 35), essas cores associadas a essa técnica possibilitam o estabelecimento de aproximações cronológicas, situando a cor azul média produzida entre 1784 e 1859, tendo o pico de produção entre 1819 e 1835. Para o verde, a produção ocorreu entre os anos de 1818 e 1859, com o pico entre 1830 e 1846.

Persistem, nessa área, fragmentos diversos com borrão azul, alguns representando a borda de jarras ou bules; o padrão *shell edge*, o floral pintado à mão, bem como fragmentos

⁴⁶ Pó de folhas de tabaco usado para inalação e que causa espirros.

diversos de louça branca ou fragmentos sem decoração, alguns deles representando bases de malgas do tipo anelar.

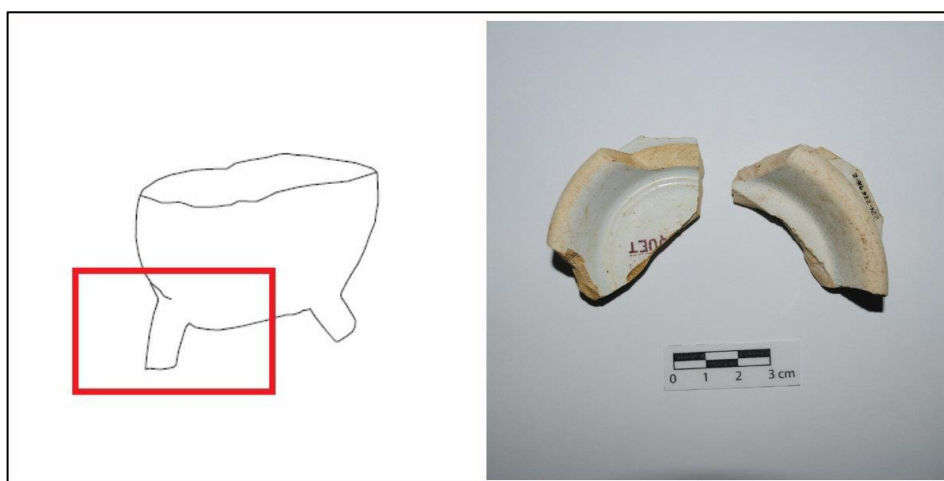
Para essa área, quatro fragmentos de louça com carimbo foram evidenciados, dois impressos, um pintado à mão e outro em baixo relevo. Por estarem incompletos, não foi possível identificar alguma marca e sua possível cronologia de produção a partir da empresa.

Para a comunidade São Vitor, as louças evidenciadas na pesquisa e analisadas por eles minuciosamente em laboratório, representam a vida social de uma época e que tem sua ressonância no presente. Para a D. Elisa Miranda, essas louças representam artefatos domésticos, principalmente da cozinha, como jarras, bules e pratos, concluindo ao analisar um dos fragmentos com o jovem Kauã Pamplona, de 11 anos. Esses pertenciam, exclusivamente, aos “ricos” donos da fazenda, pois, segundo ela, os escravos não tinham acesso a esse material, sendo usada a cerâmica para o cotidiano.

Para o Sr. Claudio Marques, após a morte do Com. Piauhylino, outros moradores com poder aquisitivo similar ao do antigo proprietário, tomaram conta da fazenda São Victor, e dessa maneira, ele explica que nem todos os fragmentos de louça, por exemplo, pertencem necessariamente à época da fazenda.

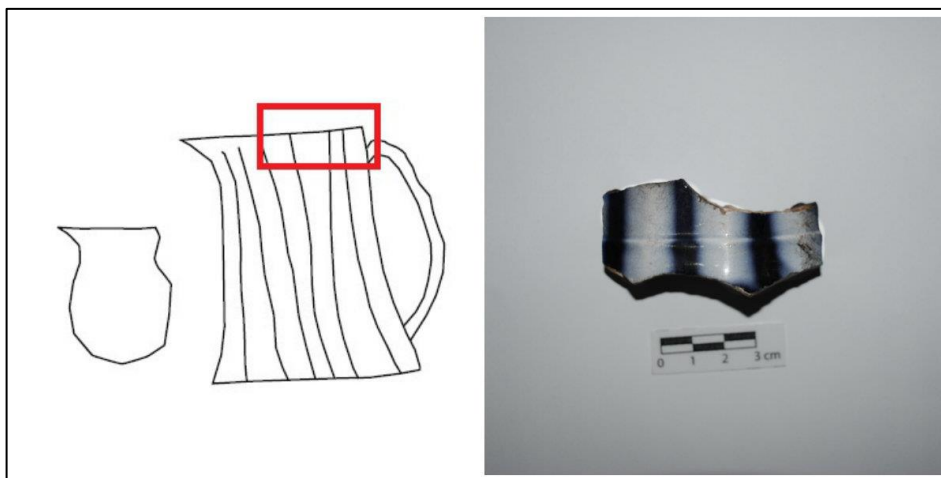
A partir de alguns fragmentos, os moradores explicaram como os materiais deveriam ser quando ainda íntegros, além de os representarem a partir de uma reconstituição destes utensílios a partir do desenho livre. (Imagens 28 e 29).

Imagem 28: Reconstituição de uma malga de louça e peça correspondente. Detalhe em vermelho do local do fragmento.



Fonte: Desenho feito por Claudio Marques e João Carneiro. Vetorizado por Diego Souza. Acervo do Autor, 2016.

Imagem 29: Reconstituição de uma jarra de louça e peça correspondente. Detalhe em vermelho do local do fragmento.



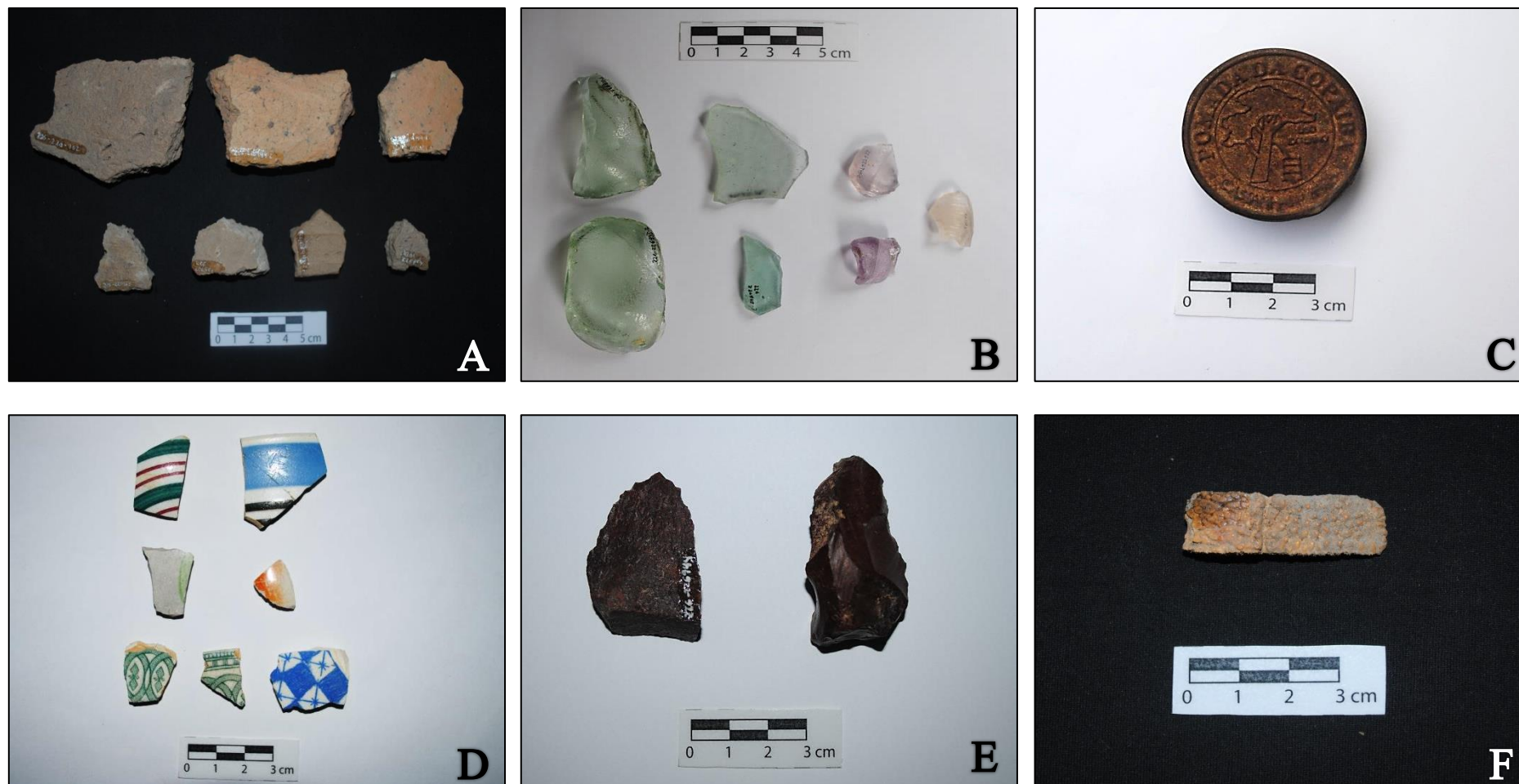
Fonte: Desenho feito por Kauã Pamplona. Vetorizado por Diego Souza. Acervo do Autor, 2016.

Um das questões levantadas durante o laboratório comunitário consistiu no levantamento de hipóteses para explicar a presença de louças em uma área que seria exclusivamente utilizada pelos escravos. No confronto de ideias, duas hipóteses opostas foram levantadas pelos moradores e refletem o processo identitário local.

Vamo dizer, como eles foram libertados, forros... esse material, o coronel foi perdendo o poder, foi tentando já mudar daqui, eles foram... o coronel não ia levar isso daqui pra lugar nenhum não, eles foram doando pra esse povo... foram distribuindo, porque tinha muito (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016).

Ao ouvir o relato do Sr. Andreolino, o Sr. Claudio logo falou: “_Eu não concordo muito com isso não!”, e acrescenta,

Primeiro, eu acho o seguinte: eu acho que quando os escravos foram libertados, eles ficaram por aí uns tempos, mas esse Piauhilino foi se desfazendo deles. Dizendo o seguinte: “_Já que eles vivem aqui, que eles tá aqui” - ele tinha que dar de comer. Ai ele dizia: “_Agora você vai morar lá na Lagoa do Calango”. Que essa terra aqui era dele, você vai morar lá. E ele foi assim, soltando todo mundo, é por isso esse tanto de lagoa: Lagoa das Emas, Lagoas das Pombas (...). Essa louça, ela pode ser o seguinte: pode ser que ela tenha ficado ali na casa grande... e quando se quebrava uma coisa, quem ia limpar, não era a patroazona, era o escravo que ia pegar. “_Pega, joga pra lá”. Eu suponho que fosse isso (...) Isso não era coisa de escravo usar isso aí não. (CLAUDIO MARQUES, comunicação oral, 2016).



PRANCHA 23: Artefatos e vestígios evidenciados na área da Vila dos Escravos. A: Fragmento de material de olaria; B: Fragmentos de vidro diversos; C: Frasco de metal de pomada de copaíba; D: Fragmentos de faiança fina do tipo bandado, pintado à mão e *transfer-printing*; E: Lascas retocadas de sílex F: Fragmento osteológico de placa de tatu *Tolypeutis/tricinctus* (Fonte: Acervo do Autor, 2016).

É interessante notar nas duas versões uma diferença na visão que se tem do proprietário: uma, tendo-o como uma pessoa de bem, benevolente, caridosa, no qual chegou ao ponto de doar seus materiais em louça para não ter o trabalho de levar quando ele e sua família mudaram-se para a sede de São Raimundo Nonato. Na outra versão, o Sr. Claudio, descendente de negros escravizados desse território e militante da causa quilombola, apresenta uma versão oposta à do Sr. Andreilino Miranda, no qual o comendador Piauhylino cumpre suas funções de patrão e os escravizados de subalternidade, realizando suas atividades cotidianas.

Naturalmente, a construção dessas interpretações é respaldada em aspectos ligados ao contexto de vivência individual, dentro de uma esfera coletiva arraigada na cultura e na história local e familiar em que esses indivíduos estão inseridos, configurando-se numa miscelânea interpretativa, extremamente importante para a construção do conhecimento arqueológico-público.

Os artefatos líticos são bastante comuns em toda a região da Lagoa de São Vitor, como apresentado no capítulo 2. Estes chamaram a atenção, principalmente das crianças, que por mais que tenham sido evidenciados uma grande quantidade destes artefatos em escavações anteriores, quase nada chegou até eles de informação. Dessa maneira, um dos membros da equipe, o jovem João Carneiro, de 10 anos de idade, tornou-se um dos mais assíduos quando o assunto era material lítico, questionando-nos frequentemente e apontando para alguns que apareciam fortuitamente.

Dessa maneira, apesar desse tipo de material não configurar o universo temporal em que a pesquisa se debruça, foram coletados quatro artefatos líticos em sílex, por possibilitarem o fornecimento de informações sobre um passado mais antigo sobre a região de São Vitor. As informações de campo indicaram suas possibilidades de utilização humana e a comunidade logo achou pertinente que estes fossem coletados e analisados.

De acordo com Vieira (2015), esse tipo de matéria-prima é oriunda de afloramentos secundários identificados em terraços do Riacho São Lourenço, próximo ao sítio Lagoa de São Vitor e constitui uma esmagadora maioria de suportes para os artefatos líticos evidenciados nessa região⁴⁷.

⁴⁷ Para mais detalhes, ver RIODA, V. et al. **Jazidas de rochas silicosas na área do Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí, Brasil):** primeiros dados geoarqueológicos. R. Museu Arq. Etn., São Paulo, N° 21, p. 103-113, 2011.

Para a comunidade, a narrativa local menciona a utilização de pedras como o sílex e o quartzo para criar as fagulhas para o conhecido “papa-fogo”. A equipe local menciona que, quando não se tinha o fósforo, esse era o meio de criar fogo para realizar as atividades cotidianas. Prontamente, demonstram na prática como era feita a atividade.

A cerâmica dessa área da vila compreende um conjunto de 56 fragmentos, apresentando maior quantidade em relação à área da casa grande. Para esse universo, a participação popular inferiu significativas interpretações que auxiliará na construção do passado desse espaço.

Merece destaque que, para as análises cerâmicas da Fazenda São Victor, nenhum dos quase 1500 sítios arqueológicos que compreende todo o território arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara foi pesquisado sob a ótica escravista logo, os sítios ceramistas apresentam-se correlacionados exclusivamente com a ocupação indígena e, dessa maneira, não fornecem um panorama base para a comparação analítica desse material.

Portanto, apresentaremos alguns exemplares com características “peculiares” para esse contexto. Primeiramente, merecem destaque três fragmentos com engobo⁴⁸ ou banho vermelho⁴⁹ e outro com engobo na cor branca (Imagens 30 e 31). Em geral, para a região sudeste do Piauí, as cerâmicas com esse tipo de tratamento são, geralmente, relacionadas com ceramistas vinculados a Tradição Tupiguarani (OLIVEIRA, 2003; MARTIN, 2008).

Imagem 30: Cerâmicas com engobo ou banho vermelho



Fonte: Acervo do autor, 2016.

Imagem 31: Cerâmica com engobo ou banho branco



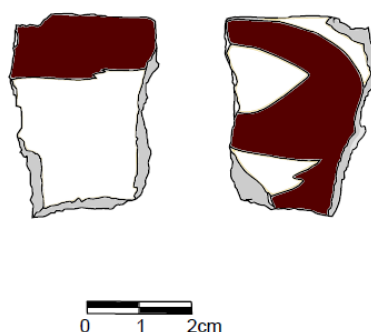
Fonte: Acervo do autor, 2016.

⁴⁸ “Revestimento superficial de barro fino; aplicado ao vasilhame antes da queima” (CHMYZ, 1969, p.5).

⁴⁹ “Tipo de tratamento que consiste na aplicação, antes da queima, de uma camada superficial de pigmentos minerais, mais delgada do que o engobo na superfície do vasilhame” (CHMYZ, 1976, p.122).

Dentre as demais, destaca-se ainda, um único fragmento que aparentemente apresenta um revestimento de engobo branco com um padrão decorativo em vermelho dos lados interno e externo. É possível, ainda, que este fragmento pode também, ser o resultado de uma cerâmica banhada em vermelho, no qual o desgaste da superfície resultou em um “falso” padrão decorativo (Imagem 32).

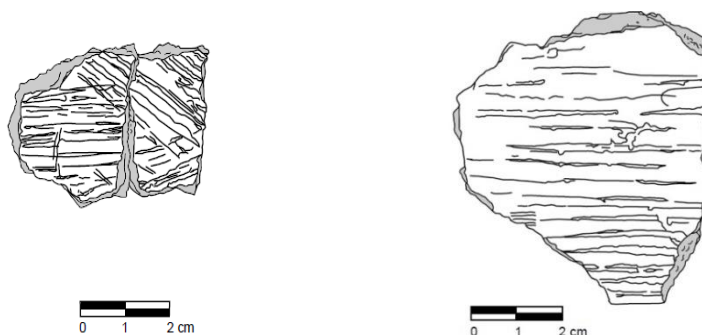
Imagem 32: Fragmento cerâmico com possível padrão decorativo. Lado externo e lado interno, respectivamente.



Fonte: Desenho: Rômulo Timóteo; Vetorização: Diego Souza.

Além desses fragmentos com banhos e engobos, dentre os tratamentos de acabamento superficial, nota-se dois exemplares com decoração do tipo escovado, nas variações assimétrico e longitudinal (Imagens 33 e 34). O escovado “tem como expressão decorativa o sulco – é a ação produzida por um instrumento de múltiplas pontas arrastadas na superfície cerâmica ou sobre ela friccionada” (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 36).

Imagens 33 e 34: Desenhos de fragmentos com motivos decorativos do tipo escovado assimétrico e longitudinal, respectivamente.



Fonte: Desenho: Rômulo Timóteo; Vetorização: Diego Souza

É importante negritar que não é objetivo deste trabalho a classificação dentro de uma determinada tradição ceramista ou pertencimento a determinado grupo étnico. Essa caracterização destes fragmentos faz-se necessário, no sentido de apresentar a diversidade amostral fornecida pelo sítio e que podem auxiliar em estudos futuros.

Dessa maneira, tendo em vista os fragmentos que denotam uma semelhança com as cerâmicas tupiguarani, enfatizamos que, mesmo com o uso de engobos ou banhos, esse “suposto” padrão decorativo e a cor avermelhada (no caso da imagem 32) não é característico dessa tradição e, que esse elemento pode ser um indicativo das influências do contato (ZUSE, 2009), porém, a ínfima quantidade de dados destes fragmentos inviabiliza uma interpretação mais segura neste momento.

Os incisos apresentam-se da mesma maneira, com algumas semelhanças com os motivos decorativos dessa tradição, como apontado por La Salvia e Brochado (1989), porém, esse também não é um elemento suficiente para classificar esse tipo de cerâmica dentro da tradição tupiguarani. O essencial é que estudos mais detalhados, que analisem não só esses fragmentos como outros sítios ceramistas dessa tradição a nível regional possam estabelecer a ocupação dessa área pelo viés ceramista.

Faz-se necessário também, o aprofundamento de mais estudos para o estabelecimento das bases de um Arqueologia de contato na região, que possa gerar um *corpus* documental com um embasamento que sustente comparações em relação a materiais dessa natureza para esse contexto de ocupação.

Mesmo com a grande fragmentação da coleção, foi possível a reconstituição hipotética da forma de duas vasilhas, a partir das bordas (PRANCHA 24).

A primeira vasilha apresenta uma borda de morfologia direta, com o lábio do tipo arredondado (0.6 cm de espessura) e revestido de engobo ou banho vermelho. A forma da vasilha é do tipo elipsoide horizontal, que apresenta as seguintes características: “vasilhame simétrico, contorno simples, altura menor que a metade do diâmetro da boca (...), boca ampliada” (OLIVEIRA, 2003, p. 92). A função deduzida⁵⁰ desse vasilhame, de acordo com Brochado e Monticelli (1994), seria o tipo de um prato utilizado para comer.

Para a segunda reconstituição, tem-se uma borda do tipo inclinada extrovertida, com lábio do tipo arredondado (1,1 cm). A forma da vasilha é do tipo esférico, para Brochado e

⁵⁰ Quando não havendo comprovação etnohistórica, a utilização está baseada em uma possibilidade lógica de sua forma (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 121).

Monticelli (1994) e Schmitz (2010), esse tipo de forma é caracterizado por uma vasilha bojuda, com bordas côncavas, verticais e inclinadas para fora e, geralmente, utilizadas ao fogo para cozer alimentos, que variam do líquido ao pastoso.

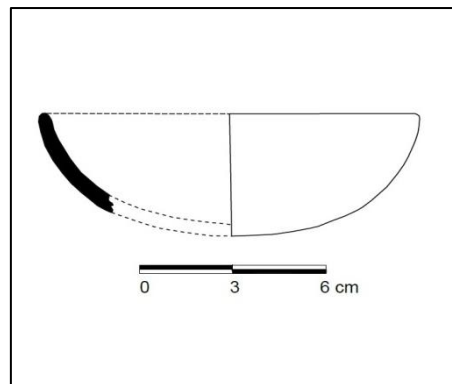
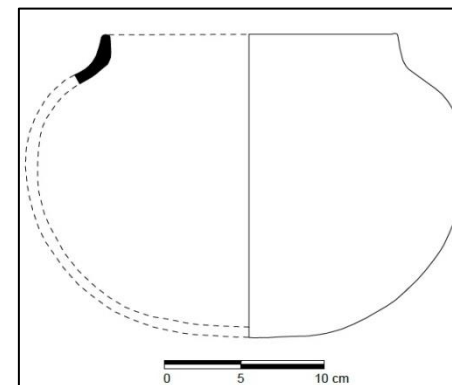
Em análise elaborada pela comunidade, algumas interpretações foram importantes para o entendimento da população acerca do contexto ceramista analisado. Merece nossa atenção que os moradores mais velhos que analisaram os fragmentos, automaticamente associaram as cerâmicas ao seu cotidiano, ainda na infância, em um passado recente, elucidando aspectos como a produção, forma, funcionalidade e autoria.

O processo de produção é explicado a partir da memória individual, no qual parentes e conhecidos relatavam esses procedimentos. A produção da pasta é similar ao da olaria, com exceção a um ponto importante mencionado, no qual outros fragmentos de cerâmica e, principalmente de telha, eram moídos para serem acrescentados na massa e dar a “liga” para formar o objeto desejado: “a mistura era do caco de telha, que elas pisava no pilão, pra poder fazer a mistura, pra aproveitar melhor o barro, pra dar mais liga” (ELISA MIRANDA, comunicação oral, 2016). O caco moído foi identificado em 16 fragmentos de cerâmica desta área, associados a diversos minerais como a mica, o quartzo e o feldspato.

Para o Sr. Júlio Paes, o toá (ocre), era utilizado para dar cor à pasta da cerâmica, no qual os nódulos eram quebrados ou moídos e acrescentados aos demais ingredientes. Dona Elisa acrescenta que o toá era utilizado também para fazer os “bordados” das peças, fazendo alusão à decoração das vasilhas.

O Sr. Claudio Marques também menciona o toá para o tratamento de superfície, no qual o mesmo era friccionado sobre a peça para dar a coloração avermelhada, além das variações de branco e preto, mencionando o local onde existe esse material em grande quantidade, no caso, os “morros” próximo à localidade. Outra técnica consistia no uso das “ramas” (galho) da árvore do mucunã, para dar a cor também avermelhada à superfície do objeto.

“Botava no fogo [a cerâmica], tirava do fogo e pegava uma rama do mucunã e esfregava, ela solta uma tinta vermelha, aquele negócio, quando eles queria pintar todo, rapa ficar vermelho assim todo, era com a mucunã, ele quentinho. Ia passando a mucunã e ia soltando a tinta que ela tem e não largava mais (...). Pra ele ficar vermelho era a rama da mucunã” (CLAUDIO MARQUES, comunicação oral, 2016).

A**B**

PRANCHA 24: Reconstituição hipotética dos vasilhames cerâmicos da vila dos escravos. A: Borda, detalhe da borda, reconstituição em desenho, reconstituição em 3D de vasilha elipsoide. B: Borda, detalhe da borda, reconstituição em desenho, reconstituição em 3D de vasilha esférica. (Fonte: Desenho arqueológico e reconstituição 3D por Rômulo Timóteo; Vetorização por Diego Souza, Fotografias acervo pessoal, 2016).

O aspecto alisado da superfície da cerâmica se dava, desta vez, pelo uso do fruto do mucunã, que consiste em uma semente natural que, friccionada sobre superfícies brandas, obtém um resultado similar a um polimento, deixando a peça lisa. Para os vasilhames com superfícies corrugadas, foi atribuído à utilização do sabugo de milho que, quando seco e sem os caroços, ao serem utilizados na superfície das cerâmicas antes da queima, produz as “necroses”, como denominou o Sr. Claudio Marques.

As formas e funções variam bastante e, geralmente, são atribuídos a objetos de uso doméstico, principalmente ligados ao consumo alimentício, como panelas, potes e pratos.

Quando eu tinha de 5 a 10 anos eu comia muita coalhada e bebia leite numa vazilhinha feita de barro. Tinha aqui umas velha que fazia (...). Naquele tempo não existia prato de esmalte, nem de louça, nem aqueles de vidro [aponta para os fragmentos]. Comi muito leite com farinha, comido num pratinho feito de barro (...) e tinha os alguidazinhos. Leite, minha mãe botou muito pra coalhar nas panelas feitas de barro. Num era como hoje não que o caldeirão é de alumínio. Cozinhava feijão numa panela feita de barro, e a água era num pote também feito de barro (JULIO PAES, comunicação oral, 2016).

O Sr. Andreelino Miranda, menciona a autoria desses ceramistas aos escravos da Fazenda São Victor. Comparando os artefatos em louça e os cerâmicos, ele explica que as louças eram compradas fora e a cerâmica era feita pelos escravos, pois eles não tinham acesso a esse tipo de material (mesmo tendo anteriormente argumentado a “doação” de peças de louças aos escravos no momento de mudança dos fazendeiros). “Os negros comiam nuns pratos de barro. Era... isso aqui [louça] era muito caro. Isso aqui não dava pra “peão” pegar neles pra comer não, entendeu? As xícaras era umas xícaras grandes [de cerâmica]” (ANDRELINO MIRANDA, comunicação oral, 2016).

Tendo atribuído a atividade ceramista aos escravos, de longe alguém mencionou: “_Isso é de índio!”. Nesse momento, uma nova discussão surgiu, e uma moradora explicou que os negros podem realmente terem feitos essas cerâmicas, só que eles provavelmente aprenderam com os índios, pois os índios estavam naquela região antes deles. O Sr. Andreelino logo completou afirmando que na História do Brasil não tem essa de “descobrimento”, pois os que aqui chegaram encontraram os povos indígenas já habitando o Brasil e conclui reenfatizando: “O Brasil não foi descoberto!”.

Durante todo o processo da pesquisa pouco ou quase nada se falou sobre índios e suas atividades pela região. Tal fato, pessoalmente atribuo ao processo de reconhecimento quilombola instaurado em meados de 2009, no qual pode ter ocasionado essa “sobreposição”

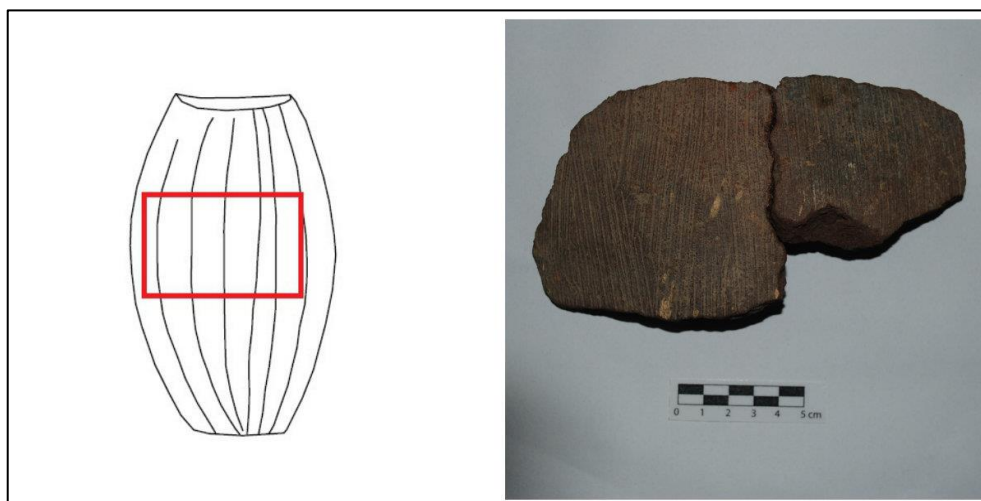
histórica-cultural, refletindo numa ênfase à história negra e nesse quase “apagamento” da história indígena local. Tal hipótese se faz de grande necessidade para reflexões futuras.

Os membros mais jovens da comunidade que acompanhavam as análises e interpretações não se pouparam em explicar suas ideias. João Carneiro, de 10 anos e Thaís Assis, de 15 anos trataram de explicar sobre três fragmentos grandes, de coloração avermelhada, sendo dois restaurados, mencionando que pertenciam a um pote de água, pela espessura e pelo tamanho do bojo que denotava o formato primário.

Thaís Assis tratou de desenhar hipoteticamente o pote de água em sua forma original, a fim de ilustrar sua interpretação. Outros jovens presentes, com idades semelhantes à de Thaís e João, mencionaram não conhecer muito sobre os “potes de barro”, isso demonstra o distanciamento dos mesmos com esse tipo de material, exceto o pote de água, ainda muito comum em toda a zona rural, do qual eles são conhecedores (Imagem 35).

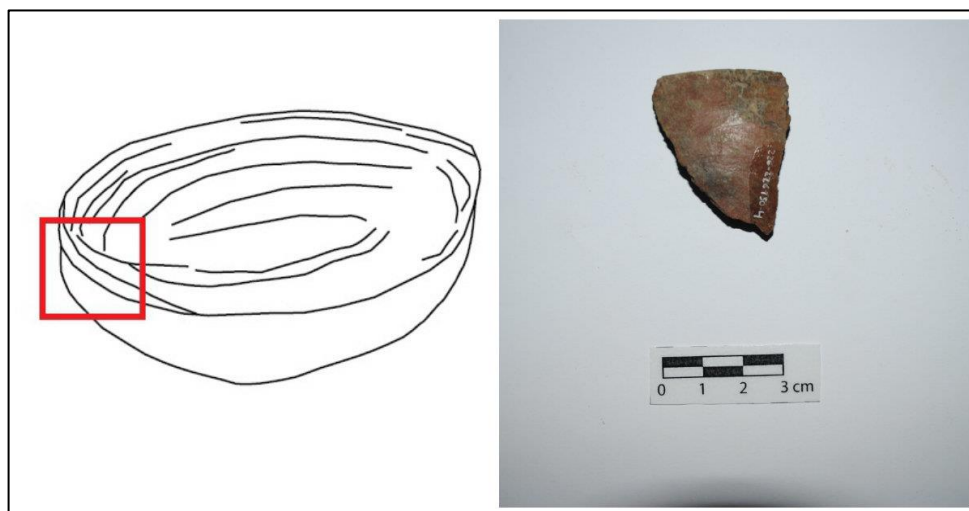
O Sr. Andreilino utiliza um dos fragmentos para fazer a reconstituição de um pote, que segundo ele, não teria condições de ser uma panela, pois era muito fino e não sustentava o peso da água. Esse fragmento, é o mesmo que foi reconstituído na prancha 24, sequência A. Merece notoriedade, a semelhança da reconstituição arqueológica com a da comunidade (Imagem 36).

Imagem 35: Reconstituição um “pote de água” cerâmico e peça correspondente. Detalhe em vermelho do local do fragmento.



Fonte: Desenho feito por Thaís Assis. Vetorizado por Diego Souza. Acervo do Autor, 2016.

Imagem 36: Reconstituição de um vasilhame de cerâmica e peça correspondente.
Detalhe em vermelho do local do fragmento.



Fonte: Desenho feito por Andreilino Miranda e colaboração de Mariana Zanchetta.
Vetorizado por Diego Souza. Acervo do Autor, 2016.

É importante reenfatizar que esse passado está diretamente ligado ao atual processo de regularização fundiária que o Território Quilombola enfrenta para receber sua devida titulação. Porém, alguns pontos, merecem destaque e uma maior explanação, para que não haja uma certa confusão, no sentido de entender esse espaço enquanto um local de resistência negra do passado.

Conceitualmente, Almeida (1998, p. 12) entende quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”. Para esta pesquisa é demasiadamente importante explicitar um aspecto concernente ao conceito de quilombo utilizado no Brasil.

Assim como Almeida compreende o quilombo com uma área de resistência e rebelião, desde a década de 1970 houve uma ressignificação do quilombo no imaginário racial brasileiro e na trajetória dos movimentos sociais e que se aplica completamente ao contexto estudado do Território Lagoas. Para Domingues e Gomes (2013, p. 10), pautada em narrativas e transmissão da memória e oralidade, a ideia de quilombo foi “ressignificada” ou melhor, adquiriu mais um significado, “tornando-se, assim, um símbolo no processo de construção e afirmação social, política, cultural e identitária do movimento negro contemporâneo no Brasil”.

Se antes o quilombo era visto como resistência ao processo de escravização do negro, a partir dali ele se converteu em símbolo, não só de resistência pretérita, como também de luta no tempo presente pela reafirmação da herança afro-diaspórica e busca de um modelo brasileiro capaz de reforçar a identidade étnica e cultural (idem).

De forma sintética, a ideia de quilombo migrou para um contexto de auxílio na formação e consolidação da identidade histórica, política e social dos segmentos e remanescentes negros no Brasil. No caso do Território Quilombola Lagoas não foi diferente, o processo de identificação formal do território não advém de um espaço específico utilizado como de resistência dos escravos, mas sim de reconhecimento dos moradores de toda a região que se autodeclararam remanescentes dos grupos afro que ali viveram.

Como afirma Matos (2013) - responsável pelo parecer antropológico do território e que findou seu mestrado buscando compreender o processo de construção da territorialidade quilombola nessa área -, a detecção da identidade quilombola da região não partiu de uma busca pela veracidade de fatos a partir da história colonial - como condicionante determinante -, e sim as identidades atuais, como a do quilombola.

Ainda para a autora supracitada, o uso do território tem ligação direta com os remanescentes de quilombos, como no caso mencionado, no sentido de transcendência dos limites de uma dimensão geográfica, física. Desse modo, “fala-se de um território simbolizado, expressando-se em relações culturais: religiosas, de parentesco, nos jeitos de ser, viver e conviver com grupos e intergrupos” (MATOS, 2013, p. 49) e não necessariamente na existência física de um espaço de resistência, brigas e disputas pela liberdade. Em suma, é um contexto de autorreconhecimento e pertencimento ao invés de fisicalidade comprovada historicamente.

O Sr. Henrique Neri explica detalhadamente este ponto, e finaliza com a questão relacionada diretamente a esta área. Ele diz que em São Vitor não existiram quilombos, porque não haviam escravos fugidos e mesmo depois de livres, eles continuaram trabalhando com os seus senhores e residindo na comunidade.

Em síntese, apresentamos as interpretações destes seis espaços evidenciados a partir dos trabalhos colaborativos, que denotaram uma configuração pautada na memória e história local por meio da sabedoria popular associada ao reconhecimento arqueológico, no qual possibilitaram essa construção de um quadro hipotético acerca do passado escravista, as quais se estabeleceram a partir da fundação da fazenda São Victor, no século XVIII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não existem pessoas sem conhecimento. Elas não chegam vazias. Chegam cheias de coisas. Na maioria dos casos trazem junto consigo opiniões sobre o mundo, sobre a vida.”

(PAULO FREIRE)

Realizar uma pesquisa colaborativa como essa na comunidade Lagoa de São Vitor, foi uma das inúmeras maneiras de agregar, em um único momento e espaço, meus anseios enquanto pesquisador/Arqueólogo, enquanto membro pertencente àquele lugar e, principalmente enquanto cidadão.

A partir desse estudo, no qual buscamos a construção de interpretações de um lugar e de seu povo para entendermos a sua história e sua ressonância atualmente, um panorama no qual reflete a história da Fazenda São Victor a partir de suas “partículas do passado” (LIMAVERDE, 2015), foi estabelecido.

A memória, a história e a oralidade fusionada com a Arqueologia a partir da cultura material, das estruturas e vestígios dispersos por toda a comunidade, costuraram uma relação não só de escrita ou descrição do passado, mas de respeito, reciprocidade e, acima de tudo, de maior engajamento dos sujeitos nesse processo.

Os resultados almejados em trabalhos de Arqueologia Colaborativa se reverberaram nos resultados desta pesquisa em São Vitor - como exposto e enfatizados, principalmente pelo referencial teórico utilizado -, assim, delinearam-se por dois caminhos: o primeiro, relacionado ao conhecimento produzido sobre os povos tradicionais, neste caso, concernente à comunidade quilombola, e o outro ao processo de construção de um fazer arqueológico com esses coletivos. Apesar de o primeiro constituir a essência dos resultados apresentados, é sobre a produção colaborativa que detemo-nos para buscar a correlação interpretativa e a construção do conhecimento da comunidade sobre a Fazenda São Victor.

Ainda no que diz respeito ao primeiro viés mencionado, o conhecimento produzido a partir da prática colaborativa, resultou na identificação dos seis espaços de convívio constituintes da Fazenda São Victor nos séculos XVIII e XIX, são eles: a casa-sede, o curral, a senzala, a lagoa, o cemitério dos escravos e a vila dos escravos livres, dos quais acabamos de percorrer.

Nessa miscelânea envolvendo ciência e sabedoria popular, alguns destes locais (como o curral e a senzala, por exemplo) apresentam interpretações exclusivamente da comunidade, com a ausência de indícios arqueológicos, porém, considerados dentro do universo “arqueológico-participativo”, pois, entendemos que apegar-se exclusivamente à cultura material e renegar uma diversidade interpretativa de toda uma comunidade em detrimento da constituição de “uma verdade científica”, seria uma maneira demasiadamente reducionista de se conceber a Arqueologia, a partir de um discurso unívoco, inclusive dentro das premissas colaborativas.

A representação desses locais, quando da prosperidade da Fazenda São Victor, no qual se vê nitidamente a estratificação socioeconômica típica de um período arraigado em um regime de escravidão, no qual havia “espaços diferentes para pessoas diferentes”, marca o modelo de configuração espacial tipicamente dos complexos produtivos do Piauí.

Arqueologicamente, a datação absoluta da estrutura de fogueira (a única existente para o sítio) em 360+/-40 anos BP, remete ao período de povoamento do Piauí - ainda recente para se atingir à região sudeste -, desse modo, podendo ser associada a uma ocupação de grupos indígenas, por exemplo. Para a ocupação dessa área, têm-se o primeiro registro documental de 1770. Os artefatos, em datação relativa, baseado na produção inicial e final de produção dos objetos, convergem para esse mesmo período. As louças, como bons marcadores temporais para sítios históricos, sobre essa mesma perspectiva de análise técnica e sua consequente datação de fabrico, situam uma ocupação do complexo produtivo São Victor entre os anos de 1775 e 1920. Em síntese, os dados apresentam-se coincidentes, estabelecendo o período inicial de ocupação histórica da fazenda para a segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

No que concerne à produção coletiva do conhecimento, para o caso de São Vitor, a construção interpretativa comunitária é pautada no sistema relacionado à memória coletiva, construída, por sua vez, pela memória individual de membros locais, os mais velhos principalmente, dos quais têm relações próximas ou de pertencimento com a história da época da Fazenda, acabando por gerar uma atmosfera onde as versões sobre o passado local ressoam homogêneas, porém, reinterpretadas, acrescidas ou sintetizadas pelas gerações mais novas que participam desse processo de transmissão de conhecimentos.

Cabral (2013, p. 121) corrobora com esse diagnóstico à medida que enfatiza: “a construção de narrativas sobre os vestígios materiais demanda um diálogo com os mais velhos, em um processo de ativação da memória” e que “esse diálogo reelabora vínculos de

aprendizado entre as gerações, contribuindo não apenas para a manutenção de um conhecimento, mas também para sua atualização”. Dessa maneira, a autora conclui afirmando que a pesquisa arqueológica, que inclui a colaboração da comunidade local, ativa essa “atualização do conhecimento tradicional”, bem como suas formas de transmissão.

A maioria dos entrevistados sempre remeteu suas memórias sobre a Fazenda a partir da lembrança de outras pessoas mais velhas da comunidade que narravam tais histórias e, é nesse sentido que entendemos a construção da interpretação pública, pautadas no processo de ativação da memória em uma contínua transmissão de conhecimento. Essas versões, somadas a presença da cultura material – “os potes de barro” ou as “loucinhas bordadas”, por exemplo – constituem esse sistema de construção de narrativas no qual a Arqueologia Colaborativa se debruça.

É importante mencionar que as interpretações comunitárias devem somar-se àquelas produzidas pela Arqueologia, no sentido de que ambos os conhecimentos devem compor a história do lugar. Nesse sentido, a ciência arqueológica tem muito a ganhar no que concerne à expansão do conhecimento, proporcionando uma multiplicidade interpretativa acerca de um espaço em que as comunidades sempre se mantiveram ativas e envoltas em suas constantes construções históricas e, muitas delas, criadas sobre aspectos materiais, inclusive.

Ferreira (2008, p. 88) menciona a independência das comunidades frente à construção de seu passado: “elas [comunidades] sempre se inspiraram no passado para fundar significados culturais no presente; rotineiramente incorporaram objetos e lugares associados às suas memórias sociais e às narrativas que criam e sustentam”, e assim reproduz-se em São Vitor essa autonomia construtiva acerca do conhecimento local.

Mencionamos anteriormente um dos aspectos mais interessantes na construção interpretativa local, que se deu a partir da materialidade arqueológica. Trata-se da área da vila dos escravos livres, onde a diversidade de material em louça nos chamou atenção e durante a atividade de laboratório comunitário questionamos à comunidade sobre as possibilidades de entender esse cenário e duas narrativas distintas se construíram naquele momento, gerando inclusive no próprio título deste trabalho: “Era no tempo do Coronel... Eu não concordo muito com isso não!”.

A lógica interpretativa criada pelos moradores respaldava-se em torno da cultura material, do espaço e dos distintos atores que ocupavam aquele espaço no passado (escravos e senhores/fazendeiros), ainda fazendo ligações com os contextos sociais, econômicos e

culturais que compreendem o cenário. Levando em consideração as arguições de Cabral (2013, p. 122), tais interpretações levam a considerar que “a arqueologia, nesse sentido, está lidando com a construção de memória e permite observar um processo em que pessoas, coisas e conhecimentos estão entrelaçados”.

Tal pluralidade interpretativa é importante, não só porque agregam valor ao conhecimento arqueológico, mas também por atingir outras áreas transversais e dialogantes como a museologia, o turismo e a educação, por exemplo. Inserindo tais ideias em uma constante rede de aprendizado comunitário, como Ferreira (2008), exemplifica mencionando que “arqueólogos, (...) ao incorporarem os povos nativos e seus conhecimentos tradicionais nos trabalhos em museus, aprenderam uma pluralidade de significados, antes insuspeitados, que as comunidades atribuem aos artefatos e sítios arqueológicos”, pondo em prática a concomitância de saberes oriundos da ciência e sabedoria popular.

Outro aspecto que merece atenção é questão da representatividade escravista na narrativa da comunidade Lagoa de São Vitor, no qual aparece em quase totalidade. Acredito que tal fato esteja ligado ao próprio processo de reconhecimento quilombola no qual a comunidade amargamente espera a quase dez anos, fazendo com que as informações históricas, tanto orais quanto materiais, sejam remetidas diretamente a esse período, fazendo escassa qualquer interpretação ou narrativa ligada à história indígena.

Mesmo com uma área que abarque uma grande quantidade de sítios arqueológicos históricos, muitos deles ligados ao contato entre indígenas e colonizadores e, ainda inseridos em um território quilombola, não há nenhum estudo arqueológico que paute suas perspectivas sobre a ótica da escravidão na região, o que torna essa discussão, mesmo que embrionária, um caso inédito em toda a área arqueológica da Serra da Capivara e Serra das Confusões. Inclusive, já acionado pela Associação Quilombola como um documento a ser somado ao projeto de demarcação de terras no qual o Território Quilombola Lagoas está inserido, buscando torná-los juridicamente conhecidos e amparados a partir de seu Estado de Direito.

Mesmo buscando associar a prática comunitária a uma possível “descolonização do conhecimento”, Gnecco (2012, p. 18) alardeia que “qualquer abordagem “arqueológica” baseada na escavação e na materialidade do passado está presa pelos princípios modernos que construíram a disciplina”, dos quais verificamos no primeiro capítulo. Porém, é certo que um trabalho de cunho colaborativo é um processo de aprendizagem contínuo, levando em consideração o sistema de ensino ao qual somos envoltos, nos trazendo questionamentos acerca dessa prática em situações diversas, restando-nos uma reflexão acerca do que estamos

realmente nos propondo. E é sobre essa perspectiva também que me debruço, no sentido de tornar a prática arqueológica mais próxima da sociedade, mais acessível e mais democrática, apesar das inerentes dificuldades em tornar qualquer ciência mais “humana”.

Levando em consideração o panorama interpretativo científico e popular elaborado sobre os espaços da antiga Fazenda São Victor, sugere-se a ampliação do conceito do sítio, atribuído ao IPHAN, no qual restringe o mesmo, exclusivamente, ao corpo d’água Lagoa de São Vitor, para o já mencionado “Complexo Produtivo Fazenda São Victor”, que abrange os seis espaços identificados a partir do trabalho comunitário de intervenção, somando às ideias de Vieira (2015), no qual sugeriu a ampliação do referido sítio para “complexo paisagístico Lagoa de São Vitor” – levando em consideração os marcos paisagísticos e a cultura material deste sítio.

As atividades do CEMEC, em busca da formalização do seu espaço, possibilitarão a confecção de um projeto de repatriação do material arqueológico, que ficará sob guarda provisória da FUMDHAM, para que estes fiquem sob posse e salvaguarda da comunidade. O material produzido também ficará de posse da comunidade, no qual será agregado ao acervo já existente na comunidade, como as imagens, vídeos, entrevistas, fichas, desenhos, croquis, dentre outros, servindo para acesso público (em eventos na comunidade, o CEMEC fica em exposição e os interessados têm acesso ao material nos computadores e impressos para interagirem), bem como o uso pela escola da comunidade, no qual já realiza atividades baseadas nos acervos gerados por esses trabalhos.

Naturalmente, a continuidade de pesquisas tanto arqueológicas quanto associadas à memória e oralidade local poderão nos auxiliar a continuar na construção interpretativa acerca destes espaços ao qual nos debruçamos, visto que cada área identificada, mesmo àquelas ausentes de cultura material, necessitam de análises mais específicas a partir da ampliação de pesquisas de cunho arqueológico, pois todo esse contexto é de extrema complexidade e importância para a compreensão da história local, principalmente relacionados aos grupos minoritários, excluídos da história oficial, como os negros africanos escravizados.

Em síntese, esta pesquisa buscou identificar os espaços e evidenciar as diversas interpretações ou narrativas em torno do antigo Complexo Produtivo da Fazenda São Victor, a partir do conhecimento arqueológico associado à participação comunitária, entendendo a ciência e a sabedoria popular como indissociáveis na prática colaborativa. De forma geral, adaptando a afirmação de Atalay (2008 *apud* GNECCO, 2008), uma Arqueologia feita com comunidades tradicionais, conduzida em conjunto com essas pessoas, mas que não incluía um

sistema de colaboração ou que não incorpore epistemologias populares e concepções nativas da história, passado e tempo não se constituem, efetivamente, como trabalhos incluídos na proposta da Arqueologia Colaborativa.

A Arqueologia Pública pelo viés da Arqueologia Colaborativa busca respeitar, entender e aceitar as distintas historicidades, temporalidades e relações com objetos, pessoas e lugares (MACHADO, 2013), por meio de um compromisso mais ético do que científico, almejando a(s) construção(ões) de um(ns) passado(s) a partir de um sistema simétrico, engajado e democrático.

São muitas vozes, muitas histórias, muitos objetos e muitos lugares. Todos devem ser lidos, ouvidos, discutidos e questionados. É o passado que continua passado, que reverbera no presente e influi no futuro. O passado, não tão pretérito assim, continua nas ruas, aflorando nos quintais e nas conversas entre as pausas para apreciar o dourado do sol no sei da Pedra de São Vitor. O passado vive. É vida. Ele continua. E deve ser construído coletivamente.

REFERÊNCIAS

Fontes orais

- ADOLFO PEREIRA DOS SANTOS, 2016.
- ANDRELINO ALVES DE MIRANDA, 2016.
- ÂNGELO MIRANDA, 2016.
- CLAUDIO TEÓFILO MARQUES, 2016.
- ELISA DIAS BORGES MIRANDA, 2016.
- HENRIQUE JOSÉ NERE, 2016.
- JÚLIO PAES DE CASTRO, Acervo PROEXT-UNIVASF/São Vitor, 2013.
- JÚLIO PAES DE CASTRO, 2016.
- MANOEL MESSIAS NERES SANTIAGO, Acervo PROEXT-UNIVASF/São Vitor, 2013.
- MANOEL MESSIAS NERES SANTIAGO, 2016.
- MARIA DE FÁTIMA NERES MACEDO, 2016.
- MARIA ISABEL DOS SANTOS, 2016.
- MARIA JOSÉ MIRANDA, Acervo PROEXT-UNIVASF/São Vitor, 2013.

Fontes eletrônicas

- <http://www.brasil.gov.br/>
- <http://www.civ.com.br>
- <https://www.dicionariodoaurelio.com>
- <http://www.portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/354/>
- <http://www.projetodomhelder.gov.br>
- <https://www.sha.org/bottle/colors.htm>
- <https://www.youtube.com/watch?v=Tt5Tar0GnWw>

Fontes documentais

LIVROS DE BATISMOS (1871-1888). Arquivo da Cúria Diocesana de São Raimundo Nonato. Município de São Raimundo Nonato, Piauí.

MAPPA DA DIVISÃO CIVIL, JUDICIÁRIA E ECLESIASTICA DA PROVÍNCIA DO PIAUHY, 1856. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mssII32_22_8.jpg. Acesso em 23 dez. 2016

Fontes bibliográficas

AGOSTINI, C; THOMAZ, L. V. & MARTINS, C. Arqueologia social latino americana [sic] e Arqueologia Crítica: a possibilidade de um diálogo. In: MENDONÇA DE SOUZA, S.

(Org). **Anais do IX Congresso da SAB: Arqueologia e suas interfaces disciplinares**, Rio de Janeiro, 1997. Rio de Janeiro: FURNAS, 2000. CD-ROM.

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320 p.

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. de M. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 84-154.

ALLEN, S. J; OLIVEROS, J. C. M. Materialidade y historias em comunidades negras de América Latina. **Vestígios: Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte/MG, p.8-14, jan./jun. 2016.

ALMEIDA, F. G. **Terra de Quilombo: Arqueologia da resistência e etnoarqueologia no Território Mandira**. 2012. 298 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, Cananéia-SP, 2012.

ALPERS, E. A.. **Defining the African Diaspora**. Paper presented to the Center for Comparative Social Analysis Workshop. UCLA/Los Angeles, October 25, 2001. 28 p.

ASSIS, N.P.D. et al. Memórias na Lagoa de São Vitor. In: OLIVEIRA, A. S. de N.; ASSIS, N. P. D.; GALVÃO NETO, A. A. (orgs). **Sentidos do Patrimônio: Serra da Capivara e São Vitor**, Teresina-PI: IPHAN, 2017.

ASSIS, N. P. D. **A capitania de São José do Piauí na racionalidade espacial pombalina**. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

_____. **Sítio arqueológico Brejo de São João: um estudo de caso sobre a Companhia de Jesus no Piauí – Séc. XVIII**. 2009. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arqueologia, Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2009.

BANNING, E. B. **Archaeological survey**. New York: Springer, 2002.

BARBOSA, R F. **“Para o povo ver”**: a materialidade dos Engenhos Banguês do Norte de Alagoas, no século XIX. 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pósgraduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

BARCELOS, A. H. F; SILVA, A. F (Org.). Entendi. Não entendi. A divulgação da Arqueologia nas cartilhas de Educação Patrimonial. In: FUNARI, P. P.; CAMPOS, J. B; RODRIGUES, M. H. d;a S. **Arqueologia Pública e Patrimônio: Questões atuais**. Criciúma: UNESC, 2015. p. 19-51.

BARDA, M. **A importância da arquitetura vernacular e dos traçados históricos para a cidade contemporânea**. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – Usp, São Paulo, 2007.

- BARRETO, P. T. 1975. O Piauí e sua arquitetura. P. 191-219 in: **Arquitetura Civil I**. [Brasília], Ministério da Educação e Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ São Paulo, Universidade de São Paulo, 318 p., il. Publicado originalmente na **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 2**, 1938.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BEZERRA DE ALMEIDA, M. O público e o patrimônio arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. **Habitus**, Goiânia, v. 1, n. 2, p.275-295, jun./dez. 2003.
- BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez & latino**: aulico, anatômico, architectonico. Coimbra. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. 1712-1728. Disponível em: <www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 22 dez. 2016.
- BRANDÃO, A. R. P. A Postura do Positivismo com relação às Ciências Humanas. **Theoria**, Minas Gerais, v. 3, n. 6, p.80-105, out. 2011.
- BRANDÃO, T. M. P. **O escravo na formação social do Piauí**: perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2015.
- BROCHADO, J. P; MONTICELLI, G. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica Guarani a partir dos fragmentos. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.107-118, jul./dez. 1994.
- CABRAL, M. P. “E se todos fossem arqueólogos?”: experiências na terra indígena wajãpi. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 115-132, jul. 2013.
- CALDARELLI, S. B. (Org.). **Arqueologia no Vale do Paraíba Paulista**: : SP 070 rodovia Carvalho Pinto. São Paulo: Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A, 2003.
- CALEGARE, M. G; HIGUCHI, M. I. G; BRUNO, A. C. S. Povos e Comunidades Tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.115-134, jul./set. 2014.
- CARVALHO, A V; A FUNARI, P P. **Arqueologia e Patrimônio no século XXI**: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. In: Anais do III Encontro de História da Arte, 2007. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2007/CARVALHO, A.V e FUNARI, P.P.A.pdf](http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2007/CARVALHO,A.V%20e%20FUNARI,P.P.A.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- CARVALHO, P. C. . **Cova da Beira Ocupação e exploração do território na época romana**. Coimbra: Fundação, 2007
- CHMYZ, I. **Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica**. Manuais de Arqueologia II, Curitiba: CEPA/UFPR, 1969.
- CIMOS, Coordenadoria De Inclusão E Mobilização Sociais (Minas Gerais). Ministério Público de Minas Gerais. **Cartilha Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais**. 2014. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

COLLEY, S. **Uncovering Australia: Archaeology, Indigenous People and the Public**. Sidney: Allen And Unwin, 2002.

COSTA, D. M. **Algumas abordagens teóricas na Arqueologia Histórica brasileira**. 2013. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-7252013000200012&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 abr. 2016.

_____. Arqueologia dos africanos escravos e livres na Amazônia. **Vestígios: Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte/MG, v. 10, n. 1, p.71-91, jan./jun. 2016.

CLARKE, C. The politics of storytelling: electronic media in archaeological interpretation and education. **World Archaeology**, Reino Unido, v. 36, n. 2, p.275-286, 17 fev. 2007.

CLARKE, D. L. **Analytical Archaeology**. London: Methuen, 1968.

COLWELL-CHANTHAPHONH, C; FERGUSON, T. J. (Ed.). **Colaborattion In Archaeological Prattice: Engaging Dessendant Communities**. Lanham: Alta Mira Press, 2008. 317 p.

CALDARELLI, S. B.; SANTOS, M. C. M. M. Arqueologia de contrato no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 44, n. 44, p.52-73, dez./jan. 1999-2000.

DOMINGUES, P. GOMES, F. Histórias dos Quilombos e memórias dos Quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/031. **Revista da Abpn**, Dourados (MS), v. 5, n. 11, p.5-28, jul./out. 2013

FAGUNDES, M; PIUZANA, D. Estudo teórico sobre o uso conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas. **Revista Latino Americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p.205-220, jan./jun. 2010.

FERNANDES, T. C. **Vamos criar um sentimento?: ? Um olhar sobre a arqueologia pública no Brasil**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FLORENCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigues S.. **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor, 2015. p. 21-32. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_p_atrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_p_atrimonial_voll(3).pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2016.

FUNARI, P. P. O papel estratégico da Arqueologia na delimitação de terras indígenas e quilombolas. **Rev. de Estudos Estratégicos**, São Paulo, v. 3, n. 3, p.107-113, jan./jun. 2008.

FAIRBANKS, C. H. The Plantation Archaeology of the Southeastern Coast. **Historical Archaeology**, Unit States, v. 18, n. 1, p.1-14, jun./dez. 1984.

FERREIRA, A.B de H. **Dicionário Aurélio ilustrado**. Curitiba, positivo, 2012. 440p.

FERREIRA, L. M. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 8, n. 16, p.267-275, jul./dez. 2009a.

_____. Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública. **Vestígios: Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte/MG, v. 3, n. 1, p.7-23, jan./jun. 2009b.

FERREIRA, L. M. Sob O Fogo Cruzado: Arqueologia Comunitária E Patrimônio Cultural. **Arqueologia Pública**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.81-92, jan./dez. 2008a.

FERREIRA, E. O. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. 2008. 404 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós- Graduação em História da Ufba, Ufba-universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008b

FUMDHAM. **Relatório Anual de Atividades**. 2007. Disponível em: <[http://www.fumdhm.org.br/colunas/Relatorio anual 2007.pdf](http://www.fumdhm.org.br/colunas/Relatorio%20anual%202007.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2016.

GNECCO, C. Escavando Arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia: Sociedade de Arqueologia Brasileira**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 8-22, jun-dez, 2012.

GODOY, J. da R; SCHERER, M; TOWNSEND, M. **Arquitetura vernacular do Rio Grande do Sul**. In: SIMPÓSIO - A INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO, 1., 2012, Santa Maria-RS: Anais do Simpósio A Intervenção no Espaço Urbano, 2012. p. 1 - 2. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/5381.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

GOMES, J; SANTOS, R. B. C; COSTA, B. L. S. Arqueologia Comunitária na Reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico. **Antropol**, Amazonas, v. 6, n. 2, p.385-417, jul./dez. 2014.

GONÇALVES, S. C. O Método Arqueológico De Análise Discursiva: O Percurso Metodológico De Michel Foucault. **História E-história**, Campinas/sp, v. 1, n. 1, p.1-21, 04 fev. 2009. Disponível em: <<http://http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000715.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: ática, 1992.

HODDER, I. Trazando el mapa del pasado pós-moderno. Traducción de Alicia Perea. **Csic**, Madri, v. 55, n. 1, p.5-17, jul./dez. 1998.

HOLTORF, C. **Archaeology is a Brand!:** The Meaning of Archaeology in Contemporary Popular Culture. Oxford: Archaeopress, 2007.

IPHAN. **Portaria nº 230, de 17 de Dezembro de 2002**. 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

IPHAN. **Instrução Normativa Nº 001, De 25 De Março De 2015**. 2015a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Instrucao_normativa_01_2015.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

JOHNSON, M. **Teoría Arqueológica:** Uma introducción. Barcelona: Arial, 2000.

JORGE, V. O. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

KNOX, M. B. **Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais**. Piauí, 1826-1888. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1986.

KUMMER, L; DIZ, V. L. C. de A; SOARES, R. M. F. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar: conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: EBDA, 2007. 155 p

LA SALVIA, F; BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

LEITE, S. **Historia da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugália. Rio de Janeiro: Instituto Nacional dos Livros, 1945.

LEMONS, C. M. **Se me der licença, eu entro; se não der, eu vou embora: Patrimônio e Identidade na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (Belo Vale/MG)**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LIDORIO, R. A. Conceituando a Antropologia, a Cultura e o Homem. **Revista Antropos**, Brasília, v. 3, n. 2, p.7-15, dez. 2009.

LIMA, T. A. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, Século XIX. **Vestígios: Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte/MG, v. 7, n. 1, p.177-207, jan./jun. 2013.

_____. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p.11-23, jan./abr. 2011.

LIMA, S. O. **Fazendas: Pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX)**. Teresina: Edufpi, 2016.

_____. **Agricultura nas fazendas pastoris escravistas do Piauí: aspectos da produção de alimentos**. Informe Econômico: Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI. Ano 10. Nº19. Mai-Jun, 2009.

_____. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)**.. Passo Fundo: Editora Upf, 2005. Universidade de Passo Fundo.

LIMAVERDE, R. **Arqueologia Social Inclusiva: A Fundação Casa Grande e a gestão do Patrimônio Cultural da Chapada Do Araripe, Nova Olinda, CE, Brasil**. 2015. 474 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arqueologia, Doutorado em Arqueologia - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

MACHADO, J. S. História (s) indígena (s) e a prática arqueológica colaborativa. **Revista de Arqueologia/sociedade de Arqueologia Brasileira**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.72-85, jan./jun. 2013.

MAESTRI, M. Silêncio, Marginalização, Superação e Restauração: O Cativo Negro na Historiografia Brasileira. In: EUGÊNIO, João Kennedy (org). **Escravidão Negra no Piauí e temas conexos**. Teresina: Edufpi, 2014. p. 7-52.

MARSHALL, Y. "What Is Community Archaeology?". **World Archaeology**, London, v. 2, n. 34, p.211-219, jul./dez. 2002.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 5. ed. Recife: . Ed. Universitária da Ufpe, 2008. 434 p.

MATOS, S. O. **Povos de Lagoas-PI na construção da territorialidade quilombola: uma etnografia**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

MCDavid, C.; MCGHEE, F. Commentary: Cultural resource management, public archaeology, and advocacy. In: LYDON, J; RIZVI, U. (Ed.). **Handbook of postcolonial archaeology**. Walnut Creek, California: Left Coast Press, 2010. p. 481-494.

MERRIMAN, N. **Public Archaeology**: Introduction: diversity and dissonance in public archaeology. London And New York: Routledge, 2004.

MOSER, S. Transforming Archaeology through Practice: Strategies for Collaborative Archaeology and the Community Archaeology Project at Quseir, Egypt. **World Archaeology**, Reino Unido, v. 34, n. 2, p.220-248, jan./jun. 2002.

MOTT, L. R. de B. **Piauí Colonial: População, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. 142 p.

_____. Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762. In: PAULA, E. S. de (Org.). **A Propriedade Rural**. Aracaju: Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – Anpuh. LXV Coleção da Revista de História, p. 343-369, 1976.

MULLINS, P. R. African-American Heritage in a Multicultural Community. In: SHACKEL, P. A; CHAMBERS, E. J. (Ed.). **Places in Mind: Public Archaeology as Applied Anthropology**. London: Routledge, 2004. p. 35-56.

NEGREIROS, R. M. B. de. **As trilhas da morte no Sertão das Pimenteiras – PI (1769-1815): Caracterização e reconhecimento arqueológico de um território**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

NUNES, O. **Pesquisas para História do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

ODAIR, J. **Mito, memória e história oral**. São Bernardo do Campo: Chamas, 2003

OLIVEIRA, A. P. **A casa rural no sudeste do Piauí: o sítio arqueológico histórico Casa do Avô do Sr. Nivaldo**. 2009. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Arqueologia, Univasf, São Raimundo Nonato, 2009.

OLIVEIRA, A. S. de N.; ASSIS, N. P. D. de. **Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII**, ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

_____. Colonização da região sudeste do Piauí. In: OLIVEIRA, A. S. de N.; ASSIS, N. P. D.; GALVÃO NETO, A. A. (orgs). **Sentidos do Patrimônio**: Serra da Capivara e São Vitor, Teresina-PI: IPHAN, 2017.

OLIVEIRA, A. S. de N. **O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. 2007. 202 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, C. A. Os ceramistas pré-históricos do sudeste do Piauí – Brasil. **Fumdhamentos**, São Raimundo Nonato, v. 1, n. 3, p.57-128, jul./set. 2003.

OLIVEIRA, J. E. . Por uma Arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. In: FUNARI, P. P; ORSER JR, C; SCHIAVETTO, S. N. **O. Identidades discurso e Poder**: estudos da Arqueologia contemporânea. São Paulo. Annablume/fapesp, 2005, p. 117-134.

ORSER JR., C. The Archaeological Analysis Of Plantation Society: Replacing Status And Caste With Economics And Power. **American Antiquity**, New York, v. 53, n. 4, p.735-751, out. 1988.

_____. **A Historical Archaeology of the Modern World**. New York: Plenum Press, 1996. (Contribution to Global Historical Archaeology).

_____. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PORTUGUEZ, A. P. Turismo de base local em comunidades: proposições, ações e resultados. In: SEABRA, Giovanni (Org.). **Comunidades, Natureza e Cultura no Turismo**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRIORI, M. D; VENÂNCIO, R. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2016.

RAHTZ, P. **Convite à Arqueologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

RAPOSO, F. C. **Pe. Sementes de missão: Piauí**. Brasília: Associação Social Mercedária, 2015.

REIS, J. A. **Não pensa muito que dói**. 2003. 390 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arqueologia, Universidade Estadual de Campinas, instituto de Filosofia e Ciências Humanas., Campinas, 2003.

_____. Lidando com as coisas quebradas da história. **Arqueologia Pública**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.33-44, jan. 2007.

RENFREW, C; BAHN, P. **Arqueología**: teorías, métodos y práctica. Madrid: Akal Ediciones, 1998.

RIBEIRO, M. A. **Sítio Arqueológico Fazenda Água Verde-PI: Retalhos Históricos e detalhes Arquitetônicos**. 2013. 78 f. Monografia (Graduação) - Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Univasf, São Raimundo Nonato, 2013.

RICHARDSON, L.; ALMANSA-SÁNCHEZ, J. **Do you even know what public archaeology is?: Trends, theory, practice, ethics**. 2015. World Archaeology. Vol. 47(2). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/00438243.2015.1017599>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

ROSKAMS, S. **Excavation**. Canbridge: Cambridge University Press, 2001.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHMITZ, P. I. A decoração plástica na cerâmica da Tupiguarani. In: PROUS, A; LIMA, T. A. (Ed.). **Os ceramistas Tupiguarani. Volume II – Elementos decorativos**. Belo Horizonte: Sigma, 2010. p. 7-26.

SERTÃO, D. A. "Testamento de Domingos Afonso Sertão, Descobridor do Piauí". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo XX, pp. 140-64, Rio de Janeiro. 1867.

SHIRAISHI NETO, J. (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: Ppgsca-ufam / Fundação Ford / Ppgda-uea, 2007. 244 p.

SHANKS, M; TILLEY, C. **Social Theory and Archaeology**. Oxford: Polity Press, 1987.

SILVA, D. G.. **Arranjos De Sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888)**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação História Social do Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

SILVA, F. A. J. da. **O cativeiro rural colonial: reconstituição arqueológica da senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe**. Município de Abreu e Lima, Pernambuco. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SILVA FILHO, O. P. **Carnaúba, pedra e barro na capitania de São José do Piauí**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora do Autor, 2007.

SOUZA, M. A. T. Introdução: Arqueologia da diáspora africana no Brasil. **Vestígios: Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte/MG, v. 7, n. 1, p.7-19, jan./jun. 2013.

SUGUIMATSU, Isabela Cristina; SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Atividades Cotidianas, Deposição De Refugio E Ação Do Arado: Processos De Formação Do Registro Arqueológico No Espaço De Uma Senzala De Campos Dos Goytacazes (RJ). **Clio – Arqueológica**, Recife, v. 30, n. 1, p.38-78, 2015. Clio Arqueologica. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.20891/clio.v30i1p38-76>>.

SYMANSKI, L. C. P.; GOMES, F. Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 19, p. 309-317, 2013.

TOCCHETTO, F. B. **A faiança fina em Porto Alegre**: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Unidade Editorial/SCM, 2001.

TORO, J. B; WERNECK, N. M. D. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 90 p.

TRIGGER, B. G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

TULLY, G. **Community Archaeology**: General Methods and Standards of Practice. *Public Archaeology* 6 (3): 155–87, 2007.

_____. Ten Years On: The Community Archaeology Project Quseir, Egypt. **Treballs D'arqueologia**, Barcelona, v. 1, n. 15, p.63-78, jan./dez. 2009.

VALE, C. C. Teoria Geral do Sistema: : histórico e correlações com a geografia e com o estudo da paisagem. **Entre-lugar**, Dourados, v. 6, n. 3, p.85-108, jun. 2012.

VIEIRA, B.V.F.; DAMASCENO, D. F.; NASCIMENTO, A. I. F. **A água e o turismo**: a conservação ambiental do rio Piauí na localidade Lagoa dos Torrões, para o desenvolvimento sustentável. *Anais 1º Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade – CONATUS*, Bonito-MS, 2010.

VIEIRA, B. V. F. **O sítio “Lagoa de São Vitor” sob a ótica da Arqueologia da Paisagem**: Cultura material e marcos paisagísticos (sudeste do Piauí). 2015. 100 f. Monografia - Curso de Arqueologia, Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2015.

VIEIRA; B. V. F.; ASSIS, N.P.D. Povoado São Vitor: passagens e paisagens arqueológicas. In: OLIVEIRA, A. S. de N.; ASSIS, N. P. D.; GALVÃO NETO, A. A. (orgs). **Sentidos do Patrimônio**: Serra da Capivara e São Vitor, Teresina-PI: IPHAN, 2017.

WATRIN, V. da R. **O significado da tradição na autoconstrução de moradias**. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Universidade de Campinas – Unicamp., São Paulo, 2003.

ZANETTINI, P. E; CAMARGO, P. B. **Cacos e mais cacos de vidro: o que fazer com eles?** São Paulo: Zanettini Arqueologia, 1999. 105 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/172230764/Cacos-e-Mais-Cacos-de-Vidro-Paulo-Bava-e-Paulo-Zanettini>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

ZARANKIN, A.; PELLINI, J. R. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. **Revista de Arqueologia Sab**, São Paulo, v. 25, n. 2, p.44-61, jul./dez. 2012.

ZARANKIN, A. **Paredes que domesticam**: Arqueologia da arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires. 2001. 142 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arqueologia, Unicamp, Campinas, 2001.

ZUSE, S. **Os guarani e a redução jesuítica:** tradição e mudança técnica na cadeia operatória de confecção dos artefatos cerâmicos do sítio pedra grande e entorno. 2009. 278 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Programa de Pós-graduação em Arqueologia – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.